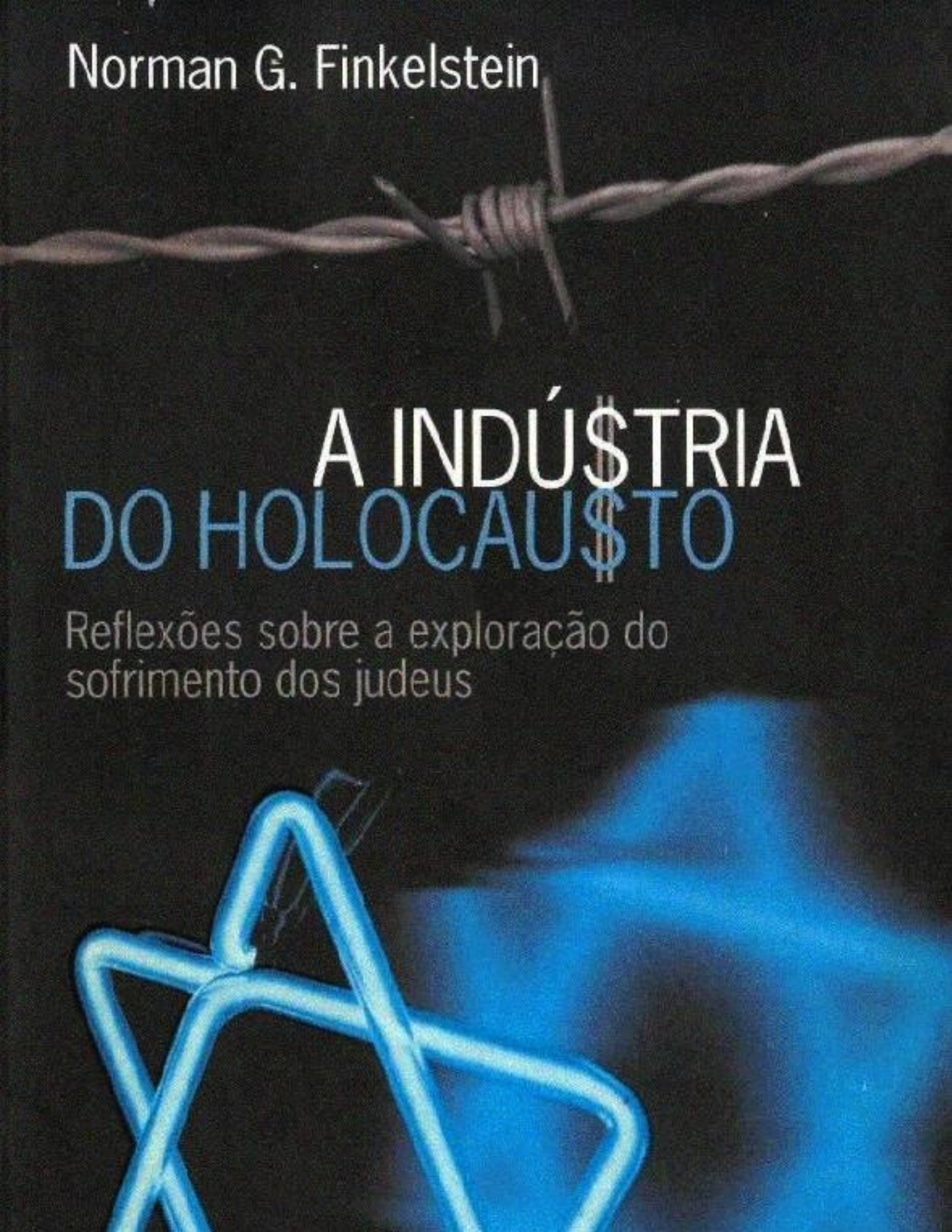
Norman G. Finkelstein

A INDÚ$TRIA DO HOLOCAU$TO

Reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus



DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe ***Le Livros*** e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudíavel a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O ***Le Livros*** e seus parceiros disponibilizam conteúdo de dominio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: ***LeLivros.us*** ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."

Norman G. Finkelstein

A Indústria do Holocausto

Tradução de VERA GERTEL

E D I T O R A R E C O R D
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

2001

“A mim parece que o Holocausto está sendo vendido — não ensinado.”

Rabino Arnold Jacob Wolf, Diretor de Hillel, Universidade de Yale{1}

AGRADECIMENTOS

Colin Robinson, da editora Verso, concebeu a idéia deste livro. Roane Carey moldou minhas reflexões numa narrativa coerente. Noam Chomsky e Shifra Stern deram assistência em todos os estágios de produção do livro. Jennifer Loewenstein e Eva Schweitzer discutiram vários rascunhos. Rudolph Baldeo deu apoio pessoal e estímulo. Sou grato a todos. Tentei, nestas páginas, retratar o legado de meus pais. Por conseqüência, este livro é dedicado aos meus dois irmãos, Richard e Henry, e ao meu sobrinho, David.

INTRODUÇÃO

Este livro faz uma anatomia e uma acusação da indústria do Holocausto. Nas páginas que se seguem, afirmo que "O Holocausto" é uma representação ideológica do holocausto nazista.{2} Como a maioria das ideologias, ele tem conexão, embora tênue, com a realidade. O Holocausto não é uma arbitrariedade, mas uma construção internamente coerente. Seus dogmas centrais sustentam interesses políticos e de classes. Na verdade, O Holocausto provou ser uma indispensável bomba ideológica. Em seus desdobramentos, um dos maiores poderes militares do mundo, com uma horrenda reputação em direitos humanos, projetou-se como um Estado "vítima", da mesma forma que o mais bem-sucedido agrupamento étnico dos Estados Unidos adquiriu o status de vítima. Dividendos consideráveis resultaram dessa falsa vitimização — em particular, imunidade à crítica, embora justificada. Os que usufruem dessa imunidade, eu poderia acrescentar, não escaparam à típica corrupção moral que faz parte dela. Desta perspectiva, o desempenho de Elie Wiesel como intérprete oficial do Holocausto não é circunstancial. É certo que ele não alcançou esta posição em função de seus compromissos humanitários ou talentos literários.{3} Antes, Wiesel representa este papel de liderança porque está inarredavelmente articulado com os dogmas do Holocausto e, por conseqüência, apoiando os interesses ocultos.

O estímulo inicial para este livro partiu do estudo fértil de Peter Novick, *The Holocaust in American Life,* do qual fiz a resenha para um jornal literário inglês.{4} Neste livro, o diálogo crítico que tive com Novick foi ampliado; daí, o extenso número de referências ao seu estudo. Mais uma compilação de observações provocantes do que uma crítica consistente, *The Holocaust in American Life* pertence à honrada tradição americana de denúncia. E como a maioria dos denunciantes, Novick enfoca apenas *os* abusos mais escandalosos. Sarcástico e com freqüência agradável, *The Holocaust in American Life* não *é* uma crítica radical. As raízes do tema permanecem intocadas. Nunca banal ou herética, a obra ateve-se aos extremos de uma controvérsia muito mais ampla. Como era de se prever, foi contemplado com inúmeros artigos na mídia americana, embora confusos.

A categoria analítica central de Novick é a "memória". Moda atual na

torre de marfim, a “memória” é sem dúvida a concepção mais pobre, capaz de derrubar, ao longo do tempo, o ápice acadêmico. Concordando obrigatoriamente com Maurice Halbwachs, Novick procura demonstrar como as “preocupações atuais” modelaram a “memória do Holocausto”. Houve época em que intelectuais discordantes usavam categorias políticas robustas como “poder” e “interesses”, de um lado, e “ideologia”, de outro. Hoje, tudo que restou foi a linguagem branda e despolitizada de “preocupações” e “memória”. Apesar dos evidentes exemplos de Novick, a memória do Holocausto *é* uma construção ideológica de interesses investidos. Embora escolhida, a memória do Holocausto, segundo Novick, *é* “com maior freqüência” arbitrária. Ele argumenta que a escolha foi feita não sobre “o cálculo de vantagens e desvantagens” mas, sim, “sem pesar muito (...) as conseqüências”.[{5}] Os exemplos sugerem a conclusão oposta.

Meu interesse original no holocausto nazista foi pessoal. Meu pai e minha mãe foram sobreviventes do Gueto de Varsóvia e dos campos de concentração nazistas. Exceto meus pais, todos os membros de ambas as famílias foram exterminados pelos nazistas. Posso dizer que minha mais remota lembrança do holocausto nazista é a de ver minha mãe, grudada na tela de televisão, assistindo ao julgamento de Adolf Eichmann (1961), ao voltar da escola. Embora eles tivessem sido libertados dos campos apenas dezesseis anos antes do julgamento, um abismo intransponível sempre separou, na minha cabeça, os pais que eu conhecia *daquilo.* Fotografias da família de minha mãe ficavam penduradas na parede do living. (Nenhuma foto da família de meu pai sobreviveu à guerra.) Nunca estabeleci uma conexão com aqueles parentes, deixaram-me descobrir sozinho o que aconteceu. Eles eram as irmãs, o irmão e os pais de minha mãe, não minhas tias, meus tios ou avós. Lembro-me de ter lido na infância *O muro,* de John Hersey, e *Mila 18,* de Leon Uris, ambos relatos romanceados do Gueto de Varsóvia. (Não esqueço minha mãe se queixando de que, mergulhada na leitura de *O muro,* esqueceu de descer na estação do metrô a caminho do trabalho.) Apesar de muito tentar, sequer por um momento consegui transpor na imaginação a ponte que ligava meus pais, em todo seu cotidiano, àquele passado. Francamente, ainda não consigo.

A questão mais importante, no entanto, *é* esta. Fora este fantasma, não me lembro de o holocausto nazista alguma vez ter feito parte de minha infância. A razão principal era que ninguém além da família parecia se interessar pelo que aconteceu. Meu círculo de amigos de infância lia muito e debatia com paixão os acontecimentos do dia. Mas, honestamente, não me

recordo de algum amigo (ou pai de amigo) ter feito uma única pergunta sobre o que meus pais sofreram. Não era um silêncio respeitoso. Era apenas indiferença. Deste ponto de vista, só se pode duvidar da explosão de angústias nas últimas décadas, depois que a indústria do Holocausto foi pesadamente estabelecida.

Às vezes penso que a "descoberta" do holocausto nazista pela colônia judaica americana foi pior que seu esquecimento. Claro, meus pais penaram privadamente; o sofrimento pelo qual passaram não foi validado em público. Mas não era melhor do que a atual e grosseira exploração do martírio judeu? Antes que o holocausto nazista se tornasse O Holocausto, apenas alguns estudos universitários, como o de Raul Hilberg, *The Destruction of the European Jews,* e memórias como as de Viktor Frankl, *Man's Search for Meaning*, e Ella Lingens-Reiner, *Prisoners of Fear,* foram publicados sobre o assunto.[{6}] Mas esta pequena coleção de jóias *é* melhor do que a infinidade de prateleiras de sensacionalismo que hoje ocupam bibliotecas e livrarias.

Meu pai e minha mãe, embora rememorando diariamente aquele passado até o dia da morte, no final de suas vidas perderam o interesse pelo Holocausto como espetáculo público. Um dos mais antigos amigos de meu pai, companheiro de Auschwitz, era um suposto idealista de esquerda incorruptível que, por princípios, recusou uma compensação alemã após a guerra. Por acaso, veio a se tornar diretor do Museu do Holocausto de Israel, Yad Vashem. Com muita relutância e evidente desapontamento, meu pai teve de admitir que mesmo este homem havia sido corrompido pela indústria do Holocausto, desvirtuando suas crenças em favor do poder e do lucro. Como a interpretação do Holocausto assumiu formas cada vez mais absurdas, minha mãe gostava de citar Henry Ford (com uma ironia intencional): "História é bobagem." As narrativas de "sobreviventes do Holocausto" — todos internos de campos de concentração, todos heróis da resistência — serviram de fonte para um humor negro especial em minha casa. Há muito tempo, John Stuart Mill reconheceu que as verdades, quando não submetidas a permanentes questionamentos, podem às vezes "perder o efeito da verdade pelo exagero da falsidade".

Meus pais muitas vezes se perguntaram por que eu teria crescido tão indignado com a falsificação e exploração do genocídio nazista. A resposta mais óbvia é que ele tem sido usado para justificar políticas criminosas do Estado de Israel e o apoio americano a tais políticas. Há também um motivo pessoal. Eu me importo com a memória da perseguição de minha família. A campanha atual

da indústria do Holocausto para extorquir dinheiro da Europa, em nome das "necessitadas vítimas do Holocausto", rebaixou a estatura moral de seu martírio para o de um cassino de Monte Cario. Além dessas preocupações, no entanto, estou convencido de que é importante preservar — lutar — pela integridade do registro histórico. Nas últimas páginas deste livro sugiro que, ao estudar o holocausto nazista, podemos aprender muito não só sobre "os alemães" ou os "gentios", mas também sobre todos nós. Acredito que ao fazer isso, ao *aprender* realmente sobre o holocausto nazista, sua dimensão física será reduzida e sua dimensão moral expandida. Uma infinidade de recursos públicos e privados tem sido investida para manter a memória do genocídio nazista. A maioria do que foi produzido não presta, não passa de um tributo ao engrandecimento judeu e não ao seu sofrimento. Muito tempo já se passou para que possamos abrir nossos corações a outros sofrimentos da humanidade. Esta foi a grande lição partilhada por minha mãe. Nunca a ouvi dizer: Não compare. Minha mãe *sempre* comparou. Não há dúvida de que distinções históricas precisam ser feitas. Mas aceitar distinções morais entre o "nosso" sofrimento e o "deles" é uma caricatura de moral. "Você não pode comparar dois povos miseráveis", observou humanamente Platão, "e dizer que um é mais feliz que o outro." Diante dos sofrimentos de afro-americanos, vietnamitas e palestinos, o credo de minha mãe sempre foi: Somos todos vítimas do holocausto.

Norman G. Finkelstein
Abril de 2000
Nova York

CAPÍTULO 1

CAPITALIZANDO O HOLOCAUSTO

Numa memorável troca de idéias alguns anos atrás, Gore Vidal acusou Norman Podhoretz, então editor da publicação *Commentary,* do comitê Judaico Americano, de ser antiamericano.{7} A prova era que Podhoretz atribuía menos importância à Guerra Civil — "o único grande acontecimento trágico que continua a ter ressonância em nossa república" — do que ao tema judaico. Entretanto, Podhoretz talvez fosse mais americano do que seu acusador. Na época, era a "Guerra Contra os Judeus", não a "Guerra Entre os Estados", que figurava como mais importante para a vida cultural americana, A maioria dos professores universitários pode testemunhar que, em relação à Guerra Civil, um maior número de estudantes é capaz de localizar o holocausto nazista no século correto e em geral citar o número de mortos. Na verdade, o holocausto nazista é justamente a única referência histórica que tem ressonância hoje numa sala de aula universitária. Pesquisas mostram que um número maior de americanos é mais capaz de identificar O Holocausto do que Pearl Harbor ou a bomba atômica sobre o Japão.

Até muito recentemente, no entanto, o holocausto nazista mal figurava na vida americana. Entre o fim da Segunda Guerra Mundial e os últimos anos da década de 60, apenas uns poucos livros e filmes mencionavam o assunto. Apenas um curso universitário nos Estados Unidos estudava o assunto.{8} Quando Hannah Arendt publicou *Eichmann in Jerusalem,* em 1963, ela só pôde contar com dois estudos acadêmicos em língua inglesa — o de Gerald Reitlinger, *The Final Solution,* e o de Raul Hilberg, *The Destruction of the European Jews.*{9} A própria obra-prima de Hilberg era uma tentativa de ver a luz do dia.

O orientador de sua tese na Universidade de Colúmbia, o teórico social e judeu alemão Franz Neumann, desencorajou-o firmemente de escrever sobre o ponto principal ("It's your funeral", É seu funeral), pois nenhuma universidade ou editora importante publicaria o manuscrito completo. Quando finalmente foi publicado, *The Destruction of the European Jews* recebeu somente umas poucas resenhas, na maioria críticas.{10}

Não só os americanos em geral, mas também os judeus americanos, incluindo os intelectuais judeus, deram pouca importância ao holocausto nazista. Numa avaliação oficial de 1957, o sociólogo Nathan Glazer informou

que a Solução Final nazista (assim como Israel) “foi menosprezada no interior da colônia judaica americana”. Em um simpósio de *Commentary* sobre “Judaísmo e os jovens intelectuais”, de 1961, apenas dois dos trinta e um participantes destacaram seu impacto. Da mesma forma, uma mesa-redonda organizada pelo jornal *Judaism*, em 1961, com a participação de vinte e um judeus americanos sobre “Minha confirmação judaica”, praticamente ignorou o tema.{11} Nenhum monumento ou homenagem marcou o holocausto nazista nos Estados Unidos. Pelo contrário, a maior parte das organizações judaicas se opôs a tais comemorações. A pergunta é: Por quê?

A explicação comum é que os judeus ficaram traumatizados com o holocausto nazista e, portanto, reprimiram sua memória. Na verdade, nada comprova tal conclusão. Alguns sobreviventes, sem dúvida, preferiram, por essa razão, deixar de falar sobre o que aconteceu não só na época como nos últimos anos.

Muitos outros, no entanto, preferiam falar exaustivamente e, quando tinham chance, não paravam.{12} O problema é que os americanos não queriam ouvir.

A razão verdadeira para o silêncio público sobre o extermínio nazista era a política conformista da liderança judaica americana e o clima político do pós-guerra na América. Tanto nos assuntos internos quanto nos externos, as elites judaicas americanas fecharam com a política oficial dos EUA.{13} Com isso, facilitaram os objetivos tradicionais de assimilação e o acesso ao poder. No início da Guerra Fria, as organizações judaicas proeminentes aderiram à luta. Elas “esqueceram” o holocausto nazista porque a Alemanha — Alemanha Ocidental, em 1949 — tornou-se um aliado crucial do pós-guerra americano no confronto dos EUA com a União Soviética. Vasculhar o passado não seria útil; na verdade, era um complicador.

Com algumas reservas (logo descartadas), as grandes organizações judaicas americanas logo se alinharam com os EUA, apoiando o rearmamento de uma Alemanha mal desnazificada. O American Jewish Committee (AJC) (Comitê Judaico Americano), temeroso de que “alguma oposição organizada de judeus americanos, contra a nova política externa e a aproximação estratégica, pudesse isolá-los aos olhos da maioria não-judaica e pôr em risco suas conquistas do pós-guerra no cenário nacional”, foi o primeiro a pregar as virtudes do realinhamento. O World Jewish Congress (WJC) (Congresso Judaico Mundial), pró-sionista, e seus afiliados americanos derrubaram a oposição, depois de assinar acordos de compensação com a Alemanha no início dos anos

50, ao mesmo tempo que a Anti-Defamation League (ADL) (Liga Antidifamação) foi a primeira grande organização judaica a enviar uma delegação oficial à Alemanha, em 1954.

Juntas, essas organizações colaboraram com o governo de Bonn para conter a "onda antigermânica" do sentimento popular judeu.{14}

A Solução Final foi um tema tabu das elites judaicas americanas também por outra razão. Os judeus de esquerda, que se opunham ao alinhamento da Guerra Fria com a Alemanha contra a União Soviética, não iriam interromper as alusões a ela. Lembrar o holocausto nazista foi etiquetado como causa comunista. Presas ao estereótipo que confundia judeus com a esquerda — de fato, *os* judeus constituíam um terço da votação do candidato presidencial progressista Henry Wallace, em 1948 —, as elites judaicas americanas não hesitaram em sacrificar seus irmãos judeus ao altar do anticomunismo. Oferecendo suas listas de supostos judeus subversivos às agências governamentais, o AJC e a ADL endossaram a pena de morte para os Rosenberg, enquanto sua publicação mensal, *Commentary,* lançava editorial afirmando que eles não eram judeus *verdadeiros.*

Temendo ser associadas à esquerda fora e dentro do país, as grandes organizações judaicas se opuseram a cooperar com os alemães social-democratas antinazistas, assim como ao boicote dos produtos alemães e as manifestações públicas contra ex-nazistas fazendo turismo pelos Estados Unidos. Em compensação, a visita de dissidentes alemães conhecidos, como o pastor protestante Martin Niemöller, que esteve preso oito anos em campos de concentração nazistas e era contra a cruzada anticomunista, sofreu censura dos líderes judeus americanos.

Ansiosos por propalar suas credenciais anticomunistas, as elites judaicas chegaram a defender, e apoiar financeiramente, organizações de extrema-direita como a All-American Conference to Combat Communism (Conferência Americana de Combate ao Comunismo) e fizeram vista grossa à entrada de veteranos da SS nazista no país.{15}

Sempre ansiosa por se incorporar às regras das elites americanas e se dissociar dos judeus de esquerda, a organizada colônia judaica americana invocou o holocausto nazista em um único contexto: para denunciar a URSS. "A política soviética [anti-judaica] abriu oportunidades que não podem ser negligenciadas", dizia alegremente um memorando do AJC citado por Novick, "para reforçar certos aspectos do programa de política interna do AJC." Tipicamente, isso significava colocar no mesmo plano a Solução Final nazista e o

anti-semitismo russo. “Stalin terá sucesso onde Hitler falhou”, previa terrivelmente o *Commentary.* “Ele irá finalmente eliminar os judeus da Europa Central e do Leste. (...) O paralelo com a política nazista de extermínio está quase completo.” As grandes organizações judaicas americanas chegaram a denunciar a invasão da Hungria em 1956, pelos soviéticos, como “apenas um primeiro estágio no caminho do Auschwitz russo”.[{16}]

♦♦♦

Tudo mudou com a guerra árabe-israelense de junho de 1967. Realmente, na opinião geral, foi só depois desse conflito que O Holocausto tornou-se uma fixação na vida dos judeus americanos.[{17}] A explicação padrão dessa transformação é que o extremo isolamento e a vulnerabilidade de Israel, durante a guerra de junho, reavivaram as memórias do extermínio nazista. Na verdade, essa análise deturpa tanto a realidade das relações de poder na época, no Oriente Médio, quanto a natureza da evolução do relacionamento entre as elites judaicas americanas e Israel.

À medida que as principais organizações judaicas americanas menosprezavam o holocausto nazista, nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, para se alinhar às prioridades da Guerra Fria do governo americano, sua atitude em relação a Israel marcava passo na política americana. Desde o início, as elites judaicas americanas fomentaram profundos receios sobre um país judaico. Acima de tudo, havia o medo de que ele levasse à crença da carga de “dupla lealdade”. Enquanto a Guerra Fria se intensificava, essas preocupações iam se multiplicando. Já antes da fundação de Israel, os líderes judeus americanos alardeavam inquietos que, com a ampliação do Leste Europeu, a liderança de esquerda se juntaria ao bloco soviético. Embora acabassem adotando a campanha sionista por um Estado, as organizações judaicas americanas monitoravam de perto e se adaptavam aos sinais de Washington. De fato, o apoio do AJC à fundação de Israel incluía, principalmente, o medo de que resultasse uma reação interna contra os judeus se os judeus desalojados da Europa não fossem rapidamente estabelecidos.[{18}]

Mesmo com Israel alinhado ao Ocidente logo após sua fundação, muitos israelenses dentro e fora do governo mantiveram grandes simpatias pela União Soviética; como previsto, os líderes judeus americanos mantiveram Israel à mão.

De sua fundação em 1948 até a guerra de junho de 1967, Israel não figurou como foco no planejamento estratégico americano. Quando a liderança judaica palestina preparou-se para declarar o Estado, o presidente Truman foi evasivo, levando em conta vantagens internas (o voto judeu) contra o conselho do Departamento de Estado (na suposição de que um Estado judeu alienaria o mundo árabe). Para assegurar seus interesses no Oriente Médio, o governo Eisenhower apoiou tanto Israel quanto as nações árabes, contudo favorecendo os árabes.

As constantes discordâncias israelenses com os objetivos políticos dos Estados Unidos culminaram na crise de Suez de 1956, quando Israel conspirou com a Grã-Bretanha e a França para atacar o líder nacionalista do Egito, Gamal Abdel Nasser. Apesar da vitória relâmpago de Israel e da ocupação da Península do Sinai chamarem a atenção geral para seu potencial estratégico, os Estados Unidos ainda o consideraram como apenas um entre os vários patrimônios regionais. Por conseqüência, o presidente Eisenhower forçou realmente Israel a uma retirada incondicional do Sinai. Durante a crise, os líderes judeus americanos fizeram alguns breves esforços junto a Israel para alcançar as exigências americanas porque, em última análise, como lembra Arthur Hertzberg, eles "preferiam aconselhar Israel a atender [Eisenhower], em vez de se opor aos desejos do líder dos Estados Unidos".{19}

Exceto em algumas ocasiões em que foi objeto de doações, Israel praticamente saiu da cena judaica americana logo após sua fundação como Estado. De fato, Israel não era importante para os judeus americanos. Em seu estudo de 1957, Nathan Glazer escreveu que Israel "teve pouco efeito na vida interna da colônia judaica americana".{20} Os membros da Zionist Organization of America (Organização Sionista da América) caíram de centenas de milhares em 1948 para dezenas de milhares nos anos 60. Apenas 1 em cada 20 judeus americanos visitou Israel, antes de junho de 1967. Na reeleição de 1956, que ocorreu imediatamente após ele ter forçado a retirada humilhante de Israel do Sinai, o já considerável apoio a Eisenhower cresceu. No início dos anos 60, Israel se viu diante de uma dura crítica, devido ao seqüestro de Eichmann, por parte da opinião judaica de elite como Joseph Proskauer, ex-presidente do AJC, Oscar Handlin, historiador de Harvard, e o *Washington Post*, pertencente a um judeu. "O seqüestro de Eichmann", disse Erich Fromm, "é um ato ilegal exatamente do tipo pelo qual os nazistas (...) foram condenados."{21}

Do ponto de vista político, os intelectuais judeus americanos mostraram-se especialmente indiferentes ao destino de Israel. Em estudos detalhados sobre a ala da esquerda liberal, intelectuais judeus americanos de Nova York nos anos 60

sequer mencionam Israel.{22} Só pouco antes da guerra de junho, o AJC patrocinou um simpósio sobre “A identidade judaica aqui e agora”. Apenas três dos trinta e um “melhores crânios da comunidade judaica” aludiram a Israel; dois deles, para descartar sua relevância.{23}

Ironia total: exatamente os dois intelectuais judeus mais conhecidos que forçaram um elo com Israel, antes de junho de 1967: Hannah Arendt e Noam Chomsky.{24}

Veio então a guerra de junho. Impressionados com o aparato das forças de dominação de Israel, os Estados Unidos resolveram incorporá-lo como um novo recurso estratégico. (Já antes da guerra de junho, os Estados Unidos tenderam cautelosamente para Israel, quando os regimes do Egito e da Síria planejaram um considerável aumento de sua independência em meados dos anos 60.) A assistência militar e econômica começou a crescer assim que Israel transformou-se em um representante do poder dos EUA no Oriente Médio.

Para as elites judaicas americanas, a subordinação de Israel ao poder dos EUA foi uma bênção. O sionismo nasceu da premissa de que a assimilação era um castelo no ar, porque os judeus sempre seriam vistos como estrangeiros potencialmente desleais. Para resolver este dilema, os sionistas visavam a estabelecer uma pátria para os judeus. Na verdade, a fundação de Israel exacerbava o problema de uma diáspora para o povo judeu: trazia a carga da postura institucional de uma dupla lealdade. Paradoxalmente, depois de junho de 1967, Israel *facilitou* a assimilação nos Estados Unidos: os judeus agora estavam na linha de frente, defendendo a América — na realidade “a civilização ocidental” —, contra as etrógradas hordas árabes. Considerando que, antes de 1967, Israel levava a fama de dupla lealdade, agora adquiria a conotação de superlealdade. Afinal de contas, não eram os americanos, mas os israelenses que lutavam e morriam para proteger os interesses dos EUA.

E ao contrário dos recrutas americanos no Vietnã, os soldados israelenses não estavam sendo humilhados por pretensões de Terceiro Mundo.{25}

Por conseqüência, as elites americanas subitamente descobriram Israel. Depois da guerra de 1967, o ímpeto militar de Israel podia ser celebrado porque suas armas apontavam na direção certa — contra inimigos da América. Suas proezas marciais facilitaram inclusive a entrada nos santuários internos do poder americano. Antes, as elites judaicas só podiam oferecer pequenas listas de judeus subversivos; agora, podiam posar de interlocutores para os novos

objetivos estratégicos da América.

Num livro de memórias publicado pouco antes da guerra de junho, Norman Podhoretz lembrou constrangido ter comparecido a um jantar oficial da Casa Branca, que "não incluía uma só pessoa, exceto ele, que não estivesse visível e absolutamente encantada por estar ali".{26} Embora já editor da principal publicação judaica americana, *Commentary*, a autobiografia faz apenas uma ligeira alusão a Israel. O que Israel podia oferecer aos ambiciosos judeus americanos? Em um livro de memórias posterior, Podhoretz sublinha que, após junho de 1967, Israel virou "a religião dos judeus americanos".{27} Atualmente grande defensor de Israel, Podhoretz poderia não só comparecer com orgulho a um jantar na Casa Branca, como também ter um *tête-à-tête* com o presidente para deliberar sobre interesses nacionais.

Após a guerra de junho, as mais influentes organizações judaicas americanas trabalharam em tempo integral para firmar a aliança americana-israelense.

No caso da ADL, isso incluía uma vasta operação interna de vigilância ligada aos serviços de inteligência de Israel e da África do Sul.{28} A cobertura sobre Israel no jornal *The New York Times* aumentou consideravelmente após junho de 1967. Uma matéria sobre Israel de 1955 a 1965 preenchia na tabela do *New York Times* 152 cm de coluna. Em 1975, as matérias passaram a preencher 660 cm de coluna. "Quando queria me sentir melhor", refletiu Wiesel em 1973, "eu me voltava para a cobertura sobre Israel no *New York Times*."{29} Tal como Podhoretz, muitos intelectuais judeus americanos influentes também descobriram de repente a "religião", após a guerra de junho. Novick conta que Lucy Dawidowicz, a decana da literatura sobre o Holocausto, fora uma "crítica radical de Israel". Em 1953, ela opinava que Israel não podia exigir compensações da Alemanha, enquanto fugia às responsabilidades para com os palestinos desalojados: "A moralidade não é flexível." E, no entanto, quase imediatamente após a guerra de junho, Dawidowicz virou uma "eloqüente defensora de Israel", aclamando-o como "o paradigma coletivo para a imagem ideal dos judeus no mundo moderno".{30}

A postura favorita pós-1967, recriada pelos sionistas, foi tacitamente para justapor seu próprio apoio apregoado por um Estado de Israel suposta mente sitiado à covardia da colônia judaica americana durante O Holocausto. Na verdade, eles faziam exatamente o que as elites judaicas americanas sempre fizeram: acertar o passo com o poder americano. As classes letradas, sobretudo, exibiam poses heróicas. Vejamos o famoso crítico social, Irving Howe, da esquerda liberal. Em

1956, o jornal editado por Howe, *Dissent*, condenou o "ataque unido contra o Egito" como "imoral".

Embora na realidade se auto-sustentasse, Israel foi então acusado de "chauvinismo cultural", um "quase messiânico sentido de destino manifesto", e "uma oculta pretensão de expansionismo".{31} Depois da guerra de outubro de 1973, quando os americanos apoiaram o apogeu de Israel, Howe publicou um manifesto pessoal "sob extrema ansiedade" em defesa de um Israel isolado. O mundo gentio, lamentava-se numa espécie de paródia ao estilo de Woody Allen, estava impregnado de anti-semitismo. Até no Upper Manhattan, reclamava, Israel "deixou de ser chique": todos, exceto ele, eram manifestamente servos de Mao, Fanon e Guevara.{32}

Como objetivo estratégico da América, Israel não ficou isento a críticas. Além da crescente censura internacional por sua recusa em negociar um acordo com os árabes, segundo resoluções das Nações Unidas, e seu truculento apoio às ambições globais americanas,{33} Israel ainda teve de lidar com as dissensões internas nos EUA. Nos círculos governamentais americanos, os chamados arabistas sustentavam que colocar todos os ovos na cesta de Israel, ignorando as elites árabes, era minar os interesses nacionais dos EUA.

Alguns argumentavam que a subordinação ao poder dos EUA e a ocupação dos Estados árabes vizinhos era em princípio não só um erro, mas também prejudicial a seus próprios interesses. Israel se tornaria cada vez mais militarizado e fora do mundo árabe. Para seus novos "defensores" judeus americanos, no entanto, essa conversa beirava a heresia: um Israel independente em paz com seus vizinhos não teria valor; um Israel alinhado a correntes do mundo árabe, em busca de uma independência dos Estados Unidos, seria um desastre. Só seria possível um Israel espartano grato ao poder americano, pois só assim os líderes judeus americanos poderiam agir como porta-vozes das ambições imperiais americanas.

Noam Chomsky sugeriu que estes "defensores de Israel" deveriam ser chamados com mais propriedade de "defensores de uma moral degenerada e de uma definitiva destruição de Israel".{34}

Para proteger seu objetivo estratégico, as elites judaicas americanas "relembraram" O Holocausto.{35} A defesa convencional era que assim agiam porque, na época da guerra de junho, acreditavam que Israel estava em perigo mortal e foram dominados pelo medo de um "segundo Holocausto". Esta alegação

não se sustentou.

Consideremos a primeira guerra árabe-israelense. No despertar da independência, em 1948, a ameaça contra os judeus palestinos parecia muito mais iminente. David Ben-Gurion declarou que “700.000 judeus” estavam “cercados por 27 milhões de árabes — um contra quarenta”. Os Estados Unidos apoiaram um embargo de armas das Nações Unidas na região, estabelecendo um evidente limite ao rearmamento usufruído pelos exércitos árabes. A colônia judaica americana temia uma outra Solução Final nazista. Lamentando que os países árabes estivessem então “armando o aliado de Hitler, o Mufti, enquanto os Estados Unidos forçavam seu embargo de armas”, o AJC anteviu “um massacre e um completo holocausto na Palestina”. Até o secretário de Estado, George Marshall, e a CIA prognosticaram abertamente uma eventual derrota dos judeus no caso de uma guerra.{36} Embora, “na verdade, ganhasse o lado forte” (historiador Benny Morris), não foi uma vitória fácil para Israel. Durante os primeiros meses da guerra, no início de 1948, e principalmente com a independência declarada em maio, as chances de sobrevivência de Israel eram consideradas “meio a meio” por Yigael Yadin, chefe das operações do Haganah.

Sem um acordo de armamento secreto com os tchecos, Israel provavelmente não teria sobrevivido.{37} Depois de lutar por um ano, Israel sofreu 6.000 baixas, um por cento da população. Por que, então, O Holocausto não se tornou o centro de atenção da vida judaica americana na guerra de 1948?

Israel logo se revelou estar longe de ser vulnerável em 1967, ao contrário da época de sua luta de independência. Os líderes israelenses e americanos sabiam de antemão que Israel iria facilmente prevalecer numa guerra contra os países árabes. Esta realidade tornou-se explícita quando Israel fincou raízes nos territórios árabes vizinhos em poucos dias. Como relatado por Novick, “Houve surpreendentemente poucas referências explícitas ao Holocausto na mobilização judaica americana antes da guerra em benefício de Israel”.{38} A indústria do Holocausto só se difundiu *depois* da dominação militar esmagadora e do florescente e exagerado triunfalismo entre os israelenses.{39} A rede de interpretação padrão não consegue explicar estas anomalias.

Com os chocantes reveses iniciais de Israel, as mortes durante e o crescente isolamento internacional depois, a guerra árabe-israelense de outubro de 1973 — mantendo-se os cálculos convencionais — exacerbou o medo dos judeus americanos quanto à vulnerabilidade do Estado. Como conseqüência, a

memória do Holocausto passou então a ocupar o centro do palco. Novick, como seria típico, escreve: “Entre os judeus americanos (...) a situação de vulnerabilidade e isolamento de Israel passou a ser vista como terrivelmente semelhante à dos judeus europeus trinta anos antes (...). O assunto Holocausto não apenas ‘emergiu’ na América como se tornou cada vez mais *[sic]* institucionalizado”.{40}

Apesar de Israel ter beirado o precipício e, tanto em termos relativos como absolutos, sofrido mais baixas na guerra de 1948 do que na de 1973.

Exceto por sua aliança com os EUA, realmente, Israel ficou fora do favorecimento internacional, após a guerra de outubro de 1973. Comparemos, no entanto, com a guerra do Suez em 1956. Israel e a organizada colônia judaica americana alegaram que, às vésperas da invasão do Sinai, o Egito ameaçava realmente a existência de Israel, e que a retirada total dos israelenses do Sinai fatalmente minaria “o interesse vital de Israel: sua sobrevivência como Estado”.{41} A comunidade internacional, apesar disso, se manteve firme. Ao escrever sobre sua brilhante performance na Assembléia Geral das Nações Unidas, Abba Eban lembrou, certamente com tristeza, que “apesar de seu discurso ter sido longa e efusivamente aplaudido» ela continuou votando contra nós por larga maioria”.{42} Os Estados Unidos entraram fortemente neste consenso. Eisenhower não apenas forçou a retirada das forças israelenses, como também todo o apoio público dos EUA a Israel caiu em “declínio assustador” (historiador Peter Grose).{43} Em contraste, imediatamente após a guerra de 1973, os Estados Unidos deram uma maciça assistência militar a Israel, muito maior do que a combinada nos quatro anos precedentes, enquanto a opinião pública americana voltava firmemente as costas a Israel.{44} Esta foi a ocasião em que “o assunto Holocausto (...) ‘emergiu’ na América”, numa época em que Israel estava menos isolado do que tinha estado em 1956.

De fato, a indústria do Holocausto não ocupou o centro do palco porque os inesperados recuos durante a guerra de outubro de 1973, e o status de pária que se seguiu, levaram à lembrança da Solução Final.

Mas, sim, porque a expressiva exibição militar de Sadat, na guerra de outubro, convenceu as elites políticas dos EUA e de Israel que um acordo diplomático com o Egito, incluindo a devolução das terras egípcias ocupadas em junho de 1967, não podia mais ser evitado. Para elevar o nível de negociação de Israel, a indústria do Holocausto aumentou sua produção. A questão principal

é que, após a guerra de 1973, Israel não foi isolado pelos Estados Unidos: estes acertos ocorreram dentro da aliança EUA-Israel, que permaneceu absolutamente intacta.[45] O registro histórico sugere fortemente que, se Israel estivesse realmente sozinho após a guerra de outubro, as elites judaicas americanas não se lembrariam do holocausto nazista mais do que o fizeram em 1948 ou na guerra de 1956.

Novick deu explicações auxiliares ainda menos convincentes. Para estudantes judeus religiosos, por exemplo, ele sugeriu que "a Guerra dos Seis Dias ofereceu uma teologia popular de 'Holocausto e Redenção'". A "luz" da vitória de junho de 1967 redimiu a "escuridão" do genocídio nazista: "ela deu uma segunda chance a Deus". O Holocausto só podia emergir na vida americana após a vitória de junho de 1967, porque "o extermínio dos judeus europeus alcançou [um] — se não feliz, pelo menos viável — fim". Embora, na visão judaica comum, tenha sido a fundação de Israel e não a guerra de junho que marcou a redenção. Por que O Holocausto teria de esperar uma *segunda* redenção? Novick assegura que a "imagem dos judeus como heróis militares" na guerra de junho "serviu para apagar o estereótipo de vítimas fracas e passivas que (...) inibira previamente a discussão judaica do Holocausto".[46] Apesar da notável coragem de Israel na guerra de 1948 ter sido muito maior. E a "bravura" e o "brilho" de Moshe Dayan, na batalha das 100 horas sobre o Sinai em 1956, prenunciar a rápida vitória de junho de 1967. Por que, então, a colônia judaica americana insiste na guerra de junho para "apagar o estereótipo"?

A explicação de Novick sobre como as elites judaicas americanas usaram o holocausto nazista não convence. Consideremos estas passagens significativas:

Como os líderes judeus americanos queriam entender as razões de isolamento e vulnerabilidade de Israel — razões que poderiam levar a uma solução —, a explicação que dispunha de maior apoio foi que o esquecimento das memórias dos crimes nazistas contra os judeus, e a chegada em cena de uma geração ignorante do Holocausto, resultou na perda de apoio que Israel possuía.

[En]quanto as organizações judaicas americanas nada podiam fazer para alterar o passado recente no Oriente Médio, e muito pouco para determinar seu futuro, elas *podiam* trabalhar para reavivar a memória do Holocausto. Assim, a explicação do "esquecimento das lembranças" ofereceu um programa de ação. [A ênfase *é* do original].[47]

Por que a explicação de que o "esquecimento das lembranças" para as dificuldades pós-1967 de Israel, "[exige] o maior apoio"? Por certo, esta foi uma explicação improvável. Como o próprio Novick documentou fartamente, a ajuda inicial conquistada por Israel teve pouco a ver com a "memória dos crimes nazistas", {48} e, de qualquer modo, estas lembranças caíram no esquecimento muito antes que Israel perdesse o apoio internacional. Por que as elites judaicas poderiam fazer "muito pouco para determinar" o futuro de Israel? Ora, elas controlavam uma formidável rede organizacional. Por que "reavivar as lembranças do Holocausto" seria o único programa de ação?

Por que não apoiar o consenso internacional que pedia a retirada de Israel das terras ocupadas na guerra de junho, *assim como* "uma paz justa e duradoura" entre Israel e seus vizinhos árabes (Resolução 242 da ONU)?

A explicação coerente, embora menos tolerável, é que as elites judaicas americanas rememoraram o holocausto nazista antes de junho de 1967 apenas como expediente político. Israel, seu novo patrão, capitalizou o holocausto nazista durante o julgamento de Eichmann.{49} Para se mostrar útil, a organizada colônia judaica americana explorou o holocausto nazista depois da guerra de junho. Como ideologia, O Holocausto (capitalizado como já apontei) provou ser a arma perfeita para esvaziar as críticas a Israel. Exatamente como vou ilustrar aqui. Merece ênfase, no entanto, que, para as elites judaicas americanas, O Holocausto representou o mesmo papel que Israel: outra peça sem valor no arriscado jogo de poder. A preocupação confessada pela memória do Holocausto era tão constrangedora quanto a confessada pelo destino de Israel.{50} Foi assim que a organizada colônia judaica rapidamente perdoou e esqueceu a afirmação de Ronald Reagan, em 1985, de que os soldados alemães enterrados no cemitério de Bitburg (inclusive os membros da SS Waffen) eram "tão vítimas do nazismo quanto as vítimas dos campos de concentração". Em 1988, Reagan foi homenageado com o prêmio "Humanista do Ano" por uma das mais famosas instituições do Holocausto, o Simon Wiesenthal Center, e, em 1994, com a "Tocha da Liberdade" pela pró-Israel ADL.{51}

O desabafo, no início de 1979, do reverendo Jesse Jackson, de que estava "enjoado e cansado de ouvir sobre o Holocausto", não foi, no entanto, tão prontamente perdoado e esquecido. Na verdade, os ataques das elites judaicas americanas a Jackson jamais cessaram, embora não por suas "observações anti-semitas" mas, sim, pela "adesão à causa palestina" (Seymour Martin Lipset e Earl Raab).{52} No caso de Jackson, havia um fator adicional; ele representava o

eleitorado disputado pela organizada colônia judaica americana, a partir dos últimos anos da década de 1960. Também nestas disputas, O Holocausto provou ser uma poderosa arma ideológica.

Não foi a alegada fraqueza e isolamento de Israel, nem o medo de um "segundo Holocausto", mas antes sua comprovada força e aliança estratégica com os Estados Unidos, que conduziram as elites judaicas a produzir a indústria do Holocausto, depois de junho de 1967. Embora involuntariamente, Novick proporcionou a melhor prova para apoiar esta conclusão. A fim de mostrar que foram considerações de poder, e não a Solução Final nazista, que determinaram a política americana em relação a Israel, ele escreve: "Foi quando o Holocausto estava mais fresco na mente dos líderes americanos — os primeiros vinte e cinco anos depois do fim da guerra —, que os Estados Unidos *menos* apoiaram Israel. (...) Não foi quando Israel estava fraco e vulnerável, mas depois que mostrou sua força, na Guerra dos Seis Dias, que a ajuda americana a Israel mudou de um pingo para um dilúvio" (o grifo é do original).{53} Este argumento se aplica com a mesma força às elites judaicas americanas.

◆◆◆

Há também fontes nacionais da indústria do Holocausto. As principais interpretações apontam para a recente emergência da "política de identidade", de um lado, e da "cultura de vitimização", do outro. Em essência, cada identidade formou-se numa história particular de opressão; os judeus, em concordância, inserem sua própria identidade étnica no Holocausto.

Apesar disso, entre os grupos que denunciam sua vitimização, incluindo negros, latinos, índios americanos, mulheres, gays e lésbicas, só os judeus não estão em desvantagem na sociedade americana. De fato, a política de identidade e O Holocausto tiveram lugar entre os judeus americanos não por seu status de vítima, mas por eles *não* serem vítimas.

Assim que caíram as barreiras anti-semitas, logo após a Segunda Guerra Mundial, os judeus se destacaram nos Estados Unidos. Segundo Lipset e Raab, a renda *per capita* dos judeus é quase o dobro dos não-judeus; dezesseis dos quarenta americanos mais ricos são judeus; 40 por cento dos ganhadores americanos do prêmio Nobel de ciência e economia são judeus, assim como o são 20 por cento dos professores das maiores universidades; e 40 por cento dos sócios das grandes firmas de advocacia de Nova York e Washington. A lista continua.{54} Longe de

constituir um obstáculo, a identidade judaica tornou-se o coroamento desse sucesso. Assim como muitos judeus mantiveram Israel a distância quando ele representou um risco e voltaram a ser sionistas quando isso constituiu um benefício, também mantiveram sua identidade étnica disfarçada quando ela representou um risco e voltaram a ser judeus quando isso constituiu um benefício.

Sem dúvida, o sucesso histórico da comunidade judaica americana avalizou um coro doutrinário — talvez o solo — de sua recém-adquirida identidade como judeus. Quem ainda poderia discutir se os judeus foram um povo "escolhido"?

Em *A Certain People: American Jews and Their Lives Today,* Charles Silberman — ele próprio um judeu renascido — lança, num arroubo: "Os judeus seriam inferiores entre os humanos se tivessem aberto mão de qualquer noção conjunta de superioridade", e "é extremamente difícil para os judeus americanos se desfazerem do sentimento co-letivo de superioridade, embora muitos deles tentem subestimá-lo". O que uma criança judia americana herda, segundo o romancista Philip Roth, não é "um corpo de leis, um corpo de ensinamentos, uma língua e, finalmente, um Deus (...) mas uma espécie de psicologia: psicologia que pode ser traduzida em quatro palavras: "Os judeus são melhores".{55} Como veremos, O Holocausto foi a versão negativa de seu sucesso mundialmente vangloriado: serviu para validar a seleção judaica.

Por volta dos anos 70, o anti-semitismo não era um aspecto marcante na vida americana. Apesar disso, os líderes judeus começaram a alardear que a comunidade judaica americana estava ameaçada por um virulento "novo anti-semitismo".{56} As principais provas de um famoso estudo da ADL ("para aqueles que morreram por serem judeus") incluíam o espetáculo da Broadway *Jesus Christ Superstar* e um tablóide da contracultura que "retratava Kissinger como bajulador subserviente, covarde, fanfarrão, adulador, tirano, arrivista, manipulador diabólico, esnobe inseguro, amante inescrupuloso do poder" — em conclusão, uma narração incompleta.{57}

Para a organizada colônia judaica americana, essa histeria de um fabricado novo anti-semitismo serviu a muitos propósitos. Promoveu Israel a último refúgio, se e quando os judeus americanos precisassem de um. Além disso, o apelo das organizações judaicas por um levantamento de fundos com intenção de combater um suposto anti-semitismo ficou mais receptivo. "O anti-semita está na infeliz posição", observou Sartre certa vez, "de ter necessidade vital do verdadeiro inimigo que ele quer destruir."{58}

Para essas organizações judaicas, o contrário era igualmente verdade. Com o anti-semitismo em baixa, irrompeu nos últimos anos uma rivalidade implacável entre as maiores organizações judaicas de "defesa"— em particular, entre a ADL e o Simon Wiesenthal Center.{59} Na questão de levantamento de fundos, por acaso, as alegadas ameaças contra Israel servem ao mesmo propósito. Ao retornar de uma viagem aos Estados Unidos, o respeitado jornalista israelense Danny Rubinstein escreveu: "Segundo a maioria das pessoas do meio judaico, a coisa mais importante é insistir cada vez mais nos perigos externos que ameaçam Israel. (...) O agrupamento judaico da América precisa de Israel apenas como vítima do cruel ataque árabe. Para Israel como tal, consegue-se apoio, doações, dinheiro. (...) Todo mundo conhece o rótulo oficial das contribuições recolhidas pelo United Jewish Appeal in America (Apelo Judaico Unido da América), onde o nome de Israel é usado e metade da soma vai não para Israel, mas para as instituições judaicas americanas. Não é um cinismo maior?" Como veremos, a exploração feita pela indústria do Holocausto "das necessitadas vítimas do Holocausto" é a última e, indiscutivelmente, a pior manifestação deste cinismo.{60}

A razão principal posterior para alardear o anti-semitismo, no entanto, é outra. À medida que os judeus americanos usufruíam maior sucesso secular, eles se voltaram firmemente para a direita política. Embora ainda de centro-esquerda em questões culturais como a moralidade sexual e o aborto, os judeus foram ficando mais conservadores na política e na economia.{61}

Para complementar esta virada à direita houve outra interna, como judeus, não mais atentos aos aliados menos favorecidos do passado, mas cada vez mais identificados com seus recursos apenas para assuntos judaicos. Esta reorientação da colônia judaica americana{62} ficou claramente evidente no crescimento das tensões entre judeus e negros. Tradicionalmente aliados do povo negro contra a discriminação de raça nos Estados Unidos, muitos judeus romperam a aliança com os Direitos Civis, no final da década de 1970, quando, como relata Jonathan Kaufman, "os objetivos do movimento pelos direitos civis foram substituídos — passando da exigência de igualdade política e legal para a exigência de igualdade econômica". "Quando o movimento pelos direitos civis se mudou para o norte, para as vizinhanças destes judeus liberais", lembra igualmente Cheryl Greenberg, "a questão da integração ganhou um matiz diferente. Preocupados agora com o conceito de classe em vez dos termos raciais, os judeus marcharam em fila para os subúrbios, quase tão depressa quanto os

brancos cristãos, a fim de evitar o que consideraram deterioração de suas escolas e bairros.” O clímax memorável foi a prolongada greve dos professores da cidade de Nova York, em 1968, que opôs um grande sindicato profissional judaico contra os ativistas da comunidade negra pelo controle da ausência nas escolas. Relatos da greve se referem com freqüência ao anti-semitismo radical. O surgimento do racismo judaico — apenas na superfície antes da greve — não foi menos esquecido. Mais recentemente, publicitários e organizações judaicas figuraram com destaque nos esforços para desmantelar programas de ação afirmativa[{63}].

Em julgamentos importantes da Corte Suprema — *DeFunis* (1974) e *Bakke* (1978) —, o AJC, a ADL e o AJ Congress, aparentemente refletindo o prevalecente sentimento judaico, prestaram depoimentos jurídicos contra a ação afirmativa.[{64}]

Ao agir agressivamente para defender seus interesses de classe e corporativistas, as elites judaicas estigmatizaram como anti-semita toda oposição à sua nova política conservadora. Assim, o dirigente Nathan Perlmutter sustentou que o “verdadeiro anti-semitismo” na América consistia em iniciativas políticas “corrosivas aos interesses judaicos”, como ações afirmativas, cortes no orçamento da defesa e neo-isolacionismo, assim como oposição à energia nuclear e mesmo a reformas do Colégio Eleitoral.[{65}]

O Holocausto passou a representar um papel perigoso nessa ofensiva ideológica. O mais evidente é que, ao evocar a perseguição histórica, ele confunde a crítica dos dias atuais. Os judeus podiam até acenar para uma “quota no sistema”, pelo que sofreram no passado, como pretexto para se opor aos programas de ação afirmativa. Além disso, a rede do Holocausto conceituou o anti-semitismo como uma estrita aversão irracional dos não-judeus pelos judeus. Impediu a possibilidade de que a má vontade em relação aos judeus pudesse se basear num verdadeiro conflito de interesses (voltarei ao assunto mais adiante). Invocar O Holocausto foi, portanto, um estratagema vantajoso para desmoralizar toda crítica aos judeus: esta crítica só poderia nascer de um ódio patológico.

Assim como a organizada colônia judaica lembrou O Holocausto quando o poder israelense estava no auge, também apelou para O Holocausto quando o poder judaico americano chegou ao pico. A desculpa, no entanto, foi que, tanto lá quanto aqui, os judeus podiam se confrontar com um “segundo Holocausto”.

Desse modo, as elites judaicas americanas podiam assumir uma luta

heróica indultadas por uma covarde intimidação. Norman Podhoretz, por exemplo, salientou que a nova resolução judaica, depois da guerra de junho de 1967, era “resistir a quem quer que, de alguma forma, em qualquer nível e por qualquer razão tentasse nos prejudicar (...). De agora em diante, iremos ocupar nosso espaço”.{66} Tal como os israelenses que, armados até os dentes pelos Estados Unidos, puseram valentemente os indisciplinados palestinos em seu lugar, também os judeus americanos, corajosamente, puseram os indisciplinados negros em seu lugar.

Reinar sobre os menos capazes de se defender: este é o verdadeiro conteúdo da recuperada coragem da organizada colônia judaica americana.

CAPÍTULO 2

IMPOSTORES, TRAPACEIROS E HISTÓRIA

O despertar do Holocausto", observa o respeitado escritor israelense Boas Evron, "é atualmente uma doutrina oficial de propaganda, um martelar de slogans e uma falsa visão do mundo, cujo objetivo real não é entender o passado, mas manipular o presente." Em si, o holocausto nazista não serve a qualquer agenda política particular. Ele pode até motivar com facilidade discordâncias como o apoio à política de Israel. Vista de um prisma ideológico, no entanto, "a memória do extermínio nazista" surgiu para servir — nas palavras de Evron — "como uma poderosa ferramenta nas mãos da liderança israelense e dos judeus estrangeiros".{67} O holocausto nazista tornou-se O Holocausto.

Dois dogmas principais sustentam a estrutura do Holocausto: (1) O Holocausto marca categoricamente um acontecimento histórico único. (2) O Holocausto marca o clímax do ódio irracional e eterno dos não-judeus pelos judeus. Nenhum destes dogmas figurou em qualquer discurso público antes da guerra de junho de 1967; e, apesar de incluídos como temas centrais na literatura do Holocausto, nenhum deles faz parte dos verdadeiros estudos sobre o holocausto nazista.{68} Por outro lado, ambos os dogmas forçam laços importantes com o judaísmo e o sionismo.

Nos desastres da Segunda Guerra Mundial, o holocausto nazista não foi classificado como um fato unicamente judeu, como um acontecimento historicamente único. A organizada colônia judaica americana em particular penou para incluí-lo num contexto universalista. Após a guerra de junho, no entanto, a Solução Final nazista foi radicalmente restabelecida. "A primeira e mais importante reivindicação que emergiu da guerra de 1967 e se tornou emblemática no judaísmo americano", lembra Jacob Neusner, foi que "o Holocausto (...) era único, sem paralelo na história humana."{69}

Em um ensaio brilhante, o historiador David Stannard ridiculariza os "programadores da pequena indústria do Holocausto por disputarem a singularidade da experiência judaica com a mesma energia e engenhosidade de teólogos fanáticos".{70} O dogma de caráter único, além do mais, não tem sentido.

Todo acontecimento histórico, no nível mais básico, é único, quando visto apenas pelo critério de tempo e lugar, e todo acontecimento histórico

contém características distintas como também comuns a outros eventos históricos. A anomalia do Holocausto é ter sua singularidade defendida como absolutamente decisiva. Alguém poderia perguntar, que outro acontecimento histórico é tão difundido por seu caráter singular? Tipicamente, a visão diferenciada do Holocausto foi isolada com o fim de posicionar o fato numa categoria à parte. Jamais fica claro, no entanto, por que tantas características comuns devem ser avaliadas como triviais por comparação.

Todos os escritores que estudaram o assunto concordam que O Holocausto é único, mas poucos, se houver algum, explicam o porquê. A cada vez que a excepcional idade do Holocausto é empiricamente refutada, um novo argumento é acrescentado à sua sustentação. Os resultados, segundo Jean-Michel Chaumont, são vários, com argumentos conflitantes que acabam se anulando: "O conhecimento não é cumulativo. Antes, aperfeiçoa o argumento inicial de que cada situação nova começa do zero."[{71}] Em outras palavras: a singularidade é uma suposição da estrutura do Holocausto; resta provar, e não provar equivale à negação do Holocausto. O problema talvez esteja na premissa e não na prova. Mesmo que O Holocausto fosse único, que diferença faria?

O que mudaria em nossa compreensão se o holocausto nazista não fosse o primeiro, mas o quarto ou quinto numa linha de catástrofes comparativas?

A mais recente entrada na corrida pela singularidade do Holocausto foi a de Steven Katz, *The Holocaust in Historical Context,* Citando cerca de 5.000 títulos no primeiro de um projetado estudo em três volumes, Katz avalia toda a extensão da história da humanidade com a finalidade de provar que "o Holocausto é fenomenologicamente único pela virtude de que nunca antes um país determinou, como tópico de uma política intencional e atualizada, aniquilar fisicamente todo homem, mulher e criança pertencente a um povo específico". Para demonstrar esta tese, Katz explica: "𝄞 *é* unicamente C. 𝄞 pode dividir A, B, D,... X com ▲ mas não C. E outra vez 𝄞 pode dividir A, B, D, ... X com todos ▲ mas não C. Cada vez, como aconteceu, sobre 𝄞 ser unicamente C... *n* faltando C não *é* 𝄞 (...) Por definição, não são permitidas exceções a estas regras. ▲ compartilhando A, B, D, (...) X com 𝄞 pode ser como 𝄞 neste e em outros aspectos (...), mas em relação à nossa definição de singularidade qualquer um ou todos ▲ faltando C não são 𝄞 (...).

Claro, em sua totalidade  .  é mais do que C, mas nunca é sem C." Tradução: um acontecimento histórico contendo um aspecto distinto é um acontecimento histórico distinto. Para evitar qualquer confusão, Katz mais adiante elucida que ele usa o termo *fenomenologicamente* "não no sentido de Husserl, Shutz, Scheler, Heidegger e Merleau-Ponty". Tradução: a iniciativa de Katz é um absurdo total.[72] Mesmo se a prova sustentasse a tese central de Katz — o que não acontece — ele só provaria que O Holocausto contém um caráter distinto. O contrário seria uma surpresa. Chaumont conclui que o estudo de Katz é na realidade "ideologia" mascarada de "ciência".[73]

Uma curta distância separa a exigência pela singularidade do Holocausto da exigência de que O Holocausto não pode ser compreendido racionalmente.

Se O Holocausto não teve precedente na história, ele deve estar acima e, portanto, não pode ser alcançado pela história. Sem dúvida, O Holocausto é único porque inexplicável, e inexplicável porque único.

A chamada "sagração do Holocausto" por Novick é a mistificação mais praticada por Elie Wiesel. Para Wiesel, como observa Novick com exatidão, O Holocausto é efetivamente uma religião "misteriosa". Assim, Wiesel enuncia que o Holocausto "conduz às trevas", "nega todas as respostas", "fica fora, talvez além, da história", "desafia tanto o conhecimento quanto a descrição", "não pode ser explicado nem visualizado", "não é para ser compreendido ou transmitido", marca a "destruição da história" e a "mutação para uma escala cósmica". Só um pregador sobrevivente (leia-se: só Wiesel) está qualificado para divinizar seu mistério. Apesar do mistério do Holocausto, como Wiesel confessa, ser "incomunicável"; "não podemos sequer falar sobre ele". É assim que, por 25 mil dólares (mais limusine com chofer), Wiesel dá palestras dizendo que "o segredo da verdade de Auschwitz repousa no silêncio".[74]

Desse ponto de vista, entender O Holocausto como um todo é negá-lo. Em prol da racional negação e mistério do Holocausto. E comparar O Holocausto com os sofrimentos dos outros constitui, para Wiesel, uma "traição total da história judaica".[75] Alguns anos atrás, um tablóide de Nova York fez uma paródia na manchete: "Michael Jackson, e outros 60 milhões morreram num Holocausto Nuclear." O texto provocou um irado protesto de Wiesel: "Como se atrevem a se referir ao que aconteceu ontem como um Holocausto? Só houve um Holocausto..." Em seu novo livro de memórias, ao provar que a vida só pode imitar embustes, Wiesel critica Shimon Peres por falar "sem hesitação de 'dois holocaustos' no século XX:

Auschwitz e Hiroshima. Ele não devia fazer isso".[76] Um refrão

favorito de Wiesel declara que “a universalidade do Holocausto repousa em sua singularidade”.{77} Mas se ele é incomparável e incompreensivelmente único, como O Holocausto pode ter uma dimensão universal?

O debate sobre o caráter único do Holocausto é estéril. Na realidade, as pregações sobre a singularidade do Holocausto constituem uma forma de “terrorismo intelectual” (Chaumont). Os que praticam o método comparativo normal de pesquisa precisam primeiro enfrentar mil e uma ameaças para afastar a acusação de estarem “banalizando O Holocausto”.{78}

Um subtexto da singularidade do Holocausto é que O Holocausto foi um mal único. Embora terrível, o sofrimento de outros simplesmente não se compara.

Defensores da singularidade do Holocausto, como esperado, descartam esta implicação, mas tais objeções são falsas.{79}

As pretensões de singularidade do Holocausto são intelectualmente pobres e moralmente desacreditadas, embora persistentes. A questão é: por quê, em primeiro lugar, um sofrimento único confere um direito único? O caráter de mal único do Holocausto, segundo Jacob Neusner, não só separa os judeus dos outros, como também dá aos judeus um “direito sobre todos esses outros”. Para Edward Alexander, a singularidade do Holocausto é um “capital moral”; os judeus precisam “exigir soberania” sobre esta “valiosa propriedade”.{80}

De fato, o caráter único do Holocausto — esta “reivindicação” sobre outras, este “capital moral” — serve como álibi privilegiado para Israel. “A singularidade do sofrimento judaico”, sugere o historiador Peter Baldwin, “soma-se às demais reivindicações que Israel pode fazer (...) sobre outras nações.”{81} Portanto, de acordo com Nathan Glazer, O Holocausto, que se volta para a “peculiar *distinção* dos judeus”, dá a eles “o direito de se considerarem especialmente ameaçados e especialmente merecedores de todos os esforços necessários à sua sobrevivência”.{82} (A ênfase é do original.) Para citar um exemplo típico, toda e qualquer justificativa da decisão de Israel de desenvolver armas nucleares evoca o espectro do Holocausto.{83} Como se Israel, de qualquer modo, não partisse para o poder nuclear.

Há um outro fator em andamento. O reconhecimento da singularidade do Holocausto é o reconhecimento da supremacia judaica. Não é o sofrimento dos judeus, mas o que os *judeus* sofreram, que torna O Holocausto único. Ou: O Holocausto é especial porque os judeus são especiais. Assim Ismar Schorsch,

chanceler do Jewish Theological Seminary, ridiculariza a pretensão de singularidade do Holocausto como "uma versão secular detestável da escolha".{84} Sendo tão veemente quanto ao caráter único do Holocausto, Elie Wiesel não é menos incisivo sobre o caráter único dos judeus. "Tudo que nos diz respeito é diferente." Os judeus são "ontologicamente" excepcionais.{85} Marcando o clímax do ódio milenar dos não-judeus pelos judeus, O Holocausto autentica não apenas o sofrimento único dos judeus como também a singularidade judaica.

Novick escreve que, durante e após a Segunda Guerra Mundial, "dificilmente alguém de dentro do governo (EUA) — e dificilmente de fora, judeus e não-judeus — entenderia a frase 'abandono dos judeus'". O contrário se deu depois de junho de 1967. "O silêncio do mundo", "a indiferença do mundo", "o abandono dos judeus": estas expressões viraram refrões do "discurso do Holocausto".{86}

Ao se apropriar de uma doutrina sionista, a rede do Holocausto lançou a Solução Final de Hitler como o clímax de um ódio milenar dos não-judeus, pelos judeus. Os judeus morreram porque todos os não-judeus, fossem eles colaboradores criminosos ou passivos, queriam que eles morressem. "O mundo livre e 'civilizado'", segundo Wiesel, cedeu os judeus "ao seu algoz. Houve os matadores — os assassinos — e os que permaneceram em silêncio."{87} Não há qualquer prova histórica sobre o impulso assassino dos não-judeus.

O esforço de Daniel Goldhagen para comprovar uma variante deste argumento em *Hitler's Willing Executioners* quase beira o cômico.{88} Sua utilidade política, no entanto, é considerável. Alguém pode notar, acidentalmente, que a teoria do "eterno anti-semitismo", na verdade, alivia os anti-semitas. Como diz Arendt em *The Origins of Totalitarianism*, "esta doutrina, que foi adotada pelos anti-semitas profissionais, está fora de questão; ela dá o melhor álibi possível para todos os horrores. Se for verdade que a humanidade insistiu na matança dos judeus por mais de dois milhares de anos, então o assassinato de judeus é normal, e até humano, a ocupação e o ódio aos judeus estão justificados além da necessidade de argumentação. O aspecto mais surpreendente desta explicação é que ela tem sido adotada por uma grande maioria de historiadores imparciais e mesmo por um grande número de judeus".{89}

O dogma do Holocausto sobre o ódio eterno dos não-judeus serviu tanto para justificar a necessidade de um Estado judeu quanto para se

beneficiar com a hostilidade dirigida a Israel. O Estado judeu é a única salvaguarda contra a próxima (inevitável) explosão do anti-semitismo homicida; por conseqüência, o anti-semitismo homicida está por trás de todos os ataques ou mesmo manobras defensivas contra o Estado judaico. Para responder às críticas contra Israel, a escritora de ficção Cynthia Ozick tem uma réplica pronta: "O mundo quer eliminar os judeus (...) o mundo sempre quis liquidar os judeus."{90} Se todo o mundo quer os judeus mortos, a verdade é que ainda estão vivos — e, ao contrário de uma grande parte da humanidade, não morrem de fome.

Esse dogma também conferiu total autoridade a Israel: como os não-judeus estão sempre querendo matar os judeus, eles têm todo o direito de se proteger ao menor ataque.

Qualquer expediente usado por Israel, mesmo agressão e tortura, constitui legítima defesa. Deplorando a "lição do Holocausto" como uma eterna ameaça dos não-judeus, Boas Evron observa que ela "na verdade equivale a um ataque de paranóia (...) Esta mentalidade (...) perdoa por antecipação qualquer tratamento desumano aos não-judeus, prevalecendo o mito de que 'todo mundo colaborou com os nazistas na destruição do povo judaico', portanto tudo é permitido aos judeus em suas relações com os outros povo".{91}

Na estrutura do Holocausto, o anti-semitismo pagão é irracional e não-erradicável. Indo além do sionismo clássico, Goldhagen interpreta o anti-semitismo como "divorciado dos verdadeiros judeus", "fundamentalmente *não* uma resposta a qualquer avaliação objetiva da ação judaica", e "independente da natureza e das ações dos judeus". O "hospedeiro" de uma patologia mental pagã é a "mente". (A ênfase é do original.) Levado por "argumentos irracionais", o anti-semita, segundo Wiesel, "simplesmente se ressente pelo fato de que o judeu existe".{92} "Não só o que os judeus fazem ou deixam de fazer, nada tem a ver com o anti-semitismo", critica o sociólogo John Murray Cuddihy, "mas qualquer *tentativa* de explicar o anti-semitismo recorrendo à contribuição judaica para o anti-semitismo é ela própria um exemplo de anti-semitismo!" (ênfase do original).{93} O principal, claro, não é que o anti-semitismo seja justificável, nem que os judeus sejam culpados pelos crimes cometidos contra eles, mas que o anti-semitismo se desenvolve em um contexto histórico específico com sua conseqüente reciprocidade de interesses. "

Uma minoria dotada, bem organizada e de grande sucesso, pode provocar conflitos que derivam de tensões intergrupais objetivas", assinala Ismar Schorsch, apesar desses conflitos estarem "com freqüência disfarçados em estereótipos anti-semitas".{94}

A essência irracional do anti-semitismo é um pressuposto da essência irracional do Holocausto. Quer dizer, a Solução Final de Hitler careceu unicamente de racionalidade — ela foi um "mal", um genocídio "sem sentido"; a Solução Final de Hitler foi a culminância do anti-semitismo dos não-judeus; portanto o antisemitismo não-judeu é em sua essência irracional. Separadas ou juntas, tais afirmações não agüentam sequer um exame superficial.{95} Politicamente, no entanto, o argumento é extremamente útil.

Tornando os judeus irrepreensíveis, o dogma do Holocausto deixa Israel e a colônia judaica americana imune a censuras legítimas. A hostilidade árabe, a hostilidade afro-americana: elas "não têm fundamento como resposta a qualquer avaliação objetiva da ação dos judeus" (Goldhagen).{96} Diz Wiesel sobre a perseguição aos judeus: "Há dois milhares de anos (...) estamos sempre ameaçados... Por quê? Por razão nenhuma."

Sobre a hostilidade árabe contra Israel: "Pelo que somos e pelo que nossa pátria Israel representa — o coração de nossas vidas, o sonho de nossos sonhos — quando nossos inimigos tentam nos destruir, agem com o intento de destruir Israel." Sobre a hostilidade do povo negro contra o povo judeu: "O povo que se inspirou em nós não nos agradece, mas nos ataca. Estamos numa situação de verdadeiro perigo. Somos outra vez o bode expiatório de todos (...). Ajudamos os negros; sempre os ajudamos (...). Sinto pena dos negros. Se há algo que nos devem, é gratidão. Nenhum povo do mundo conhece a gratidão como nós; seremos sempre gratos."{97} Sempre perseguidos, sempre inocentes: este é o fardo de ser judeu.{98}

O dogma do Holocausto sobre o eterno ódio dos não-judeus também avaliza o dogma complementar do Holocausto de singularidade. Se O Holocausto marcou o clímax de um ódio pagão milenar pelos judeus, a perseguição dos não-judeus no Holocausto foi meramente acidental e a perseguição dos não-judeus na história meramente episódica. De todos os pontos de vista, então, o sofrimento judaico durante O Holocausto foi único.

Em última instância, o sofrimento judaico foi único porque os judeus são únicos. O Holocausto foi único porque não racional. Finalmente, seu ímpeto foi

a mais irracional de todas as paixões humanas. O mundo pagão odiou os judeus por inveja: *ressentimento*. O anti-semitismo, segundo Nathan e Ruth Ann Perlmutter, nasceu da "inveja e ressentimento dos não-judeus pelo fato de os judeus serem os melhores cristãos da praça (...) um grande número de não-judeus menos realizados se ressente de um menor número de judeus mais realizados".[{99}]

O Holocausto confirma assim a escolha dos judeus. Por serem melhores, ou mais bem-sucedidos, eles sofreram a ira dos não-judeus, que então os matavam.

Em uma breve nota, Novick pondera: "qual teria sido o discurso do Holocausto na América" se Elie Wiesel não fosse seu "principal intérprete?".[{100}] A resposta não é difícil de achar: antes de junho de 1967, a mensagem universalista do sobrevivente de um campo de concentração, Bruno Bettelheim, teve ressonância entre os judeus americanos. Depois da guerra de junho, Bettelheim foi posto de lado em favor de Wiesel. A relevância de Wiesel é fruto de sua utilidade política. Singularidade do sofrimento judaico/singularidade dos judeus e não-judeus sempre-culpados/judeus sempre-inocentes, defesa incondicional de Israel/ defesa incondicional dos interesses judaicos: Elie Wiesel *é* O Holocausto.

◆◆◆

Ao enunciar os principais dogmas do Holocausto, a maior parte dos textos sobre a Solução Final de Hitler perdeu valor como estudo. De fato, o campo de estudos sobre o Holocausto está repleto de falta de sentido, quando não cheio de fraudes. Especialmente revelador é o meio cultural que alimenta esta literatura.

O primeiro maior embuste sobre o Holocausto foi *The Painted Bird*, do polonês emigrado Jerzy Kosinski.[{101}] O livro foi "escrito em inglês", Kosinski explicou, para que "eu pudesse escrever sem paixão, livre da conotação emocional que a língua nativa sempre contém". Na verdade, qualquer que tenha sido a parte escrita por ele — uma questão não resolvida —, foi escrita em polonês. O livro se propôs a ser um relato autobiográfico de Kosinski, das errâncias de uma criança solitária por uma Polônia rural durante a Segunda Guerra Mundial.

Só que Kosinski viveu com seus pais durante toda a guerra. O tema do livro é a tortura sexualmente sádica perpetrada pelos camponeses poloneses. Os que leram o texto, antes de ser publicado, tacharam-no de uma "pornografia da violência" e "produto de uma mente obcecada com a violência sadomasoquista".

Kosinski inventou quase todos os episódios patológicos narrados. O livro retrata os camponeses poloneses com os quais viveu como virulentos anti-semitas. “Bata nos judeus”, eles escarneciam. “Bata nos bastardos.” Na realidade, os camponeses poloneses acolheram a família de Kosinski, apesar de saberem que eram judeus e das terríveis conseqüências que eles próprios sofreriam se fossem pegos.

Elie Wiesel saudou *The Painted Bird* no *New York Times Book Review* como “uma das melhores” acusações contra a era nazista, “escrito com profunda sinceridade e sensibilidade”. Cynthia Ozick mais tarde despejou que ela “imediatamente” reconheceu a autenticidade de Kosinski como “sobrevivente judeu e testemunha do Holocausto”. Ainda muito depois que Kosinski foi desmascarado como um impostor literário, Wiesel continuou a acumular elogios ao seu “notável volume de trabalho”.{102}

The Painted Bird tornou-se um texto básico do Holocausto. Foi um bestseller e vencedor de prêmios, traduzido para inúmeras línguas e imposto como leitura nas escolas. Fazendo o circuito do Holocausto, Kosinski apelidou-se como um “Elie Wiesel reduzido”. (Os incapazes de ganhar o montante de Wiesel por suas conferências — “o silêncio” não foi barato — ligaram-se a ele.)

Finalmente desmascarado por um semanário investigativo, Kosinski ainda foi firmemente defendido por *The New York Times,* que alegou ter sido ele vítima de um complô comunista.{103}

Uma fraude mais recente, *Fragments,*{104} de Binjamin Wilkomirski, apropria-se promiscuamente do Holocausto medíocre de *The Painted Bird.* Como Kosinski, Wilkomirski descreve a si próprio como uma criança sobrevivente e solitária que ficou muda, encerrada num orfanato e só muito mais tarde descobriu ser judeu. Como em *The Painted Bird,* a narrativa principal de *Fragments é* a voz simples, limitada, de uma criança inocente, permitindo também vagas alusões a tempo e nomes de lugares. Como *The Painted Bird,* cada capítulo de *Fragments* tem seu clímax numa orgia de violência. Kosinski apresentou *The Painted Bird* como “um lento descongelamento da mente”; Wilkomirski apresentou *Fragments* como uma “memória recuperada”.{105}

Uma impostura composta de retalhos, *Fragments* é apesar disso o arquétipo da memória do Holocausto. Ele se fixa primeiro nos campos de concentração, onde todos os guardas são loucos, monstros sádicos que se divertem em arrebentar as cabeças dos recém-nascidos. Mas as memórias clássicas dos campos de concentração nazistas concordam com a sobrevivente de

Auschwitz dra. Ella Lingens-Reiner: “Havia poucos sádicos. Não mais do que cinco ou dez por cento.”{106} O onipresente sadismo alemão, no entanto, é o destaque da literatura do Holocausto. Prestando um duplo serviço, ela “documenta” a única irracionalidade do Holocausto assim como o fanático anti-semitismo de seus executores.

A singularidade de *Fragments* está na sua representação da vida não durante, mas depois do Holocausto. Adotado por uma família suíça, o pequeno Binjamin ainda sofre novos tormentos. Ele caiu num mundo de negadores do Holocausto. “Esqueça — foi um pesadelo”, sua mãe gritava. “Foi apenas um pesadelo... Você não deve pensar mais nisso.” “Aqui neste país”, ele se irrita, “todos me dizem para esquecer, que isso nunca aconteceu, eu apenas sonhei. Mas todos sabem tudo sobre os campos!”

Mesmo na escola, “os garotos me apontavam, mostravam os punhos e gritavam: ‘Ele está delirando, não existiu tal coisa. Mentiroso! Ele é doido, maluco, é um idiota”. (Um aparte: eles estavam certos.)

Esmurrando-o, entoando expressões anti-semitas, todas as crianças não-judias se juntavam contra o pobre Binjamin, enquanto os adultos continuavam a provocar: “Você está inventando coisas!”

Levado por um desespero abjeto, Binjamin alcançou a epifania do Holocausto. “Os campos ainda existem — apenas estão escondidos e bem disfarçados. Eles tiraram seus uniformes e se vestiram com roupas bonitas para não serem reconhecidos... Basta fazer uma vaga alusão de que talvez, possivelmente, você seja judeu — e irá sentir: estas são as mesmas pessoas, tenho certeza. Eles ainda podem matar, mesmo sem uniforme.” Mais do que uma homenagem ao dogma do Holocausto, *Fragments* é uma bomba de efeito moral: mesmo na Suíça — na Suíça neutra — todos os não-judeus querem matar os judeus.

Fragments foi amplamente saudado como um clássico da literatura do Holocausto. Foi traduzido para uma dezena de línguas e ganhou o Jewish National Book Award, o prêmio do *Jewish Quarterly,* e o Prix de Mémoire de la Shoah. Estrela de documentários, orador em conferências e seminários, levantador de fundos para o Museu Memorial do Holocausto das Nações Unidas, Wilkomirski rapidamente se tornou o garoto-propaganda do Holocausto.

Ao aclamar *Fragments* como uma “pequena obra-prima”, Daniel Goldhagen foi o principal defensor acadêmico de Wilkomirski. Historiadores

conhecidos, como Raul Hilberg, no entanto, desde o início classificaram *Fragments* como uma fraude. Hilberg também fez as perguntas certas após a denúncia de fraude: “Como este livro passou por memórias em várias editoras? Como puderam convidar o senhor Wilkomirski para o Museu Memorial do Holocausto das Nações Unidas assim como para universidades de prestígio? Por que não temos um controle decente de qualidade quando se trata de avaliar um material do Holocausto para publicação?”{107}

Meio excêntrico, meio charlatão, Wilkomirski passou toda a guerra na Suíça. Ele sequer era judeu. Ouçam, no entanto, os obituários da indústria do Holocausto:

Arthur Samuelson (editor): *Fragments “é* um livro excelente. (...) Só é uma fraude se considerado não-ficção. Eu irei portanto republicá-lo na categoria de ficção. Talvez não seja verdade — mas, nesse caso, é um escritor melhor ainda!” Carol Brown Janeway (editor e tradutor): “Se as acusações (...) forem corretas, então o que está no tema não são fatos empíricos que podem ser checados, mas fatos mentais que precisam ser ponderados. O que exigiria uma checagem da alma, e isto é impossível.”

Há mais ainda. Diretor do Yad Vashem e professor do Holocausto na Universidade Hebraica, Israel Gutman é também um ex-interno de Auschwitz. De acordo com Gutman, “não é tão importante” se *Fragments é* uma fraude. “Wilkomirski escreveu uma história que ele sentiu em profundidade; quanto a isso não há dúvida... Ele não é falso. É alguém que viveu esta história muito profundamente na alma. A dor é autêntica.” Portanto, não importa se ele passou a guerra em um campo de concentração ou em um chalé suíço; Wilkomirski não é uma fraude se sua “dor é autêntica”: assim diz um sobrevivente de Auschwitz que se tornou especialista em Holocausto. Os outros merecem desprezo; Gutman, só pena.

The New Yorker deu o título de “Roubando o Holocausto” a seu artigo sobre a fraude de Wilkomirski. Ontem Wilkomirski era festejado por seus contos sobre os maus não-judeus; hoje é punido como outro mau não-judeu. A culpa é *sempre* dos não-judeus. Sem dúvida, Wilkomirski inventou seu passado de Holocausto, mas a verdade maior é que a indústria do Holocausto, construída sobre uma fraudulenta desapropriação da história com motivações ideológicas, preparou-se para celebrar a invenção de Wilkomirski. Ele foi um “sobrevivente” do Holocausto esperando ser desmascarado.

Em outubro de 1999, o editor alemão de Wilkomirski retirou *Fragmento* das livrarias e reconheceu finalmente em público que ele não era um órfão judeu, mas um

homem nascido na Suíça e chamado Bruno Doessekker. Informado de que a encenação terminara, Wilkomirski ameaçou desafiando: "Eu sou Binjamin Wilkomirski!" Só um mês depois, o editor americano Schocken tirou *Fragments* de seu catálogo.{108}

Imagine agora a literatura secundária. Um sinal indicador desta literatura é o espaço reservado à "conexão árabe". Apesar do Mufti{109} de Jerusalém não ter representado "qualquer parte significativa no Holocausto", Novick conta que o quarto volume da *Encyclopedia of the Holocaust* (editada por Israel Gutman) deu a ele um "papel principal". O Mufti paga também seu preço no Yad Vashem: "O visitante é levado a concluir", escreve Tom Segev, "que há muito em comum entre os planos nazistas para destruir os judeus e a animosidade dos árabes contra Israel." Numa comemoração em Auschwitz celebrada pelo clero representando todas as denominações religiosas, Wiesel fez objeção apenas à presença de um muçulmano libanês: "Não estaremos esquecendo (...) que o Mufti Hajj Amin el-Husseini de Jerusalém foi amigo de Heinrich Himmler?" Se, por acaso, o Mufti foi figura central na Solução Final de Hitler, por que Israel não o levou a julgamento como Eichmann? Ele vivia livremente no vizinho Líbano após a guerra.{110}

Especialmente no rastro da desastrosa invasão do Líbano por Israel, em 1982, e como as exigências da propaganda oficial israelense ficaram sob o ataque desmoralizador dos "novos historiadores" de Israel, os apologistas tentaram desesperadamente ligar os árabes ao nazismo. O famoso historiador Bernard Lewis manipulou para dedicar um capítulo inteiro de sua curta história do anti-semitismo, além das três páginas da "breve história dos últimos 2.000 anos" do Oriente Médio, ao nazismo árabe.

No extremo liberal do contexto do Holocausto, Michael Berenbaum do Museu Memorial do Holocausto de Washington reconheceu nobremente que "as pedras lançadas pelos jovens palestinos furiosos com a presença de Israel (...) não têm sinonímia com o assalto nazista contra os judeus civis desarmados".{111}

O mais recente exagero sobre o Holocausto é *Hittler's Willing Exectutioners*, de Daniel Jonah Goldhagen. Todos os jornais importantes publicaram uma ou mais resenhas durante semanas. *The New York Times* fez várias reportagens aclamando o livro de Goldhagen como "um dos raros novos trabalhos que merecem ser chamados de marco" (Richard Bernstein). Vendendo meio milhão de exemplares e traduzido para 13 línguas, *Hitler's Willing Executioners* foi elevado pela revista *Time* ao "livro mais comentado" e o segundo melhor livro de não-ficção do ano.{112}

Elogiando a "pesquisa notável", e o "volume de provas (...) com um

esmagador apoio em documentos e fatos", Elie Wiesel anunciou *Hitler's Willing Executioners* como uma "tremenda contribuição ao entendimento e ensino do Holocausto". Israel Gutman o aplaudiu por "esclarecer sob novos ângulos questões primordiais" ignoradas pelo "principal corpo acadêmico do Holocausto". Nomeado para a cátedra do Holocausto na Universidade de Harvard, emparelhado com Wiesel na mídia nacional, Goldhagen rapidamente tornou-se presença obrigatória no circuito do Holocausto.

A tese central do livro de Goldhagen é o dogma padrão do Holocausto: guiado pelo ódio patológico, o povo alemão apegou-se à oportunidade validada por Hitler para matar os judeus. Até o principal escritor do Holocausto, Yehuda Bauer, professor da Universidade Hebraica e diretor do Yad Vashem, embarcou neste dogma.

Referindo-se alguns anos atrás aos perpetradores desta fixação, Bauer escreveu: "Os judeus foram mortos pelo povo que, em sua grande maioria, na verdade não os odiava... Os alemães não odiavam os judeus a ponto de matá-los." Mas, numa recente resenha do livro de Goldhagen, Bauer sustentou exatamente o oposto: "A forma mais radical de atitudes assassinas dominou do final da década de 1930 em diante... Com a explosão da Segunda Guerra Mundial, a vasta maioria dos alemães se identificou de tal forma com o regime e sua política anti-semita que foi fácil recrutar assassinos." Perguntado sobre esta discrepância, Bauer respondeu: "Não vejo qualquer contradição nestas declarações."{113}

Embora com aparato de estudo acadêmico, *Hitler's Willing* não passa de um compêndio de violência sádica. Por pouco Goldhagen não ultrapassa Wilkomirski: *Hitler's Willing tem* mais rodapés. Repleto de grosseiras falsificações de material de pesquisa e contradições, é uma obra destituída de valor acadêmico. Em *A Nation on Trial,* Ruth Bettina Birn e este escritor documentaram a má qualidade do material de Goldhagen. A controvérsia que se seguiu ilustrou de modo instrutivo os trabalhos internos da indústria do Holocausto.

Birn, a maior autoridade do mundo nos arquivos consultados por Goldhagen, primeiro publicou suas descobertas críticas no *Historical Journal de* Cambridge. Goldhagen recusou o convite do jornal para uma refutação e, em vez disso, contratou uma poderosa firma de advocacia de Londres para processar Birn e a Cambridge University Press pelas "muitas calúnias graves".

Exigindo um elogio, uma retratação e uma promessa de Birn de que ela não repetiria suas críticas, os advogados de Goldhagen ameaçaram então que "o surgimento de qualquer publicidade de sua parte como resultado desta carta aumentará a indenização por futuros agravos nos prejuízos".{114}

Logo depois que as mesmas descobertas críticas deste escritor foram publicadas pela *New Left Review*, a Metropolitan, uma editora de Henry Holt, concordou em publicar ambos os textos em um livro. O *Forward* denunciou, na primeira página, que a Metropolitan estava "preparando um livro de Norman Finkelstein, um notório opositor ideológico do Estado de Israel". O *Forward* atua como a força principal de "correção do Holocausto" nos Estados Unidos.

Alegando que "a evidente tendência política e as audaciosas afirmações (...) são indiscutivelmente marcadas pelo seu anti-sionismo", a ADL pediu a Abraham Foxman que convencesse Holt a desistir da publicação do livro: "A questão (...) não é se a tese de Goldhagen está certa ou errada, mas o que é 'crítica legítima' e o que vai além de seus limites." Ao que a editora assistente da Metropolitan respondeu: "A questão é justamente se a tese de Goldhagen está certa ou errada."

Leon Wieseltier, editor literário do pró-Israel *New Republic*, interveio pessoalmente com Holt junto ao presidente Michael Naumann. "Você não sabe quem é Finkelstein. Ele é um veneno, um judeu repugnante que se odeia, algo que você encontra sob uma pedra." Chamando a decisão de Holt de "uma desgraça", Elan Steinberg, diretor-executivo do World Jewish Congress, opinou: "Se eles querem ser lixeiros deveriam usar uniformes sanitários."

"Eu nunca vi", lembrou Naumann mais tarde, "uma tal tentativa de partes interessadas em perseguir publicamente uma futura publicação."

O famoso historiador e jornalista israelense Tom Segev observou em *Haaretz* que a campanha convergiu para um "terrorismo cultural".

Como historiadora-chefe da seção canadense do Departamento de Justiça dos Crimes de Guerra e Crimes Contra a Humanidade, Birn em seguida esteve sob ataque das organizações judaicas canadenses. Reclamando que eu fui um "anátema para a vasta maioria dos judeus deste continente", o Canadian Jewish Congress (CJC) (Congresso Judaico Canadense) denunciou a colaboração de Birn no livro. Exercendo pressão sobre seu empregador, o CJC enviou um protesto junto ao Departamento de Justiça. Esta queixa, anexada a um relatório anterior do CJC chamando Birn de "membro da estirpe de assassinos" (ela nasceu na Alemanha), sugeria uma investigação oficial sobre ela.

Mesmo após a publicação do livro, não cessaram os ataques ignominiosos. Goldhagen alegou que Birn, cuja vida profissional foi dedicada à perseguição dos criminosos de guerra nazistas, era uma alimentadora do anti-semitismo, e que eu era de opinião que as vítimas do nazismo, incluindo meus pais, mereciam morrer.{115} Os colegas de Goldhagen no Centro de Estudos Europeus na Universidade de Harvard, Stanley Hoffmann e Charles Maier, seguiram pelo mesmo caminho.{116}

Ao dizer que as acusações de censura não passavam de "boatos", *The New Republic* alegou haver "diferença entre censura e um texto fora dos padrões". *A Nation on Trial* foi endossado pelos melhores historiadores do holocausto nazista, incluindo Raul Hilberg, Christopher Browning e Ian Kershaw. Estes mesmos acadêmicos desmistificaram o livro de Goldhagen; Hilberg chamou-o de "inútil". Padrões, na verdade.

Considerem, finalmente, o padrão: Wiesel e Gutman apoiaram Goldhagen; Wiesel apoiou Kosinski; Gutman e Goldhagen apoiaram Wilkomirski. Conectem os participantes: esta é a literatura do Holocausto.

Apesar de toda essa retórica, não há prova de que os negadores do Holocausto exerçam mais influência nos Estados Unidos do que no restante da sociedade terrena. Dada a falta de sentido da agitação diária promovida pela indústria do Holocausto, é de espantar que haja tão *poucos* "céticos". Não é difícil detectar as razões por trás dos protestos de uma difundida negação do Holocausto. Numa sociedade saturada com O Holocausto, como justificar que mais museus, livros, cursos, filmes e programas sejam necessários para expulsar o fantasma da negação do Holocausto? Mas lançaram o aclamado livro de Deborah Lipstadt, *Denying the Holocausto*{117} assim como os resultados de um inepto questionário feito pelo American Jewish Committee, sob alegação de uma difundida negação do Holocausto, logo que o Museu Memorial do Holocausto de Washington foi aberto.{118}

Denying the Holocaust é uma versão atualizada dos tratados do "novo anti-semitismo". Para documentar a difundida negação do Holocausto, Lipstadt cita uma porção de publicações excêntricas. Sua *pièce de resistance é* Arthur Butz, um desconhecido que ensina engenharia elétrica na Northwestern University e um livro publicado, *The Hoax of the Twentieth Century*, por uma editora desconhecida. Lipstadt intitula o capítulo sobre ele de "Entering the Mainstream" (O domínio da prevalência). Se não fosse pelas graças de

Lipstadt, ninguém teria ouvido falar de Arthur Butz.

Na verdade, o único que realmente nega o Holocausto é Bernard Lewis. Uma corte francesa até condenou Lewis por negar o genocídio. Mas Lewis negou o genocídio turco dos armênios durante a Primeira Guerra Mundial, não o genocídio nazista dos judeus, e Lewis é pró-Israel.{119} Por conseqüência, este exemplo de negação do Holocausto não suscitou fúria nos Estados Unidos. A Turquia é aliada dos israelenses. Mencionar o genocídio armênio é, portanto, um tabu. Elie Wiesel e o rabino Arthur Hertzberg, assim como o AJC e o Yad Vashem, se retiraram de uma conferência internacional em Tel Aviv sobre genocídio porque os patrocinadores acadêmicos, contra as advertências do governo israelense, incluíram sessões sobre o caso armênio. Wiesel também quis, unilateralmente, abortar a conferência e, segundo Yehuda Bauer, fez um lobby pessoal para que outros não comparecessem.{120}

Agindo sob ordens de Israel, o US Holocaust Council (Conselho do Holocausto dos EUA) praticamente eliminou a menção aos armênios do Museu Memorial do Holocausto de Washington, e os lobistas judeus no Congresso impediram um dia de lembrança ao genocídio armênio.{121}

Questionar o testemunho de um sobrevivente, denunciar o papel dos colaboradores judeus, sugerir que os alemães sofreram durante o bombardeio de Dresden ou que todos os países além da Alemanha cometeram crimes na Segunda Guerra Mundial — é tudo evidência, segundo Lipstadt, da negação do Holocausto.{122} E sugerir que Wiesel se aproveitou da indústria do Holocausto, ou mesmo questioná-lo, também é negar o Holocausto.{123}

Lipstadt diz que as formas mais “insidiosas” de negação do Holocausto são as “equivalências imorais”: ou seja, a negação da singularidade do Holocausto.{124} Este argumento tem implicações intrigantes. Daniel Goldhagen argumenta que as ações dos sérvios em Kosovo “diferem, em sua essência, daquelas da Alemanha nazista apenas em escala”.{125} Isto faria de Goldhagen “em essência” um dos que negam o Holocausto. O fato é que, do ponto de vista político, os comentaristas israelenses compararam as ações da Sérvia em Kosovo com as dos israelenses em 1948 contra os palestinos.{126} Pela avaliação de Goldhagen, então, Israel cometeu um Holocausto. Nem um só palestino jamais reivindicou isso.

Nem toda literatura revisionista — apesar da política grosseira ou da motivação de seus ativistas — é totalmente sem efeito. Lipstadt estigmatiza David

Irving “como um dos mais perigosos difusores da negação do Holocausto” (ele recentemente perdeu um processo por calúnia na Inglaterra contra ela por estas e outras declarações). Mas Irving, notório admirador de Hitler e simpatizante do nacional-socialismo alemão, apesar disso, como observa Gordon Graig, tem dado uma “indispensável” contribuição ao nosso conhecimento sobre a Segunda Guerra Mundial. Tanto Arno Mayer, em seu importante estudo sobre o Holocausto nazista, quanto Raul Hilberg citam publicações que negam o Holocausto. “Se esta gente quer falar, deixem”, diz Hilberg. “Eles apenas conduzem os que, como nós, fazem pesquisas, a reexaminar o que poderíamos considerar como óbvio. E isso nos é muito útil.”{127}

◆◆◆

Dia Anual de Lembrança do Holocausto é um evento nacional. Todos os 50 estados patrocinam comemorações, com freqüência nas câmaras legislativas estaduais. A Association of Holocaust Organization (Associação das Organizações do Holocausto) relaciona mais de 100 instituições ligadas ao Holocausto nos Estados Unidos. Sete grandes museus do Holocausto se espalham pela paisagem americana. A peça central deste exercício de memória é o Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos em Washington.

A primeira pergunta é por que existe até um Museu do Holocausto fundado pelo governo federal na capital do país? Sua presença no Washington Mall é incongruente com a ausência de um museu aos crimes no curso da história americana. Imagine os protestos de acusação de hipocrisia aqui se a Alemanha construísse um museu nacional em Berlim para relembrar, não o genocídio nazista, mas a escravidão americana ou o extermínio dos índios americanos.{128}

O planejador do Museu do Holocausto escreveu: “Ele tenta meticulosamente evitar qualquer tentativa de doutrinação, a partir da manipulação de impressões ou emoções.” De sua concepção a sua conclusão, no entanto, o museu se atolou na política.{129} No início da campanha de reeleição, Jimmy Carter iniciou o projeto para agradar os contribuintes e eleitores judeus, irritados com o reconhecimento, pelo presidente, dos “direitos legítimos” dos palestinos. O diretor da Conference of Presidents of Major American Jewish Organizations, rabino Alexander Schindler, deplorou o reconhecimento de Carter dos direitos humanos palestinos como uma iniciativa “chocante”. Carter anunciou os planos para o museu durante a visita do primeiro-ministro Menachem Begin a Washington e em meio a uma quente batalha

no Congresso sobre a proposta do governo de venda de armas para a Arábia Saudita. Outras implicações políticas também nasceram com o museu. Ele calou as bases cristãs do anti-semitismo europeu de modo a não ofender um poderoso eleitorado. Ele minimizou as cotas discriminatórias americanas de imigração antes da guerra, exagerou o papel dos americanos na libertação dos campos de concentração e silenciou sobre o maciço recrutamento de criminosos nazistas pelos EUA no final da guerra.

A mensagem que cobre com um arco o Museu é que "nós" sequer podemos entender, abandonados ao confinamento, tais maldades. O Holocausto "macula as sementes do *ethos* americano", observa Michael Berembaum no livro que acompanha o museu. "Vemos em (sua) execução uma violação de todos os valores americanos essenciais." O Museu do Holocausto sinaliza a lição sionista de que Israel foi "a resposta apropriada ao nazismo" com as cenas finais de sobreviventes judeus lutando para entrar na Palestina.{130}

A politização começa mesmo antes que alguém cruze a entrada do museu. Ele está situado na Raoul Wallenberg Place. Wallenberg, um diplomata sueco, é homenageado porque resgatou milhares de judeus e acabou numa prisão soviética. Seu colega sueco, conde Folke Bernadotte, não é honrado porque, embora ele também tenha resgatado milhares de judeus, o ex-primeiro-ministro israelense Yitzak Shamir ordenou seu assassinato por ser igualmente "pro-árabe".{131}

A charada política do Museu do Holocausto, no entanto, é que devia ser lembrada. Teriam sido os judeus as únicas vítimas do Holocausto, ou outros que também morreram na perseguição nazista deveriam entrar como vítimas?{132}

Durante os estágios de planejamento do museu, Elie Wiesel (com Yehuda Bauer do Yad Vashem) comandou a ofensiva para homenagear apenas os judeus. Aclamado como "especialista incontestável do período do Holocausto", Wiesel argumentou com tenacidade a favor da proeminência dos judeus como vítimas. "Como sempre, eles começam pelos judeus", sublinhou. "Como sempre, eles não param nos judeus."{133} Mesmo não tendo sido os judeus mas os comunistas as primeiras vítimas políticas, não os judeus, mas os deficientes físicos e mentais as primeiras vítimas do genocídio nazista.{134}

Justificar a não inserção do genocídio cigano foi o principal desafio do Museu do Holocausto. Os nazistas mataram quase meio milhão de ciganos com perdas proporcionais iguais ao do genocídio judeu.{135} Escritores do Holocausto como Yehuda Bauer sustentaram que os ciganos não foram

vítimas do mesmo genocídio furioso dos judeus. Historiadores respeitados do Holocausto como Henry Friedlander e Raul Hilberg, no entanto, afirmam o contrário.{136}

Múltiplas razões estiveram por trás da marginalização por parte do museu genocídio cigano.

Primeiro: não se pode comparar a perda de ciganos com a vida judaica. Ridicularizando o apelo por uma representação dos ciganos no US Holocaust Memorial Council (Conselho Americano do Memorial do Holocausto) como "lunático", o diretor-executivo, rabino Seymour Siegel, duvidou até da "existência" deles como povo: "Deve haver algum reconhecimento ou conhecimento do povo cigano (...) se é que isso existe." Ele admitiu, no entanto, ter "havido algum sofrimento sob os nazistas". Edward Linenthal lembra as "profundas suspeitas" dos representantes ciganos do conselho, "abastecidas pela clara evidência de que alguns membros do conselho sentiram a participação deles no museu da mesma forma como uma família lida com os indesejáveis, embaraçando os parentes".{137}

Segundo: reconhecer o genocídio cigano significava a perda de uma marca exclusiva dos judeus no Holocausto, com uma considerável perda do "capital moral" judaico. Terceiro: se os nazistas perseguiram tanto ciganos quanto judeus, ficava insustentável o dogma de que O Holocausto marcou o clímax do ódio milenar dos não-judeus pelos judeus. Da mesma forma, se a inveja dos não-judeus estimulou o genocídio judaico, não teria ela igualmente incitado o genocídio cigano? Na exposição permanente do museu, as vítimas não-judaicas do nazismo recebem apenas um tostão de reconhecimento.{138}

Finalmente, a agenda política do Museu do Holocausto foi também marcada pelo conflito árabe-israelense.

Antes de servir como diretor do museu, Walter Reich escreveu um hino de louvor ao fraudulento *From Time Immemorial*, de Joan Peters, no qual afirmava que a Palestina estava literalmente vazia antes da colonização sionista. {139} Sob pressão do Departamento de Estado, Reich foi forçado a se demitir depois de se recusar a convidar Yasser Arafat, agora aliado americano, para visitar o museu. Ao receber a oferta do cargo de vice-diretor, o teólogo do Holocausto John Roth foi convidado a renunciar em função de seu passado contrário a Israel. Repudiando um livro, originalmente endossado pelo museu, por incluir um capítulo sobre Benny Morris, o destacado historiador crítico de

Israel, Miles Lerman, presidente do museu, confessou: “Pôr este museu em oposição a Israel — é inconcebível.”{140}

No rastro dos pavorosos ataques de Israel contra o Líbano em 1996, que culminou no massacre de mais de uma centena de civis em Qana, o colunista do *Haaretz*, Ari Sahvit, observou que Israel podia agir com impunidade porque “nós temos a Anti-Defamation League (...) o Yad Vashem e o Museu do Holocausto”.{141}

CAPÍTULO 3

A DUPLA EXTORSÃO

O termo “sobrevivente do Holocausto” originalmente designava somente aqueles que sofreram o trauma dos guetos judaicos, campos de concentração e escravidão nos campos de trabalho, em geral nesta sequência. O número desses sobreviventes no final da guerra estava em cerca de 1.000.{142} O número de sobreviventes vivos hoje não pode ser maior do que um quarto deste total. Pelo fato de o sofrimento nos campos ter se tornado o coroamento do martírio, muitos judeus que passaram a guerra em outros lugares se apresentaram como sobreviventes dos campos. Outro forte motivo por trás desta farsa, no entanto, era material. O governo alemão do pós-guerra compensou os judeus que estiveram em campos ou guetos. Muitos judeus fabricaram seus passados para ter direito a estas exigências.{143} “Se todos os que hoje se declaram sobreviventes o foram de verdade”, minha mãe costumava dizer, “então quem Hitler matou?”

Na verdade, muitos estudiosos duvidaram da veracidade do testemunho de sobreviventes. “Uma grande percentagem de enganos que descobri por minha conta”, lembra Hilberg, “pode ser atribuída a esses testemunhos.” Apesar de participar da indústria do Holocausto, Deborah Lipstadt, por exemplo, estranhou que sobreviventes do Holocausto com freqüência sustentassem ter sido pessoalmente examinados por Josef Mengele em Auschwitz.{144}

Além de memórias fracas, alguns testemunhos de sobreviventes do Holocausto podem ser suspeitos por razões outras. Pelo fato de os sobreviventes agora serem reverenciados como santos, ninguém ousa questioná-los. Declarações absurdas ocorrem sem comentários.

Elie Wiesel lembra em suas celebradas memórias que, recém-libertado de Buchenwald e apenas com 18 anos, “Eu li *A crítica da razão pura* — não ria! — em iídiche”.Deixando de lado o conhecimento de Wiesel naquela época —”eu era completamente ignorante em gramática iídiche” —, *A critica da razão pura* nunca foi traduzido para o iídiche. Wiesel também recorda o caso confuso de “um misterioso estudioso do Talmude” que “aprendeu húngaro em duas semanas, só para me surpreender”. Wiesel disse ainda a um semanário judeu que ele “com freqüência ficava rouco ou perdia a voz” por ler seus livros em silêncio “em voz alta, no íntimo”. E a um repórter do *New York Times*, ele contou

que uma vez foi atropelado por um táxi no Times Square. “Eu voei uma quadra inteira. Fui atropelado na rua 45 com a Broadway, e a ambulância me pegou na rua *44*”. “Não estou enfeitando a verdade”, Wiesel reforça, “eu não faria isso.”{145}

Nos últimos anos, a expressão “sobrevivente do Holocausto” tem sido redefinida para designar não apenas aqueles que sofreram, mas também os que conseguiram fugir dos nazistas. Inclui, por exemplo, mais de 100.000 judeus poloneses que encontraram refúgio na União Soviética, depois da invasão da Polônia pelos nazistas. No entanto, “aqueles que viveram na Rússia não foram tratados de forma diferente dos outros cidadãos do país”, observa o historiador Leonard Dinnerstein, enquanto “os sobreviventes dos campos de concentração pareciam mortos-vivos”.{146} Um colaborador de um *site* do Holocausto garantiu que, apesar de ter passado a guerra em Tel Aviv, ele foi um sobrevivente porque sua avó morreu em Auschwitz. Pelo julgamento de Israel Gutman, Wilkomirski é um sobrevivente do Holocausto por sua “dor ser autêntica”. O gabinete do primeiro-ministro de Israel recentemente calculou o número de “sobreviventes vivos do Holocausto” em cerca de um milhão.

O principal motivo por trás desta revisão inflacionada mais uma vez não é difícil de descobrir. É difícil pressionar por novas indenizações expressivas se apenas um punhado de sobreviventes ainda estiver vivo. Os principais cúmplices de Wilkomirski foram incluídos, de uma forma ou de outra, na rede de reparações do Holocausto. Sua amiga de infância em Auschwitz, “a pequena Laura”, recebeu dinheiro de um fundo suíço do Holocausto, embora na realidade ela fosse americana e freqüentadora de cultos satânicos. Seus principais procuradores israelenses eram membros ou eram subsidiados por organizações envolvidas nas compensações do Holocausto.{147}

O surgimento das reparações deu um caráter único à indústria do Holocausto. Como já vimos, aliada aos Estados Unidos na Guerra Fria, a Alemanha se recuperou rapidamente e o holocausto nazista foi esquecido. Apesar disso, no início dos anos 50, a Alemanha entrou em negociações com as instituições judaicas e assinou um acordo de indenização. Com pequena ou nenhuma pressão externa, ela pagou na época cerca de 60 bilhões.

Compare primeiro com os números americanos. De 4 a 5 milhões de homens, mulheres e crianças morreram como resultado da guerra dos EUA na Indochina. Como lembra um historiador, após a retirada dos americanos, o Vietnã precisava desesperadamente de ajuda. “No sul, 9.000 das 15.000

aldeias, dez milhões de hectares de fazendas, cinco milhões de hectares de florestas foram destruídos, e 1,5 milhão de cabeças de gado foi morto; havia perto de 200.000 prostitutas, 879.000 órfãos, 181.000 pessoas desalojadas e 1 milhão de viúvas; todas as cinco cidades industriais do Norte foram enormemente danificadas, assim como centros provinciais e distritais, além de 4.000 das 5.800 cooperativas de agricultura." Negando-se, no entanto, a pagar quaisquer reparações, o presidente Carter argumentou que "a destruição foi mútua".

Declarando que não via necessidade de "quaisquer desculpas, certamente, pela guerra em si", o secretário de Defesa do presidente Clinton, William Cohen, opinou da mesma forma: "Ambas as nações foram marcadas por isto. Elas têm suas cicatrizes de guerra. Nós evidentemente temos as nossas."{148}

O governo alemão compensou as vítimas judaicas em três acordos diferentes, assinados em 1952. Reivindicações individuais receberam pagamento segundo os termos da Lei de Indenização *(Bundesentschädigungsgesetz).* Um acordo em separado com Israel subvencionou a absorção e reabilitação de várias centenas de milhares de refugiados judeus. O governo alemão também negociou ao mesmo tempo um acordo financeiro com a Conference of Jewish Material Claims Against Germany, que abrigava todas as principais organizações judaicas incluindo o American Jewish Committee, o American Jewish Congress, o Bnai Brith, o Joint Distribution Committee, e assim por diante. A Claims Conference (Conferência de Compensações) devia usar o dinheiro, 10 milhões de dólares pagos anualmente durante 12 anos, ou cerca de um bilhão de dólares em valores atuais, para vítimas judaicas da perseguição nazista que fracassaram nos processos de compensação.{149} Minha mãe foi um desses casos. Como sobrevivente do Gueto de Varsóvia, do campo de concentração Majdanek e escrava nos campos de Czestochowa e Skarszysko-Kamiena, ela recebeu apenas 3.500 dólares de compensação do governo alemão. Outras vítimas judaicas (e muitas que na verdade não foram vítimas), receberam, no entanto, pensões vitalícias da Alemanha, totalizando centenas de milhares de dólares. O dinheiro entregue à Claims Conference foi destinado àquelas vítimas que receberam apenas uma compensação mínima.

O governo alemão, de fato, deixou explícito no acordo com a Claims

Conference que o dinheiro iria apenas para os sobreviventes judeus, estritamente definidos, que foram injusta ou inadequadamente compensados pelas cortes alemãs. A Conference se sentiu ofendida por ter sido posta sob suspeita. Depois de ter obtido o acordo, a Conference publicou um comunicado à imprensa assinalando que o dinheiro seria usado para "os judeus perseguidos pelo regime nazista aos quais a legislação proposta e existente não inclui uma reparação". O acordo final exigia da Conference que usasse o dinheiro "para assistência, reabilitação e recolonização das vítimas judaicas".

Claims Conference logo anulou o acordo. Numa flagrante quebra de palavra e espírito, a Conference não empregou o dinheiro para a reabilitação de vítimas judaicas, mas, sim, na reabilitação de *comunidades* judaicas. Na realidade, um princípio norteador da Claims Conference proibia o uso do dinheiro para "distribuição direta a indivíduos". Numa atitude clássica de procurar seus próprios interesses, a Conference, no entanto, fez exceção a duas categorias de vítimas: rabinos e "líderes judeus proeminentes" receberam pagamentos individuais. As organizações que constituíam a Claims Conference usaram o grosso do dinheiro para financiar vários projetos prediletos. Quaisquer benefícios (se é que houve algum) que as verdadeiras vítimas receberam foram indiretos ou incidentais.{150} Grandes somas circularam pelas comunidades judaicas no mundo árabe e facilitaram a emigração de judeus do Leste europeu.{151}

Elas também patrocinaram iniciativas culturais como museus do Holocausto e cátedras universitárias sobre estudos do Holocausto, assim como um *showboat* do Yad Vashem para receber "não-judeus corretos".

Mais recentemente, a Claims Conference quis se apoderar das propriedades desnacionalizadas de judeus na antiga Alemanha Oriental, no valor de centenas de milhares de dólares, que por direito pertenciam aos herdeiros judeus vivos. Como a Conference esteve sob ataques por espoliar judeus neste e em outros abusos, o rabino Arthur Hertzberg aborreceu ambos os lados, ironizando que "não se trata de justiça, mas de uma luta por dinheiro".{152} Quando alemães ou suíços recusam pagar compensações, os céus se enchem com as virtuosas indignações das organizações judaicas. Mas quando as elites judaicas roubam os sobreviventes judeus, nenhuma ética *é* levada em consideração: só se trata de dinheiro.

Embora minha falecida mãe tenha recebido apenas 3.500 dólares de compensação, outros envolvidos nos processos de reparação se deram bem. O salário anual de Saul Kagan, por longo tempo secretário-executivo da Claims

Conference, é de 105.000 dólares. Durante sua atividade na Conference, Kagan foi acusado de manter 33 contas de fundos deliberadamente não aplicados e créditos como diretor de um banco de Nova York. (A sentença só foi derrubada depois de muitas apelações.)

Alfonse D'Amato, o ex-senador de Nova York, foi mediador nos processos do Holocausto contra os bancos da Alemanha e da Áustria por 350 dólares a hora mais despesas pagas. Pelos primeiros seis meses de trabalho, ele recebeu 103.000 dólares. Wiesel elogiou D'Amato publicamente por sua "sensibilidade ao sofrimento judaico". Lawrence Eagleburger, secretário de Estado do presidente Bush, ganha um salário anual de 300.000 dólares como presidente da International Commission on Holocaust-Era Insurance Claims (Comissão Internacional de Seguros das Compensações da Era do Holocausto). "Seja o que for que ele esteja ganhando", opinou Elan Steinberg, do WJC, "é uma absoluta pechincha". Kagan arrebanhou em 12 dias, Eagleburger em 4 dias, e D'Amato em 10 horas o que minha mãe recebeu por sofrer seis anos de perseguição nazista.{153}

O prêmio de mercenário mais ousado do Holocausto, no entanto, cabe seguramente a Kenneth Bialkin. Um líder judeu americano de destaque durante décadas, ele dirigiu a ADL e presidiu a Conference of Presidents of Major American Jewish Organizations. Atualmente, Bialkin representa a companhia de seguros Generali *contra* a Comissão Eagleburger por uma declarada "alta soma de dinheiro".{154}

♦♦♦

Nos últimos anos, a indústria do Holocausto tornou-se uma completa farra de extorsão. Pretendendo representar os judeus de todo o mundo, vivos e mortos, ela está exigindo da Europa indenizações pela era do Holocausto.

Chamada por conveniência de "o último capítulo do Holocausto", esta dupla extorsão dos países europeus, assim como legítimas reivindicações judaicas, recaíram primeiro sobre a Suíça. Vou rever antes as alegações contra os suíços. Vou me concentrar nas provas, demonstrando que muitos dos débitos financeiros foram não apenas baseados em fraudes, como aplicados até com maior rigor aos que estão pagando do que aos seus alvos.

Na comemoração do 50° aniversário do fim da Segunda Guerra

Mundial, o presidente da Suíça se desculpou formalmente, em maio de 1995, por negar refúgio aos judeus durante o holocausto nazista.{155} Na mesma época foi reaberta a discussão sobre a longa e arrastada questão do espólio judaico, depositado em contas suíças antes e durante a guerra. Numa história amplamente reportada, um jornalista israelense citou um documento — mal interpretado, como veio a se revelar —, provando que os bancos suíços ainda mantinham contas da época do Holocausto valendo bilhões de dólares.{156}

O World Jewish Congress, uma organização moribunda até sua campanha denunciando Kurt Waldheim como um criminoso de guerra, aproveitou esta nova oportunidade para exercitar seus músculos. Desde o início se percebeu que a Suíça era uma presa fácil. Poucos iriam simpatizar com os ricos banqueiros suíços contra "os necessitados sobreviventes do Holocausto". Muito mais importante, porém, é que os bancos suíços estavam altamente vulneráveis pelas pressões econômicas dos Estados Unidos.{157}

No final de 1995, Edgar Bronfman, presidente do WJC e filho de um membro da Jewish Claims Conference, e o rabino Israel Singer, secretário-geral do WJC e um verdadeiro magnata, foram se reunir com os banqueiros suíços.{158} Bronfman, herdeiro da fortuna das bebidas Seagram (seu patrimônio pessoal é estimado em 3 bilhões de dólares), iria modestamente informar depois ao Comitê Bancário do Senado que ele falou "em benefício do povo judeu" assim como "dos 6 milhões, aqueles que não podiam falar por si mesmos"{159} Os banqueiros suíços declararam que só puderam localizar 775 contas inativas e não reclamadas, valendo um total de 32 milhões de dólares. Eles ofereceram esta soma como base para negociações com o WJC, que a recusou por inadequada. Em dezembro de 1995, Bronfman juntou-se ao senador D'Amato. Com índices baixos nas pesquisas e prestes a ficar de fora em uma corrida ao Senado, D'Amato viu a chance de levantar sua posição na comunidade judaica, com seus votos cruciais e suas polpudas doações políticas. Antes que os suíços finalmente ficassem de joelhos, o WJC, trabalhando com a gama das instituições judaicas (incluindo o Museu Memorial Americano do Holocausto e o Simon Wiesenthal Center), mobilizou todo o sistema político americano. Desde o presidente Clinton, que fez as pazes com D'Amato (as audiências de Whitewater ainda estavam acontecendo) para emprestar apoio, através de onze agências do governo federal assim como a Câmara e o Senado, passando por governos estaduais e locais do país, até pressões bipartidárias sobre cada político, tudo foi feito para denunciar os pérfidos suíços.

Usando os comitês de operações bancárias da Câmara e do Senado

como trampolim, a indústria do Holocausto orquestrou uma vergonhosa campanha de difamação. Esta campanha suja teve as portas abertas com uma infinita complacência e credulidade da imprensa escrita para dar manchetes a quaisquer histórias narradas sobre o Holocausto, mesmo que grotescas. Gregg Rickman, chefe da assessoria legislativa de D'Amato, gabou-se de que os banqueiros suíços foram levados "a uma corte de opinião pública cuja agenda é controlada por nós. Eles estavam em nossa área e, convenientemente, nós éramos os juizes, o júri e os executores". Tom Bower, o principal pesquisador na campanha contra a Suíça, apelidou a solicitação de audiências feita por D'Amato de "eufemismo para um julgamento público ou uma corte canguru".{160}

O "porta-voz" da campanha contra a Suíça foi o diretor-executivo do WJC, Elan Steinberg. Sua principal função era difundir desinformação. "Terror pelo embaraço", de acordo com Bower, "era a arma de Steinberg, ao tecer uma teia de acusações destinadas a causar desconforto e choque." Notícias, com freqüência baseadas em rumores e fontes não corroboradas e desprezadas há anos por historiadores como boatos, de repente assumiram uma credibilidade incriticável, espalhadas pela propaganda. "A última coisa que os bancos precisam é de uma publicidade negativa", explicou o rabino Singer. "Vamos fazer isso até que os bancos digam 'Chega. Queremos um acordo'." Ansioso por dividir as luzes desta notoriedade, o rabino Marvin Hier, decano do Simon Wiesenthal Center, alegou espetacularmente que os suíços encarceraram os judeus refugiados em "campos de trabalho escravo". (Com mulher e filho na lista de honorários, Hier transformou o Simon Wiesenthal Center num negócio de família; juntos, os Hier recebiam um salário de 520.000 dólares em 1995.

O Centro é conhecido pelo seu museu "Dachau-encontra-Disneyland" e "pelas bem-sucedidas táticas sensacionalistas para levantar fundos".) "À luz do fogo de artilharia da mídia misturando verdade com suposições, fatos com ficções", conclui Itamar Levin, "ficou fácil entender por que tantos suíços acreditam que seu país foi vítima de uma espécie de conspiração internacional." {161}

A campanha rapidamente degenerou num libelo contra o povo suíço. Bower, em estudo subsidiado pelo escritório de D'Amato e o Simon Wiesenthal Center, relata tipicamente que "um país cujos cidadãos (...) se gabam junto aos vizinhos de sua riqueza invejável, lucrou astutamente com o sangue humano"; que "os cidadãos aparentemente respeitáveis da nação mais pacífica do mundo (...) cometeram um roubo sem precedentes"; que "desonestidade era um código

cultural dominante do cidadão suíço para proteger a imagem e a prosperidade da nação"; que os suíços eram "instintivamente atraídos pelos grandes lucros" (só os suíços?); que o "interesse próprio era o guia supremo de todos os bancos da Suíça" (só dos bancos da Suíça?); que "a pequena classe de banqueiros suíços tornou-se a mais gananciosa e imoral de todas"; que "segredo e logro eram as artes praticadas entre os diplomatas suíços" (só entre os diplomatas suíços?); que "desculpas e resignação não faziam parte da tradição política da Suíça" (diferente da nossa?); que "a ganância suíça era única"; que "o caráter suíço" combinava "simplicidade e duplicidade" e "por trás da aparência de civilidade havia uma camada de obstinação, acompanhada por uma incompreensão sólida e egoísta sobre a opinião de qualquer outro"; que os suíços eram "não apenas um povo particularmente destituído de charme, que não produziu artistas, nem heróis desde Guilherme Tell, nem estadistas, mas colaboradores desonestos dos nazistas que lucraram com o genocídio", e assim por diante.

Rickman aponta para esta "verdade maior" sobre os suíços: "Bem profunda, talvez mais profunda do que eles pensam, existiu uma latente arrogância sobre si próprios e contra os outros sob sua grande máscara. Por mais que tentem, não conseguem esconder sua formação[{162}]". Muitos destes insultos são notavelmente parecidos com os enunciados contra os judeus pelos anti-semitas.

A principal acusação foi ter havido, nas palavras do subtítulo de Bower, "uma conspiração nazi-suíça de 50 anos para roubar bilhões dos judeus da Europa e sobreviventes do Holocausto". No que se tornou um mantra do clamor de restituição do Holocausto, isto constituiu "o maior roubo da história da humanidade". Para a indústria do Holocausto, todos os assuntos judaicos pertencem a uma categoria separada, superlativa — *o pior, o maior...*

A indústria do Holocausto primeiro alegou que os bancos suíços negaram sistematicamente o acesso legítimo dos herdeiros de vítimas do Holocausto às contas inativas valendo entre 7 bilhões e 20 bilhões de dólares. "Nos últimos 50 anos", publicou a *Time* numa matéria de capa, uma "ordem expressa" dos bancos suíços "era protelar e colocar barreiras quando os sobreviventes do Holocausto perguntavam sobre as contas de seus parentes mortos." Lembrando o segredo da legislação aprovada pelos bancos suíços em 1934, em parte para prevenir a extorsão dos depositantes judeus, D'Amato disse numa conferência do Comitê Bancário da Câmara: "Não é irônico que o verdadeiro sistema que encorajou as pessoas a vir e abrir contas, que o sigilo

tenha sido usado para negar às próprias pessoas, e seus herdeiros, sua herança, seus direitos? Ele foi pervertido, distorcido, desfigurado."

Bower narrou com ansiedade a descoberta de uma peça-chave que prova a perfídia dos suíços contra as vítimas do Holocausto: "Sorte e diligência levaram à pepita que confirmou a validade da queixa de Bronfman. Um relatório do serviço de inteligência da Suíça, de julho de 1945, declarava que Jacques Salmanovitz, o proprietário da Société Générale de Surveillance, um cartório e uma companhia de Genebra com ligações nos países bálticos, possuía uma lista de 182 clientes judeus que confiaram ao cartório 8,4 milhões de francos suíços e cerca de 90.000 dólares até sua chegada dos Bálcãs. O relatório acrescentava que os judeus ainda não haviam reclamado sua posse. Rickman e D'Amato entraram em êxtase." Rickman brandiu esta "prova da criminalidade dos suíços". Nenhum dos dois, no entanto, menciona neste contexto específico que Salmanovitz era judeu. (A verdadeira validade destas reivindicações será discutida adiante{163}).

No final de 1996, um cortejo de mulheres idosas e um homem desfilou para testemunhar diante dos comitês bancários do Congresso sobre a conduta ilegal dos banqueiros suíços. Contudo praticamente nenhuma destas testemunhas, segundo Itamar Levin, editor do principal jornal de economia de Israel, "tinha uma prova real da existência de depósitos em bancos suíços". Para aumentar o efeito teatral dessa ação, D'Amato chamou Elie Wiesel para dar apoio. Em um testemunho mais tarde amplamente difundido, Wiesel se mostrou chocado — chocado! — com a revelação de que os executores do Holocausto procuravam saquear os judeus antes de matá-los: "No começo nós pensamos que a solução final fosse motivada apenas por uma ideologia envenenada. Agora sabemos que eles não se limitavam a matar os judeus; por mais terrível que isso possa soar, eles queriam o dinheiro judaico. A cada dia sabemos mais sobre esta tragédia.

Não há limite para a dor? Nenhum limite para o ultraje?" É evidente que a pilhagem nazista dos judeus não é novidade; uma grande parte do estudo acadêmico de Raul Hilberg, *The Destruction of the European Jews*, publicado em 1961, é dedicado à expropriação dos judeus pelos nazistas.{164}

Também foi declarado que os banqueiros suíços surrupiaram os depósitos das vítimas do Holocausto e destruíram metodicamente registros vitais para encobrir seus rastros, e que só os judeus sofreram tais abominações. Investindo violentamente contra os suíços em uma audiência, a senadora Barbara Boxer

declarou: "Este Comitê não vai permitir um comportamento duplo por parte dos bancos suíços. Não digam ao mundo que vocês estão procurando quando estão retalhando."{165}

Pena que "o valor da propaganda" (Bower) dos idosos reclamantes judeus testemunhando sobre a perfídia suíça tenha logo se esgotado por si mesma. Porque a indústria do Holocausto teve de procurar uma nova revelação comprometedora. O frenesi da mídia fixou-se na obtenção do ouro que os nazistas pilharam dos tesouros centrais da Europa durante a guerra. Embora denunciada como uma revelação assustadora, na verdade era notícia velha. O autor de um estudo clássico sobre o assunto, Arthur Smith, contou na audiência da Câmara: "Eu ouvi durante toda a manhã e esta tarde coisas que, numa grande extensão, já são conhecidas há anos; e fiquei surpreso com o fato de muitas delas serem apresentadas como novas e sensacionais." O objetivo das audiências, no entanto, não era informar, mas, nas palavras da jornalista Isabel Vincent, "criar histórias sensacionais".

Se denegrida o bastante, e isso foi elaborado racionalmente, a Suíça se entregaria.{166}

A única alegação realmente nova foi que os suíços negociaram conscientemente com o "ouro das vítimas". Ou seja, eles compraram vastas quantidades de ouro que os nazistas refundiram em barras, depois de arrancado das vítimas dos campos de concentração e de morte. O WJC, conta Bower, "precisava de um tema emotivo para ligar o Holocausto à Suíça. Esta nova revelação da perfídia suíça foi vista como uma mensagem divina. "Poucas imagens", continua Bower, "ficaram tão marcadas quanto a metódica extração das obturações de ouro da boca dos corpos de judeus saídos das câmaras de gás." "Os fatos são muito, muito penosos", entoou D'Amato num tom pesaroso na audiência da Câmara, "porque eles falam de roubo e pilhagem de bens das casas, dos bancos nacionais, dos campos da morte, do ouro dos relógios, braceletes, armações de óculos e obturações dentárias das pessoas.{167}

Além de bloquear o acesso às contas do Holocausto e ao comércio do ouro espoliado, os suíços também foram acusados de conspirar com os poloneses e húngaros para fraudar os judeus. A acusação foi que o dinheiro nas contas suíças inativas, pertencentes aos nascidos na Polônia e na Hungria (muitos, mas nem todos judeus), foi usado pela Suíça como compensação pelas propriedades suíças nacionalizadas por estes governos. Rickman se refere a isso como "uma revelação alarmante, incendiária, capaz de derrotar os suíços". Mas

os fatos já eram fartamente conhecidos e publicados nas publicações jurídicas americanas, no início da década de 1950.

E, apesar de todo o bafafá da mídia, a soma total envolvia em última instância nada menos que um milhão de dólares em valores atuais.{168}

Já antes da primeira audiência sobre as contas inativas, em abril de 1996, os bancos suíços tinham concordado em estabelecer um comitê de investigação e se submeter a suas descobertas. Composto de seis membros, três da World Jewish Restitution, três da Associação de Banqueiros Suíços, e presidido por Paul Volcker, ex-presidente do Federal Reserve, o Banco Central dos EUA, o "comitê independente de pessoas eminentes" foi formalmente encarregado de um "Memorando de Acordo", em maio de 1996. Além disso, o governo suíço nomeou, em dezembro de 1996, uma "Comissão Independente de Especialistas", presidida pelo professor Jean-François Bergier e incluindo o conhecido estudioso do Holocausto Saul Friedländer, para investigar o comércio de ouro suíço com a Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial.

Antes que esses grupos sequer pudessem começar a trabalhar, no entanto, a indústria do Holocausto pressionou por um acordo financeiro com a Suíça. Os suíços protestaram que qualquer acordo deveria esperar pelas descobertas das comissões; caso contrário, constituiria "extorsão e chantagem". Jogando com sua eterna carta vencedora, o WJC mostrou-se aflito com a situação angustiante dos "necessitados sobreviventes do Holocausto". "Meu problema é de tempo", disse Bronfman em dezembro de 1996, "e tenho que me preocupar com todos estes sobreviventes do Holocausto". Seria o caso de se perguntar por que o angustiado bilionário não poderia aliviar temporariamente esta situação com seu próprio bolso. Descartando uma oferta de acordo de 250 milhões de dólares, Bronfman torceu o nariz: "Não façam favores. Eu mesmo darei o dinheiro." Mas não deu.

A Suíça, no entanto, concordou, em fevereiro de 1997, em estabelecer 200 milhões de dólares para um "Fundo Especial para Vítimas Necessitadas do Holocausto" a fim de cobrir "pessoas que precisavam de ajuda ou apoio em casos especiais", até que as comissões completassem seu trabalho. (O fundo ainda estava solvente quando as comissões Bergier e Volcker publicaram seus relatórios.) As pressões da indústria do Holocausto por um acordo final, entretanto, não diminuíram; pelo contrário, continuaram a aumentar.

Renovados apelos dos suíços para que um acordo esperasse pelas descobertas das comissões — afinal, foi o WJC que de início clamou por este reconhecimento moral — caíram em ouvidos surdos. O fato é que a indústria do Holocausto temia sair perdendo com estas descobertas: se apenas algumas reclamações se provassem legítimas, o caso contra os bancos suíços perderia credibilidade; e se as reclamações legítimas fossem identificadas, mesmo que numerosas, os suíços seriam obrigados a pagar apenas a estas, mas não às organizações judaicas. Outro mantra da indústria do Holocausto é que a compensação "é sobre verdade e justiça, não sobre dinheiro". "Não é sobre dinheiro", zombavam agora os suíços. "É sobre mais dinheiro."{169}

Além de excitar a histeria pública, a indústria do Holocausto coordenava duas estratégias para "aterrorizar" (Bower) os suíços até a submissão: ações judiciais coletivas de classe e um boicote econômico.

A primeira ação coletiva de classe{170} foi proposta em juízo, no início de outubro de 1996, por Edward Fagan e Robert Swift a favor de Gizella Weisshaus (seu pai falara de um dinheiro depositado na Suíça antes de morrer em Auschwitz, mas os bancos rejeitaram suas investigações após a guerra) e de "outras situações semelhantes" pedindo 20 bilhões de dólares. Algumas semanas depois, o Centro Simon Wiesenthal, recrutando os advogados Michael Hausfeld e Melvyn Weiss, entrou com uma segunda ação coletiva de classe e, em janeiro de 1997, o World Council of Orthodox Jewish Communities (Conselho Mundial das Comunidades Judaicas Ortodoxas) já iniciava uma terceira. Todos os três processos foram propostos ao juiz Edward Korman, da corte distrital do Brooklyn, que os consolidou. Pelo menos uma das partes do caso, o advogado Sergio Karas, com escritório em Toronto, deplorou esta tática: "Os processos de ação coletiva de classe só servem para provocar histeria de massa e bater nos suíços. Apenas perpetuam o mito de que advogados judeus só querem dinheiro." Paul Volcker se opôs a estas ações pelo fato de que elas "irão prejudicar nosso trabalho, potencialmente, até o ponto da ineficácia" — um conceito irrelevante para a indústria do Holocausto, quando não mais um incentivo.{171}

A principal arma usada para quebrar a resistência suíça, no entanto, foi o boicote econômico. "Agora a batalha vai ficar mais suja", preveniu em janeiro de 1997 Avraham Burg, presidente da Jewish Agency e o homem decisivo de Israel no caso dos bancos suíços. "Até agora nós detivemos a pressão judaica internacional.” Desde janeiro de 1996 o WJC pedia o boicote. Bronfman e Singer contataram o tesoureiro da cidade de Nova York, Alan Hevesi (cujo pai fora um

importante funcionário do AJC), e o tesoureiro do Estado de Nova York, Carl McCall. Em conjunto, os dois tesoureiros investem bilhões de dólares em fundos de pensão.

Hevesi também presidiu a Associação de Tesoureiros dos EUA, que investiu 30 trilhões de dólares em fundos de pensão. No final de janeiro, Singer armava estratégias com o governador George Pataki, de Nova York, assim como com D'Amato e Bronfman no casamento da filha deste. "Veja que espécie de homem eu sou", ruminou o rabino, "fazendo negócios no casamento de minha filha."{172}

Em fevereiro de 1996, Hevesi e McCall escreveram aos bancos suíços ameaçando com sanções. Em outubro, o governador Pataki emprestou apoio público. Durante os meses seguintes, governos locais e estaduais de Nova York, Nova Jersey, Rhode Island e Illinois, todos apresentaram resoluções ameaçando com um boicote econômico se os bancos suíços não cedessem. Em maio de 1997, a cidade de Los Angeles, ao retirar centenas de milhões de dólares dos fundos de pensão de um banco suíço, impôs a primeira sanção. Hevesi rapidamente fez o mesmo com sanções em Nova York. Califórnia, Massachusetts e Illinois se juntaram em questão de dias.

"Eu quero 3 bilhões de dólares ou o preço irá subir", Bronfman proclamou em dezembro de 1997, "a fim de terminar com tudo, os processos de ação coletiva de classe, o processo Volcker e o resto." Enquanto isso, D'Amato e os bancos oficiais do Estado de Nova York visavam a impedir o recém-formado United Bank of Switzerland (uma fusão dos maiores bancos suíços) de operar nos Estados Unidos. "Se os suíços vão continuar a plantar seus calcanhares aqui, então terei que pedir a todos os acionistas dos EUA para suspender seus negócios com eles", Bronfman ameaçou em março de 1998. "Está chegando a um ponto em que a coisa se resolve por si ou terá de ser guerra total." Em abril, os suíços começaram a se dobrar sob pressão, mas ainda resistindo ao cerco abjeto. (Os suíços informaram ter gastado 500 milhões de dólares, durante o ano de 1997, para se defender dos ataques da indústria do Holocausto.)

"Há um câncer virulento na sociedade suíça", lamentou Melvyn Weiss, um dos advogados das ações coletivas de classe. "Nós lhes demos uma oportunidade para se livrar dele com uma dose maciça de irradiação a um custo muito barato e eles rejeitaram." Em junho, os bancos suíços fizeram uma "oferta

final" de 600 milhões de dólares. A ADL liderada por Abraham Foxman, chocada com a arrogância suíça, não conteve sua ira: "Este ultimato é um insulto à memória das vítimas, aos sobreviventes e àqueles da comunidade judaica que de boa fé se aproximaram dos suíços para trabalhar juntos a fim de resolver este que é o mais difícil dos problemas."{173}

Em julho de 1998, Hevesi e McCall ameaçaram lançar novas sanções. Nova Jersey, Pensilvânia, Connecticut, Flórida, Michigan e Califórnia se juntaram em questão de dias. Em meados de agosto, os suíços finalmente desabaram. Eles concordaram em pagar 1,25 bilhão de dólares num acordo de ação coletiva de classe mediada pelo juiz Korman. "O objetivo do pagamento adicional", dizia um *press release* dos bancos suíços, "é evitar a ameaça de sanções como também longas e custosas medidas judiciais".

"Você tem sido um verdadeiro pioneiro desta saga", congratulou-se o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu com D'Amato. "O resultado não é só uma aquisição em termos materiais, mas uma vitória moral e um triunfo da vontade."{174} Pena que ele não tenha dito "do desejo".

O acordo de 1,25 bilhão de dólares com a Suíça cobria basicamente três classes — reclamantes de contas suíças inativas, refugiados aos quais os suíços negaram asilo e vítimas de trabalho escravo que beneficiou os suíços.{175} Para toda aquela rigorosa indignação com a "perfídia suíça", o comparável registro americano, no entanto, somando tudo, é apenas ruim, se não pior. Retornarei em breve ao tema das contas americanas inativas. Tal como a Suíça, os EUA negaram entrada a refugiados judeus do nazismo antes e durante a Segunda Guerra Mundial. E o governo americano não considerou justo compensar, por exemplo, os refugiados judeus a bordo do infortunado navio *St Louis*. Imaginem a reação se milhares de refugiados da América Central e do Haiti, aos quais foi negado asilo após escaparem dos esquadrões da morte financiados pelos EUA, pedissem compensação aqui, E, embora menor no tamanho e nos recursos em comparação com os Estados Unidos, a Suíça admitiu tantos refugiados judeus quanto os EUA (aproximadamente 20.000), durante o Holocausto nazista.{176}

Os políticos americanos repreenderam a Suíça, alegando que a única maneira de reparar o passado era a compensação material. Stuart Eizenstat, subsecretário de Comércio e enviado especial de Clinton para a Restituição de Bens, considerou a compensação aos judeus "um teste decisivo da vontade desta geração de encarar e corrigir os erros do passado".

Embora eles não pudessem ser "responsabilizados pelo que aconteceu há anos", disse D'Amato durante a mesma audiência no Senado, os suíços ainda tinham "um dever de responsabilidade e de tentativa de fazer o que é certo a tempo". Endossando publicamente as exigências de compensação do WJC o presidente Clinton também ponderou que "precisamos enfrentar e corrigir, da melhor maneira possível, a terrível injustiça do passado". "A história não tem um estatuto de limites, disse o presidente James Leach durante uma das audiências do Comitê Bancário da Câmara, e "o passado nunca deve ser esquecido". "Precisa ficar claro", escreveram os líderes dos dois partidos do Congresso numa carta ao secretário de Estado, que a "resposta sobre o problema da restituição será vista como um teste de respeito aos direitos humanos básicos e às normas legais," E num discurso no parlamento suíço, a secretária de Estado Madeleine Albright explicou que os lucros econômicos acumulados pelos suíços com as contas judaicas retidas "passariam para as gerações subseqüentes e esta é a razão pela qual o mundo agora está voltado para o povo da Suíça, não para que assuma responsabilidades por ações cometidas por seus predecessores, mas para serem generosos fazendo o que deve ser feito nesta altura para corrigir erros passados".{177} Todos nobres sentimentos, mas não para serem atendidos por qualquer lugar — a menos que sejam ridicularizados —, quando se trata da compensação afro-americana pela escravidão.{178}

Não ficou claro como os "necessitados sobreviventes do Holocausto" iriam comer e beber no final do acordo. Gizella Weisshaus, a primeira reclamante de uma conta suíça inativa a instituir um processo, dispensou seu advogado, Edward Fagan, a quem acusou amargamente de tê-la usado. Ainda assim, a fatura de Fagan apresentada ao tribunal totalizou 4 milhões de dólares em honorários. O total de honorários dos advogados atingiu 15 milhões de dólares, com "muitos" cobrando uma taxa de 600 dólares por hora. Um advogado está pedindo 2.400 dólares por ter lido o livro de Tom Bower, *Nazi Gold.* "Os grupos judaicos e os sobreviventes", publicou *o Jewish Week* de Nova York, "estão tirando as luvas para disputar uma fatia do acordo de 1,25 bilhão de dólares da era do Holocausto pago pelos bancos suíços." Querelantes e sobreviventes defendem que todo o dinheiro deveria ir diretamente para eles. As organizações judaicas, no entanto, estão exigindo uma parte da ação. Denunciando o engrandecimento das organizações judaicas, Greta Beer, uma testemunha-chave no Congresso contra os bancos suíços, suplicou na corte do juiz Korman: "Eu não quero ser esmagada como um inseto por uma sola de sapato." Apesar de toda solicitude para com as "necessitadas vítimas do Holocausto", o WJC quer cerca de metade do dinheiro suíço destinado às

organizações judaicas e à "educação do Holocausto". O Simon Wiesenthal Center sustenta que, se as "honradas" organizações judaicas recebem dinheiro, "uma parte deveria ir para os centros educacionais judaicos". Como "anseiam" pela maior fatia do butim, tanto organizações reformistas como ortodoxas reivindicam que os 6 milhões de mortos iriam preferir que o seu ramo de judaísmo fosse o beneficiário financeiro. Nesse meio tempo, a indústria do Holocausto forçava a Suíça a um acordo alegando o tempo como essencial: os "necessitados sobreviventes do Holocausto estão morrendo a cada dia". Mas assim que os suíços liberaram o dinheiro, a urgência desapareceu como que por milagre. Mais de um ano depois de alcançado o acordo, ainda não havia um plano de distribuição. Pelo tempo que vai levar para que o dinheiro seja finalmente partilhado, todos os "necessitados sobreviventes do Holocausto" provavelmente já terão morrido. Para se ter uma idéia, dos 200 milhões de dólares do "Fundo Especial para as Necessitadas Vítimas do Holocausto", estabelecido em fevereiro de 1997, nem metade tinha sido distribuído para vítimas reais, em dezembro de 1999. Depois de pagos os honorários dos advogados, o dinheiro suíço irá voar para os cofres das "honradas" organizações judaicas.{179}

"Nenhum acordo tem a possibilidade de ser defendido", escreveu no *New York Times* Burt Neuborne, um professor de direito e membro do grupo das ações coletivas de classe, "se ele permite que o Holocausto permaneça como um negócio lucrativo para os bancos suíços." Edgar Bronfman testemunhou comovido, diante do Comitê Bancário da Câmara, que os suíços não podiam "tirar lucros das cinzas do Holocausto".

Por outro lado, Bronfman recentemente deu conhecimento de que a tesouraria do WJC arrecadou nada menos que "aproximadamente 7 bilhões de dólares" em compensações.{180}

Os relatórios oficiais dos bancos suíços foram publicados nesse meio tempo. Qualquer um agora pode julgar se de fato houve, como Bower proclama, uma "conspiração nazi-suíça de cinqüenta anos para roubar bilhões dos judeus da Europa e dos sobreviventes do Holocausto".

Em julho de 1998, a Independent Commission of Experts (Comissão Independente de Especialistas) (Bergier) publicou seu relatório, *Switzerland and Gold Transactions in Second World War*{181} A comissão confirmou que os bancos suíços compraram ouro da Alemanha nazista, no total de 4 bilhões de dólares em valores atuais, sabendo que ele havia sido saqueado dos bancos centrais da Europa

ocupada. Nas audiências do Capitólio, membros do Congresso se mostraram surpresos de que os bancos suíços tivessem feito negócio com bens pilhados e, pior ainda, continuassem indulgentes com estas práticas infames. Deplorando o fato de que políticos corruptos depositam seus ganhos imorais nos bancos suíços, um congressista apelou para que a Suíça finalmente decretasse uma legislação contra "esta movimentação secreta de dinheiro por (...) políticos de destaque ou lideranças, ou pessoas com fortunas ilícitas". Lamentando o "número internacional de funcionários governamentais de alto escalão e negociantes que encontraram um santuário para suas grandes riquezas nos bancos suíços", outro congressista perguntou em altos brados se "o sistema bancário suíço está abrigando esta geração de criminosos, e os países que eles representam, nos (...) mesmos santuários fornecidos ao regime nazista há 55 anos".{182}

Sem dúvida, o problema dos depósitos preocupa. Anualmente uma estimativa de 100-200 bilhões de dólares, oriundos da corrupção política, é enviada através das fronteiras mundiais e depositada em bancos particulares. As reprimendas do comitê bancário do Congresso, no entanto, teriam mais peso se a metade deste "capital voador ilegal" não estivesse depositada nos bancos americanos com a total sanção das leis americanas.{183} Beneficiários recentes deste "santuário" legal nos EUA incluem Raul Salinas de Gortari, irmão do ex-presidente do México, e a família do ex-ditador nigeriano general Sani Abadia. "O ouro saqueado por Adolf Hitler e seus partidários", observa Jean Ziegler, o parlamentar suíço, crítico feroz dos bancos suíços, "não difere em essência do dinheiro sangrento" depositado atualmente em contas suíças privadas de ditadores do Terceiro Mundo. "Milhões de homens, mulheres e crianças foram levados à morte pelos ladrões autorizados de Hitler", e "centenas de milhares de crianças morrem anualmente de doença e desnutrição" no Terceiro Mundo porque "tiranos espoliam seus países com a ajuda das gananciosas finanças suíças."{184} E também com a ajuda das gananciosas finanças americanas. Eu deixo de lado o fato, até mais importante, de que muitos destes tiranos foram instalados e mantidos pelo poder americano e autorizados pelos Estados Unidos a espoliar seus países.

Na questão específica do holocausto nazista, a Independent Commission concluiu que os bancos suíços fizeram aquisição de "barras contendo ouro pilhado por criminosos nazistas das vítimas dos campos de trabalho e dos campos de extermínio".

Eles, no entanto, não sabiam disso: "não há qualquer indicação de que os homens de decisão do banco central suíço soubessem que as barras, contendo

esse tipo de ouro, estivessem sendo enviadas à Suíça pelo *Reichsbank".*[{185}] A comissão pôs o valor do "ouro vítima", comprado pela Suíça com desconhecimento da origem, em 134.428 dólares ou cerca de 1 milhão em valores atuais. Esta cifra inclui o "ouro vítima" arrancado tanto dos judeus como dos não-judeus nos campos de concentração.[{186}]

Em dezembro de 1999, o Independent Commitee of Eminent Persons (Volcker) publicou seu *Relatório sobre Contas Inativas de Vítimas da Perseguição Nazista nos Bancos Suíços.*[{187}] *O Relatório* documenta as descobertas de uma exaustiva auditoria que durou três anos e custou nada menos do que 500 milhões de dólares.[{188}] Sua descoberta principal sobre o "tratamento das contas inativas das vítimas da perseguição nazista" merece uma extensa citação:

Para as vítimas da perseguição nazista, não houve qualquer prova de sistemática discriminação, obstrução de acesso, apropriação indébita ou retenção de requerimentos por parte das leis suíças. O relatório, no entanto, critica as ações de alguns bancos pelo seu modo de lidar com as contas de vítimas da perseguição nazista. A palavra "alguns" na frase precedente precisa ser enfatizada, já que as ações criticadas se referem principalmente àqueles bancos específicos em sua manipulação de contas individuais de vítimas da perseguição nazista, dentro do contexto de uma investigação de 254 bancos que abrangeu um período de cerca de 60 anos.

Sobre os atos criticados, o relatório também reconhece que houve circunstâncias atenuantes para a conduta dos bancos envolvidos nestas atividades. O relatório também admite ter amplas provas de que em muitos casos os bancos procuraram assiduamente pelos proprietários das contas inativas ou seus herdeiros, incluindo vítimas do Holocausto, e pagaram os saldos das contas inativas a seus devidos proprietários.

O parágrafo conclui com moderação que "o Comitê acredita que os atos criticados têm importância bastante para que se deseje documentar nesta seção o que foi mal encaminhado, de forma a ser possível aprender melhor com o passado em vez de repetir seus erros".[{189}]

O Relatório também descobriu que, embora o Comitê não pudesse rastrear todos os registros bancários do "Período Relevante" (1933-45), a destruição de registros não detectados "seria difícil, senão impossível", e que "na verdade, não foi encontrada qualquer prova de destruição sistemática de registros de contas com o propósito de ocultar um comportamento do passado".

Ele conclui que a percentagem de registros recuperados (60 por cento) foi "verdadeiramente extraordinária" e "verdadeiramente notável", sobretudo porque as leis suíças não exigem a retenção de registros além de 10 anos.{190}

Agora, compare a versão do *New York Times* sobre as descobertas do Comitê Volcker.

Num editorial intitulado *"As* Decepções dos Bancos Suíços",{191} o *Times* relata que o Comitê não descobriu "qualquer prova conclusiva" de que os bancos suíços administraram mal as contas judaicas inativas. Mas o *Relatório* afirma categoricamente "qualquer prova". O *Times* prossegue afirmando que o Comitê "descobriu que os bancos suíços de alguma forma agiram para apagar traços de um número chocante destas contas". E o *Relatório* descobriu que os suíços preservaram registros de um número "verdadeiramente extraordinário", "verdadeiramente notável". Finalmente, o *Times* diz que, segundo o Comitê, "muitos bancos, de forma cruel e decepcionante, viraram as costas aos parentes que tentavam recuperar bens perdidos". Na verdade, o *Relatório* enfatiza que apenas "alguns" bancos se portaram mal e que houve "circunstâncias atenuantes" nestes casos, assinalando ainda que em "muitos casos" os bancos procuraram assiduamente por legítimos reclamantes.

O *Relatório* critica os bancos suíços por não terem sido "francos e objetivos" nas auditorias prévias das contas inativas da era do Holocausto. Apesar disso, ele parece creditar as falhas nestas auditorias mais a fatores técnicos do que desonestos.{192} O *Relatório* identifica 54.000 contas com uma "provável ou possível relação com vítimas da perseguição nazista". Mas julga que apenas metade deste número — 25.000 — tinha uma probabilidade suficiente para garantir a publicação dos nomes das contas. O valor corrente estimado de 10.000 destas contas, para as quais estavam disponíveis algumas informações, vai até 170-260 milhões de dólares.

Provou-se impossível avaliar o valor corrente estimado das contas remanescentes.{193} O valor total das verdadeiras contas inativas da era do Holocausto subiria muito além dos 32 milhões de dólares originalmente estimados pelos bancos suíços, mas cairia de modo estonteante para bem menos do que os 7 a 20 bilhões de dólares reclamados pelo WJC Nos testemunhos subseqüentes do congresso, Volcker observou que o número das contas suíças, "provável ou possivelmente" relacionadas com vítimas do Holocausto, era "muitas vezes tão extenso quanto o que surgiu nas primeiras investigações

suíças". No entanto, ele continua: "Eu enfatizo as palavras ‘provável ou possivelmente porque, exceto com relação a poucos casos, depois de mais de meio século, nós não fomos capazes de identificar com certeza uma relação irrefutável entre vítimas e proprietários de contas."{194}

A descoberta mais explosiva do Comitê Volcker não foi narrada pela mídia americana. O comitê observa que, tal como a Suíça, os EUA também foram um abrigo seguro inicial para a transferência de dinheiro dos judeus europeus:

A antecipação da guerra e a recessão econômica, assim como a perseguição aos judeus e outras minorias pelos nazistas antes e durante a Segunda Guerra Mundial, fizeram com que muitas pessoas, incluindo as vítimas desta perseguição, transferissem seus bens para países considerados abrigos seguros (incluindo como mais importantes *os* Estados Unidos e o Reino Unido).

(...) Em vista das fronteiras da Suíça neutra com o Eixo e os países ocupados pelo Eixo, os bancos suíços e outros intermediários financeiros suíços foram também receptores de uma porção de bens à procura de segurança.

Um importante apêndice lista as "destinações favorecidas" do dinheiro judaico transferido da Europa. As principais destinações mencionadas foram Estados Unidos e Suíça. (A Grã-Bretanha caía para um "terceiro nível" como destinação estável{195}).

A pergunta óbvia é: O que aconteceu com as contas inativas da era do Holocausto nos bancos americanos? O Comitê Bancário da Câmara chamou uma testemunha especializada para discorrer sobre este assunto. Seymour Rubin, atualmente um professor da American University, serviu como chefe da delegação dos EUA nas negociações suíças depois da Segunda Guerra Mundial. Sob os auspícios das organizações judaicas americanas, Rubin também trabalhou durante os anos 50 com um "grupo de especialistas sobre a vida da comunidade judaica na Europa" para identificar contas inativas da era do Holocausto nos bancos americanos. Em seu testemunho na Câmara, Rubin declarou que, após a mais superficial e rudimentar auditoria feita apenas nos bancos de Nova York, o valor destas contas chegou a 6 milhões de dólares. As organizações judaicas requereram esta soma ao Congresso para "sobreviventes necessitados" (contas inativas abandonadas nos EUA são transferidas para o Estado sob a doutrina de arresto.{196}) Rubin então lembrou:

A estimativa inicial de 6 milhões de dólares foi rejeitada por congressistas responsáveis em potencial pela legislação necessária e foi usado um limite de 3

milhões de dólares no primeiro esboço de legislação.

(...) A seguir, a cifra de 3 milhões de dólares foi baixada em audiências do Comité para 1 milhão de dólares. Ações legislativas mais tarde reduziram a soma para 500.000 dólares. Mesmo esta soma foi rejeitada pela Divisão de Orçamento, que propôs o limite de 250.000 dólares. A legislação, entretanto, passou cora os 500.000 dólares.

"Os Estados Unidos", concluiu Rubin, "tomavam apenas medidas muito limitadas para identificar bens sem herdeiros no país, e tornavam disponível (...) meros 500.000 dólares, em contraste com os 32.000.000 de dólares reconhecidos pelos bancos suíços mesmo antes da sindicância de Volcker."{197} Em outras palavras, *o registro americano é muito pior que o registro suíço.* Merece ênfase o fato de que, fora uma passageira observação feita por Eizenstat, não houve qualquer outra menção sobre contas americanas inativas durante as audiências do comitê bancário da Câmara e do Senado dedicadas aos bancos suíços. Além disso, apesar do papel central de Rubin em muitas contas secundárias no caso dos bancos suíços — Bower dedica um grande número de páginas a esta "cruzada no Departamento de Estado" —, ninguém mencionou seu testemunho na Câmara. Durante a audiência na Câmara, Rubin também expressou "um certo ceticismo com respeito às grandes quantidades [nas contas suíças inativas] que estavam sendo mencionadas". Desnecessário dizer que os critérios meticulosos de Rubin sobre o tema foram cuidadosamente ignorados.

Qual foi o açodamento e alarido dos congressistas sobre os "pérfidos" banqueiros americanos? Um membro após outro dos comitês bancários da Câmara e do Senado exigiram dos suíços que "finalmente saldassem as contas". Nenhum, no entanto, pediu aos EUA para fazer o mesmo.

Pelo contrário, um membro do Comitê Bancário da Câmara vergonhosamente asseverou - com a concordância de Bronfman — que "apenas" a Suíça "falhou em mostrar coragem para se confrontar com sua própria história".{198} Não surpreendeu que a indústria do Holocausto não tivesse lançado uma campanha para investigar os bancos americanos. Uma auditoria em nossos bancos na escala da auditoria suíça teria custado aos contribuintes não milhões, mas bilhões de dólares.{199} Quando fosse completada, os judeus americanos estariam buscando asilo em Munique. A coragem tem seus limites.

Já nos final dos anos 40, quando os EUA pressionavam a Suíça para identificar contas judaicas inativas, os suíços protestaram que os americanos

deviam primeiro olhar seu próprio quintal.{200} Em meados de 1997, o governador Pataki de Nova York anunciou a criação de uma Comissão Estadual para Recuperação de Bens de Vítimas do Holocausto para abrir processos contra os bancos suíços. Sem se deixarem impressionar, os suíços sugeriram que a comissão seria mais útil se abrisse ação judicial contra os bancos americanos e israelenses.{201} De fato, Bower lembra que os banqueiros israelenses se "recusaram a ceder listas de contas judaicas inativas" depois da guerra de 1948, e recentemente tem sido publicado que "ao contrário de outros países da Europa, os bancos de Israel e as organizações sionistas estão resistindo às pressões para instalar comissões capazes de levantar quantas propriedades e quantas contas inativas de sobreviventes do Holocausto foram retidas, e como os proprietários podiam ser localizados" *{Financial Times).*

(Os judeus europeus compraram lotes de terras e abriram contas na Palestina durante o Mandato Britânico para apoiar o movimento sionista ou preparar uma futura imigração.) Em outubro de 1998, o WJC e a WJRO "adotaram uma decisão em princípio de não lidar com o assunto dos bens de vítimas do holocausto em Israel, alegando que esta responsabilidade cabia ao governo israelense" *(Haaretz).* O que valia para o Estado de Israel não valia para a Suíça. A acusação mais sensacional levantada contra os bancos suíços foi que eles exigiram certidões de óbito dos herdeiros das vítimas do holocausto nazista. Os bancos israelenses também exigiram a mesma documentação. Inútil, no entanto, procurar por denúncias dos "pérfidos israelenses". Para demonstrar que "nenhuma equivalência moral pode ser comparada entre os bancos de Israel e da Suíça", o *New York Times* citou um ex-legislador israelense: "Aqui, no máximo foi negligência; na Suíça, foi crime."{202} Qualquer comentário é supérfluo.

Em maio de 1998, uma Comissão Presidencial Consultiva sobre Bens do Holocausto nos Estados Unidos foi encarregada pelo Congresso de "conduzir uma primeira pesquisa sobre o destino de bens de vítimas do Holocausto dos quais o governo federal americano tomou posse" e "aconselhar o presidente sobre políticas que deveriam ser adotadas para fazer a restituição aos verdadeiros donos das propriedades roubadas ou seus herdeiros". "O trabalho da comissão demonstra inegavelmente", declarou Bronfman, seu presidente, "que nós nos Estados Unidos desejamos nos manter no mesmo patamar de verdade sobre os bens do Holocausto que exigimos de outras nações."

Apesar de uma comissão consultiva presidencial, com um orçamento de 6 milhões de dólares, ser muito diferente de uma abrangente auditoria externa, de 500 milhões de dólares, agindo sobre o total sistema bancário de uma nação com livre acesso a todos os registros bancários.{203} Para dissipar quaisquer dúvidas posteriores de que os Estados Unidos não se mantiveram na vanguarda dos esforços para recuperar bens judaicos roubados da era do Holocausto, James Leach, presidente do Comitê Bancário da Câmara, anunciou com orgulho, em fevereiro de 2000, que um museu da Carolina do Norte devolveu uma pintura a uma família austríaca. "Isto reforça o caráter de responsabilidade dos Estados Unidos (...) e considero algo que o comitê deve ressaltar."{204}

Para a indústria do Holocausto, a questão dos bancos suíços — como os tormentos pós-guerra sofridos pelo "sobrevivente" suíço do Holocausto Binjamin Wilkomirski - eram mais do que provas da malícia inegável e irracional dos gentios. A questão apontava a grande insensibilidade até de um "país europeu, liberal democrata", conclui Itamar Levin, "para com aqueles que traziam cicatrizes físicas e morais do pior crime da história". Em abril de 1997, um estudo da Universidade de Tel Aviv mostrou "um evidente aumento" do anti-semitismo na Suíça. Contudo, este desenvolvimento ameaçador pode não estar conectado à extorsão da indústria do Holocausto sobre a Suíça. "Judeus não causam anti-semitismo", desdenhou Bronfman. "Anti-semitas é que fazem anti-semitismo." {205}

Itamar Levin sustenta que a compensação material pelo Holocausto "é o maior teste moral frente à Europa no final do século vinte". "Este será o verdadeiro teste do tratamento dado pelo continente ao povo judeu."{206}

Na verdade, estimulada pelo sucesso de extorsão dos suíços, a indústria do Holocausto rapidamente se mexeu para "testar" o resto da Europa. A próxima parada foi a Alemanha.

Depois que a indústria do Holocausto acertou com a Suíça em agosto de 1998, ela empregou em setembro a mesma estratégia vencedora contra a Alemanha. Os mesmos três grupos legalizados (Hausfeld-Weiss, Fagan-Swift e o World Council of Orthodox Jewish Communities) iniciaram um processo de ação coletiva de classe contra as indústrias privadas alemãs, exigindo nada menos do que 20 bilhões de dólares como compensação. Alardeando a ameaça de um boicote econômico, o tesoureiro Hevesi da cidade de Nova York começou a "monitorar" as negociações em abril de 1999. O comitê Bancário da Câmara abriu audiências em setembro. A congressista Carolyn Maloney declarou que "a passagem

do tempo não podia ser uma desculpa para enriquecimentos injustos" (pelo menos, para o trabalho escravo judaico - o trabalho escravo afro-americano *é* uma outra história) enquanto Leach, o presidente do comitê, lendo o mesmo velho roteiro, recitou que "a história não tem estatuto de limites". As empresas alemãs com negócios nos Estados Unidos, disse ao comitê Stuart Eizenstat, "estimam ver suas mercadorias aqui, e desejam manter a espécie de boa cidadania de que sempre dispuseram nos Estados Unidos e na Alemanha". Prosseguindo nas sutilezas diplomáticas, o congressista Rick Lazio recomendou asperamente ao comitê "para se concentrar no setor das empresas privadas alemãs, em particular, aquelas com negócios nos Estados Unidos".{207} Para levantar a histeria pública contra a Alemanha, a indústria do Holocausto colocou em outubro vários anúncios de página inteira nos jornais. A terrível verdade não bastava; foram acionados todos os botões do Holocausto.

Um anúncio denunciava a corporação farmacêutica alemã Bayer travestida em Joseph Mengele, apesar das provas de que as experiências criminosas "dirigidas" pela Bayer foram zero. Reconhecendo que o *juggernaut*{208} do Holocausto era irresistível, os alemães capitularam um acordo monetário substancial no final do ano. O jornal inglês *The Times* creditou esta capitulação à campanha do *"holocash"* nos Estados Unidos. "Nós não teríamos alcançado o acordo", disse mais tarde Eizenstat ao comitê Bancário da Câmara, "sem o envolvimento pessoal e a liderança do presidente Clinton (...) assim como de outros altos funcionários" do governo americano.{209}

A indústria do Holocausto denunciou que a Alemanha tinha uma "obrigação moral e legal" de compensar os ex-trabalhadores escravos judeus. "Estes trabalhadores escravos merecem uma pequena medida de justiça", pleiteou Eizenstat, "nos poucos anos que restaram de suas vidas." Embora, como já revelado aqui, *é* simplesmente mentira que eles não tivessem recebido qualquer compensação. Os trabalhadores escravos judeus foram cobertos pelos acordos originais com a Alemanha compensando os internos dos campos de concentração. O governo alemão indenizou os ex-trabalhadores escravos por "privação de liberdade" e por "danos à vida e amputações". Apenas salários recusados não foram formalmente indenizados.

Os que sofreram ferimentos graves receberam individualmente pensões vitalícias.{210} A Alemanha também doou à Jewish Claims Conference cerca de

um bilhão de dólares em valores atuais para judeus ex-internos de campos que receberam uma compensação mínima. Como já foi dito antes, a Claims Conference, violando o acordo com a Alemanha, usou o dinheiro em vez de empregá-lo nos projetos requeridos. Ela justificou este (não-)uso da compensação alemã alegando que, "mesmo antes dos fundos da Alemanha estarem disponíveis (...), as exigências das 'necessitadas' vítimas do nazismo já tinham sido amplamente satisfeitas".{211} Ainda assim, cinqüenta anos depois, a indústria do Holocausto estava exigindo dinheiro para as "necessitadas vítimas do Holocausto" que viviam na pobreza porque os alemães, como foi alegado, nunca as tinham compensado.

O que constitui uma "justa" compensação para os antigos trabalhadores escravos judeus é uma pergunta inteiramente irrespondível. Pode-se, no entanto, dizer isto: segundo os termos do novo acordo, os ex-trabalhadores escravos devem receber cada um cerca de 7.500 dólares. Se a Claims Conference distribuiu apropriadamente as primeiras somas alemãs (do pós-guerra), muito mais ex-trabalhadores escravos judeus teriam recebido muito mais muito antes.

Se as "necessitadas vítimas do Holocausto" jamais irão ver algum do novo dinheiro alemão é uma questão em aberto. A Claims Conference quer uma grande fatia para o seu próprio "Fundo Especial". Segundo o *Jerusalem Report*, a Conference tem "muito a ganhar assegurando que os sobreviventes nada recebam".

O membro israelense do Knesset, Michael Kleiner (Herut), atacou firmemente a Conference como um "*Judenrat*{212} continuando o trabalho dos nazistas de diferentes maneiras". Ele acusou a Conference de ser um "grupo desonesto, que se conduz em segredo profissional, manchado pela suja corrupção pública e moral, um grupo das trevas que está maltratando os sobreviventes do Holocausto e seus herdeiros, enquanto descansa sobre uma enorme pilha de dinheiro pertencente a indivíduos, e faz de tudo para herdar (o dinheiro) enquanto eles ainda estão vivos".{213} Nesse meio tempo, Stuart Eizenstat, testemunhando diante do comitê Bancário da Câmara, continuava a elogiar o "processo transparente que a Jewish Material Claims Conference tem tido nos últimos 40 e tantos anos". Em matéria de cinismo absoluto, no entanto, o rabino Israel Singer supera todos. Além de seu posto de secretário-geral do WJC, Singer serviu como vice-presidente da Claims Conference e foi o negociador-chefe nas reuniões alemãs sobre o trabalho escravo. Ele reiterou solenemente ao comitê Bancário da Câmara que "seria uma vergonha" se o dinheiro da compensação

pelo Holocausto fosse "pago a herdeiros em lugar de sobreviventes". "Não queremos que esse dinheiro seja pago a herdeiros. Queremos esse dinheiro pago a vítimas." Ao mesmo tempo, o *Haaretz* publica que Singer tem sido o principal proponente para o uso dinheiro da compensação pelo Holocausto "ir de encontro às necessidades de todo o povo judaico, e não apenas daqueles judeus que tiveram sorte bastante para sobreviver ao Holocausto e alcançar a velhice".{214}

Numa publicação do Museu Memorial Americano do Holocausto, Henry Friedlander, o respeitado historiador do Holocausto nazista e dos ex-internos de Auschwitz, projetou este quadro numérico para o final da guerra:

Se havia cerca de 715.000 prisioneiros nos campos no início de 1945, e pelo menos um terço — ou seja, cerca de 238.000 — morreu durante a primavera de 1945, podemos admitir que no máximo 475.000 prisioneiros sobreviveram. Como os judeus eram sistematicamente assassinados, e apenas os escolhidos para trabalhar — em Auschwitz cerca de 15 por cento — tiveram a chance de sobreviver, precisamos assumir que os judeus não passavam de 20 por cento da população dos campos de concentração.

"Podemos assim estimar", ele concluiu, "que o número de sobreviventes judeus não era mais do que 100.000." O cômputo de Friedlander para os trabalhadores escravos judeus sobreviventes no final da guerra, casualmente, é altamente considerado entre os acadêmicos. Num estudo oficial, Leonard Dinnerstein escreveu: "Sessenta mil judeus (...) saíram dos campos de concentração. Em uma semana, mais de 20.000 deles estavam mortos."{215}

Num informe de maio de 1999 ao Departamento de Estado, Stuart Eizenstat, citando o "número dos grupos que os representavam", pôs o total de trabalhadores escravos, judeus e não-judeus ainda vivos, em "talvez 70.000-90.000".{216}

Eizenstat era o emissário-chefe dos EUA nas negociações do trabalho escravo na Alemanha e trabalhou estreitamente com a Claims Conference.{217} Isto poria o número total de trabalhadores escravos judeus ainda vivos em 14.000-18.000 (20 por cento de 70.000-90.000). Mas, assim que entrou em negociações com a Alemanha, a indústria do Holocausto exigiu compensação para 135.000 ex-trabalhadores escravos judeus ainda vivos. O número total dos ex-trabalhadores escravos ainda vivos, judeus e não-judeus, foi calculado em 250.000.{218} Em outras palavras, o número de ex-trabalhadores escravos judeus ainda vivos aumentou cerca de dez vezes desde maio de 1999, e a proporção entre trabalhadores escravos judeus e não-judeus vivos mudou drasticamente. A acreditar na indústria do Holocausto, hoje há mais

trabalhadores escravos judeus do que há meio século atrás. "Que trama emaranhada nós tecemos", escreveu *Sir* Walter Scott, "quando nossa atividade principal *é* inventar."

Como a indústria do Holocausto joga com números para aumentar seus pedidos de compensação, os anti-semitas zombam dos "judeus mentirosos" que "mascateiam" até suas cabeças. Ao trapacear com esses números, a indústria do Holocausto, embora não intencionalmente, suaviza o nazismo. Raul Hilberg, a principal autoridade em holocausto nazista, totaliza os judeus assassinados em 5,1 milhões.{219} E, se 135.000 ex-trabalhadores escravos judeus ainda hoje estão vivos, uns 600.000 devem ter sobrevivido à guerra. Isto perfaz meio milhão a mais do que o padrão estimativo. Dever-se-ia então deduzir este meio milhão do número de 5,1 milhões dos assassinados. O total de "6 milhões" não só fica mais insustentável, como os números da indústria do Holocausto se aproximam dos daqueles que negam o Holocausto.

Levemos em consideração que o líder nazista Heinrich Himmler avaliou a população total dos campos, em janeiro de 1945, em menos de 700.000 e que, segundo Friedlander, cerca de um terço deste número foi eliminado por volta do mês de mato. Mas se os judeus constituíam apenas 20 por cento da população sobrevivente dos campos e, como fixado pela indústria do Holocausto, 600.000 judeus internos sobreviveram à guerra, então um total de 3 milhões de internos deve ter sobrevivido. Pela avaliação da indústria do Holocausto, as condições dos campos de concentração não deviam ser absolutamente duras; na verdade, podemos supor uma alta taxa de fertilidade e um índice incrivelmente baixo de mortalidade.{220}

O argumento padrão é que a Solução Final foi um extermínio industrial, uma linha de montagem, com uma eficiência sem paralelo.{221} Mas se, como sugere a indústria do Holocausto, centenas de milhares de judeus sobreviveram, a Solução Final não poderia ser tão eficiente. Ela deve ter sido um mero acaso — exatamente o que argumentam os negadores do Holocausto. *Les extremes se touchent.*

Numa entrevista recente, Raul Hilberg assinalou que não importam os números para compreender o holocausto nazista. De fato, a revisão numérica da Claims Conference levou radicalmente à questão de sua própria compreensão. Segundo a "proposição" da Claims Conference sobre o trabalho escravo em suas negociações com a Alemanha:

"O trabalho escravo foi um dos três métodos principais usados pelos

nazistas para matar os judeus — sendo os outros fuzilamento e gás. Um dos propósitos do trabalho escravo era conduzir os indivíduos à morte (...). O termo escravo *é* uma palavra imprecisa neste contexto. Em geral, os donos de escravos têm interesse em preservar a vida e a condição de seus escravos. No entanto, o plano nazista para os 'escravos' era utilizar seu potencial de trabalho e depois exterminá-los." Fora os que negam o Holocausto, ninguém ainda argumentou que o nazismo reservava este terrível destino aos trabalhadores escravos. Como, no entanto, conciliar estes fatos estabelecidos com a compensação para as muitas centenas de milhares de trabalhadores escravos judeus que sobreviveram aos campos? Não teria a Claims Conference rompido a parede que separa a verdade assombrosa sobre o holocausto nazista da negação do Holocausto?{222}

Em anúncio de página inteira no *New York Times*, astros da indústria do Holocausto como Elie Wiesel, o rabino Marvin Hier e Steven T. Katz condenaram "a negação do Holocausto feita pela Síria". O texto investia contra o editorial de um jornal do governo sírio que acusava Israel de "inventar histórias sobre o Holocausto" no intuito de "receber mais dinheiro da Alemanha e de outros sistemas ocidentais". Lamentavelmente, a acusação da Síria é verdadeira. A ironia, perdida tanto pelo governo sírio quanto pelos signatários do anúncio, é que a própria história das muitas centenas de milhares de sobreviventes constitui uma forma de negação do Holocausto.{223}

A extorsão sobre a Suíça e a Alemanha tem sido apenas um prelúdio para o *grand finale:* a extorsão da Europa Oriental. Com o colapso do bloco soviético, abriram-se oportunidades tentadoras na antiga região central da comunidade judaica européia. Vestindo o manto sagrado das "necessitadas vítimas do Holocausto", a indústria do Holocausto tem procurado extorquir bilhões de dólares destes países já empobrecidos. Ao perseguir este objetivo com um desembaraço indiferente e cruel, ela se tornou o principal fomentador do anti-semitismo na Europa.

A indústria do Holocausto posicionou-se como a única reclamante legítima para todos os bens privados e comuns daqueles que morreram durante o holocausto nazista. "Tem sido acertado com o governo de Israel", disse Edgar Bronfman ao Comitê Bancário da Câmara, "que os bens sem herdeiros deveriam caber à World Jewish Restitution Organization." Usando este "mandato", a indústria do Holocausto tem exigido dos ex-países do bloco soviético que devolvam todas as propriedades judaicas de antes da guerra ou as igualem na forma de compensação monetária.{224} Ao contrário do caso da

Suíça e da Alemanha, no entanto, ela fez estas exigências longe dos olhos da publicidade. A opinião pública ficou longe de ser avessa às chantagens contra os banqueiros suíços e industriais alemães, mas pode ver com menos boa vontade as chantagens contra camponeses poloneses morrendo de fome. Os judeus que perderam membros de sua família, durante o holocausto nazista, poderiam também ver com hostilidade as maquinações da WJRO. A pregação de ser o legítimo herdeiro daqueles que morreram, a fim de se apropriar de seus bens, pode facilmente ser interpretado como um grave roubo. Por outro lado, a indústria do Holocausto não precisa de uma opinião pública mobilizada. Com o apoio de autoridades-chave americanas, ela pode facilmente quebrar a fraca resistência de nações já prostradas.

"É importante reconhecer que nossos esforços para a restituição da propriedade comum", disse Stuart Eizenstat a um comitê da Câmara, "estão integrados ao renascimento e à renovação da vida judaica" no Leste europeu. Alegando "promover o renascimento" da vida judaica na Polônia, a WJRO está exigindo os títulos de mais de 6.000 propriedades da comunidade judaica anteriores à guerra, incluindo aquelas que estão sendo usadas atualmente como hospitais e escolas. A população judaica de antes da guerra na Polônia chegava a 3,5 milhões; a população atual é de alguns milhares. Será que o renascimento da vida judaica realmente precisa da construção de uma sinagoga ou escola para cada judeu polonês? A organização também está pedindo centenas de milhares de glebas de terra polonesa no valor de muitas dezenas de bilhões de dólares. "As autoridades polonesas temem", escreveu *o Jewish Week*, que a exigência "poderia levar a nação à falência." Quando o Parlamento polonês propôs limites sobre a compensação para evitar a insolvência, Elan Steinberg do WJC denunciou a legislação como "um ato fundamentalmente antiamericano". {225}

Para apertar o cerco sobre a Polônia, os advogados da indústria do Holocausto entraram com uma ação coletiva de classe na corte do juiz Korman a fim de compensar "os sobreviventes do Holocausto idosos e os agonizantes". A queixa denunciava que os governos poloneses do pós-guerra "continuaram durante os últimos cinqüenta e quatro anos" uma política genocida de "expulsão para extinção" contra os judeus.

Os membros do Conselho da cidade de Nova York entraram em atividade com uma resolução unânime apelando à Polônia "para aprovar uma

legislação abrangente que incluísse a completa restituição dos bens do Holocausto", enquanto 57 membros do Congresso (conduzidos pelo congressista Anthony Weiner, de Nova York) enviaram uma carta ao Parlamento polonês exigindo uma "legislação abrangente que devolveria 100 por cento de todas as propriedades e bens confiscados durante o Holocausto". "Como as pessoas envolvidas envelhecem a cada dia", dizia a carta, "está diminuindo o tempo para compensar os injustiçados".{226}

Ao testemunhar diante do Comitê Bancário do Senado, Stuart Eizenstat deplorou o ritmo lento de despejos na Europa oriental. "Vários problemas surgiram na devolução das propriedades. Por exemplo, em alguns países, quando pessoas ou comunidades tentaram recuperar propriedades, foi-lhes pedido, algumas vezes exigido, (...) que permitissem aos atuais ocupantes ficar por um longo período pagando taxas controladas de aluguel."{227} A negligência da Bielo-Rússia, particularmente, deixou Eizenstat irritado. A Bielo-Rússia está "muito, por demais atrasada" na devolução das propriedades judaicas anteriores à guerra, disse ele ao Comitê de Relações Internacionais da Câmara.{228} A renda mensal média de um bielo-russo é de 100 dólares.

Para forçar a submissão de governos recalcitrantes, a indústria do Holocausto empunhou a ameaça de sanções americanas. Eizenstat instou o Congresso a "promover" a compensação do Holocausto, colocando-a no "topo da lista" de condições para os países do Leste europeu que estão tentando entrar para a OCDE, a OMC, a União Européia, a OTAN e o Conselho da Europa: "Eles irão ouvir se vocês falarem. (...) Eles irão entender a sugestão." Israel Singer, do WJC, apelou ao Congresso para "continuar inspecionando a lista de compras" a fim de "checar" se cada país está pagando em dia. "É extremamente importante que os países envolvidos na questão entendam", disse o congressista Benjamin Gilman, do Comitê de Relações Internacionais da Câmara, "que a resposta deles (...) *é* um dos vários padrões pelos quais os Estados Unidos avaliam seu relacionamento bilateral." Avraham Hirschson, presidente do Comitê de Restituição do Knesset (Parlamento) de Israel e representante de Israel na WJRO, pagou tributo à cumplicidade do Congresso na extorsão. Lembrando suas "brigas" com o primeiro-ministro romeno, Hirschson declarou: "Mas fiz uma observação, no meio da briga, que mudou aquela atmosfera. Eu disse a ele: sabe, em dois dias estarei numa audiência aqui no Congresso. O que você quer que eu lhes diga na audiência? Toda atmosfera mudou." O WJC "criou uma

verdadeira indústria do Holocausto", preveniu um advogado de sobreviventes, e é "culpado por promover (...) um ressurgimento muito feio do anti-semitismo na Europa".{229}

"Se não fosse pelos Estados Unidos da América", Eizenstat observou com senso de oportunidade em sua louvação ao Congresso, "muito poucas, talvez nenhuma, destas providências estariam hoje em andamento." Para justificar as pressões exercidas sobre o Leste europeu, ele explicou que a marca da moralidade "ocidental" é "devolver ou pagar pelas propriedades privadas e comuns tomadas sem razão".

Para as "novas democracias" do Leste europeu, assegurar este padrão "seria corresponder à sua passagem do totalitarismo para estados democráticos". Eizenstat é um alto funcionário do governo americano e um destacado defensor de Israel. A julgar, porém, pelos respectivos direitos exigidos pelos índios americanos e pelos palestinos, nem os EUA nem Israel fizeram ainda esta transição.{230}

Em seu testemunho na Câmara, Hirschson invocou o melancólico espetáculo das idosas e "necessitadas vítimas do Holocausto", na Polônia, "vindo ao meu escritório no Knesset todos os dias (...) implorando para ter de volta o que lhes pertencia (...), ter de volta as casas que deixaram, ter de volta as lojas que deixaram". Enquanto isso, a indústria do Holocausto trava batalha numa segunda frente. Repudiando o ilusório mandato da Organização Mundial de Restituição Judaica, as comunidades judaicas locais do Leste europeu demarcaram seus próprios direitos sobre os bens judaicos sem herdeiros. Para se beneficiar de tais compensações, no entanto, um judeu precisa formalmente aderir à comunidade judaica local. O tão esperançoso reflorescimento da vida judaica está, portanto, prestes a ser transferido, já que os judeus do Leste europeu debatem suas raízes recentemente descobertas num pedaço do butim do Holocausto.{231}

A indústria do Holocausto gaba-se de destinar o dinheiro das compensações a obras de caridade judaicas. "Embora a caridade seja uma causa nobre", observa um advogado representante de vítimas verdadeiras, "é errado fazer isso com o dinheiro dos outros." Uma obra favorita é a "educação do Holocausto" — o "maior legado de nossos esforços", segundo Eizenstat.

Hirschson também é fundador de uma organização chamada "March of the Living" (Marcha dos Vivos), uma peça central na educação do Holocausto e a maior beneficiária do dinheiro das compensações. Neste espetáculo de inspiração

sionista com um elenco de milhares, a juventude judaica de todo o mundo é levada aos campos de extermínio na Polônia, para uma primeira aula sobre a perversidade dos gentios, antes de voarem a Israel em busca de salvação. *O Jerusalem Report* capta este momento de Holocausto *kitsch* na Marcha: "'Eu estou tão assustada, não posso continuar, já queria estar em Israel', repete várias vezes uma jovem de Connecticut. Seu corpo está tremendo. (...) De repente, sua amiga arranca uma grande bandeira israelense. Cobre as duas com ela e ambas prosseguem andando." Uma bandeira israelense: não saia de casa sem ela.{232}

Ao falar na Conferência de Washington sobre os Bens da Era do Holocausto, David Harris do AJC tornou-se eloqüente sobre o "profundo impacto" que as peregrinações aos campos de morte nazistas causam sobre a juventude judaica. O *Forward* descreveu com ternura um episódio particularmente assustador. Sob o título "Jovens Israelenses Fazem Travessuras Após Visitar Auschwitz", o jornal explicou que, segundo especialistas, os estudantes de *kibutz* "contrataram *strip-teasers* para relaxar das emoções perturbadoras provocadas pela excursão". Estes mesmos tormentos aparentemente tomaram conta de estudantes judaicos numa excursão ao Museu Memorial Americano do Holocausto, os quais, segundo o *Forward*, "ficaram correndo em torno e se divertindo, sentindo-se capazes de enfrentar qualquer coisa". {233}

Alguém duvida do bom senso da decisão da indústria do Holocausto em empregar o dinheiro das compensações na educação do Holocausto, em vez de "gastar os fundos à toa" (Nahum Goldmann) com sobreviventes dos campos de morte nazistas?{234}

Em janeiro de 2000, políticos de quase cinqüenta países, incluindo o primeiro-ministro de Israel, Ehud Barak, compareceram a uma grande conferência sobre educação do Holocausto em Estocolmo, A declaração final da conferência enfatizava a "grave responsabilidade" da comunidade internacional em combater os erros do genocídio, da faxina étnica, do racismo e da xenofobia. Uma repórter sueca depois perguntou a Barak sobre os refugiados palestinos. Por princípio, Barak respondeu, ele era contra a volta de qualquer refugiado a Israel: "Não podemos aceitar a responsabilidade moral, legal ou qualquer outra pelos refugiados." Obviamente, a conferência foi um tremendo sucesso.{235}

O Guia de Compensação e Restituição para Sobreviventes do Holocausto da Conferência Judaica de Compensações lista um grande número de organizações afiliadas. Surgiu, de repente, uma vasta e rica burocracia. Companhias de seguro, bancos, museus de arte, indústrias privadas,

arrendatários e fazendeiros de quase todos os países europeus estão sob a ameaça da indústria do Holocausto. Mas as "necessitadas vítimas do Holocausto", em cujo nome age a indústria do Holocausto, se queixam de que ela está "apenas perpetuando a expropriação". Muitas entraram com processo contra a Claims Conference.

O Holocausto pode vir a se tornar o "maior roubo da história da humanidade".{236}

O historiador Ilan Pappe conta que, quando Israel entrou pela primeira vez em negociações com a Alemanha por reparações após a guerra, o primeiro-ministro Moshe Sharett propôs transferir uma parte aos refugiados palestinos, "a fim de corrigir o que tem sido chamado de pequena injustiça (a tragédia palestina), causada pela mais terrível de todas (o Holocausto)".{237} Nunca nada surgiu da proposta. Um famoso acadêmico israelense sugeriu usar uma parte dos fundos dos bancos suíços e das indústrias alemãs para "compensar os refugiados árabes palestinos".{238} Uma vez que quase todos os sobreviventes do holocausto nazista já morreram, esta seria uma proposta sensível.

No melhor estilo do WJC, Israel Singer fez o "anúncio assustador", em 13 de março de 2000, de que um recente documento americano não oficial revelou que a Áustria ainda retinha bens de judeus sem herdeiros da era do Holocausto no valor de outros 10 bilhões de dólares. Singer também denunciou que "cinqüenta por cento de toda a arte da América foram pilhados da arte judaica".{239} A indústria do Holocausto prossegue evidentemente enlouquecida.

CONCLUSÃO

Restou considerar o impacto do Holocausto nos Estados Unidos. Ao fazer isso, quero também citar as próprias observações críticas de Peter Novick sobre o assunto.

Além dos memoriais do Holocausto, dezessete estados incluem ou recomendam programas do Holocausto em suas escolas, e muitos colégios e universidades foram dotados com cadeiras de estudos sobre o Holocausto. Toda semana há uma grande matéria sobre um relato do Holocausto no *New York Times.* O número de estudos acadêmicos devotados à Solução Final nazista pode ser estimado em mais de 10.000. É só comparar com as bolsas de estudo sobre a hecatombe no Congo. Entre 1891 e 1911, 10 milhões de africanos morreram durante a exploração dos recursos congoleses de marfim e borracha. Porém, o primeiro e único estudo de peso em inglês voltado a este tema foi publicado há apenas dois anos.{240}

Dado o grande número de instituições e profissionais dedicados a preservar sua memória, O Holocausto agora está firmemente entrosado na vida americana. Novick, no entanto, expressa dúvidas sobre se isto é bom. Em primeiro lugar, ele considera numerosos exemplos dessa vulgarização. De fato, é difícil mencionar uma única causa política, seja ela pró-vida ou pró-escolha em relação ao aborto, direitos animais ou direitos de cidadania, que não envolva O Holocausto. Ao depreciar propósitos espalhafatosos nos quais O Holocausto caiu, Elie Wiesel declarou: "Eu juro evitar (...) espetáculos vulgares."{241} Embora Novick relate que "a foto mais imaginativa e sutil do Holocausto surgiu em 1996, quando Hillary Clinton, então sob fogo pesado por vários supostos delitos, apareceu no corredor da Câmara durante um comunicado à nação de seu marido (muito televisionado), ladeada por sua filha, Chelsea, e Elie Wiesel".{242}

Para Hillary Clinton, os refugiados de Kosovo, postos em fuga pela Sérvia durante os bombardeios da OTAN, lembravam cenas do Holocausto em *A lista de Schindler.* "Gente que aprende história com filmes de Spielberg", comentou sarcasticamente um dissidente sérvio, "não deveria nos dizer como viver nossas vidas."{243}

A "pretensão de que o Holocausto é uma memória americana", argumenta Novick mais adiante, é uma evasão moral. Ela "conduz à negligência daquelas

responsabilidades que *realmente* pertencem aos americanos no confronto com seu passado, seu presente e seu futuro" (a ênfase é do original).{244} Ele tocou num ponto importante. É muito mais fácil deplorar crimes dos outros do que olhar para os próprios. Também é verdade, entretanto, que, se houvesse vontade, poderíamos aprender muito sobre nós mesmos com a experiência nazista. O Destino Manifesto antecipou quase todos os elementos ideológicos e programáticos da política do *Lebensraum*{245} de Hitler. Sem dúvida, Hitler copiou sua conquista do Leste da conquista americana do Oeste.{246} Durante a primeira metade deste século, a maioria dos estados americanos aprovou leis de esterilização e dezenas de milhares de americanos foram involuntariamente esterilizados. Os nazistas invocaram explicitamente este precedente quando aprovaram suas próprias leis de esterilização.{247} As famosas Leis de Nuremberg, de 1935, tiraram o privilégio dos judeus e proibiram a miscigenação entre judeus e não-judeus.

Os negros do Sul americano sofreram as mesmas privações legais e foram objeto de uma violência popular sancionada e muito mais espontânea do que os judeus na Alemanha às vésperas da guerra.{248}

Para destacar crimes cometidos no exterior, os EUA com freqüência evocam lembranças do Holocausto. O aspecto mais revelador, no entanto, é *quando* os EUA invocam O Holocausto. Crimes de inimigos políticos como o banho de sangue do Khmer Vermelho no Camboja, a invasão soviética do Afeganistão, a invasão do Kuwait pelo Iraque e a limpeza étnica dos sérvios em Kosovo lembram O Holocausto; mas não crimes dos quais os EUA são cúmplices.

Enquanto as atrocidades do Khmer Vermelho aconteciam no Camboja, o governo da Indonésia, chancelado pela retaguarda americana, causava o massacre de um terço da população no Timor Leste. Mas, ao contrário do Camboja, o genocídio do Timor Leste não foi considerado comparável ao Holocausto; ele sequer foi considerado notícia para cobertura.{249} Enquanto a União Soviética cometia o que o Simon Wiesenthal Center chamou "outro genocídio" no Afeganistão, o apoio dos EUA ao regime da Guatemala estava perpetrando o que a Comissão sobre a Verdade Guatemalteca recentemente chamou de "genocídio" contra a população indígena dos maias. O presidente Reagan descartou as acusações contra o governo da Guatemala como "uma injustiça".

Para homenagear as conquistas de Jeane Kirkpatrick como chefe do governo Reagan apologista dos crimes desenvolvidos na América Central, o Simon Wiesenthal Center deu-lhe o Prêmio Humanitário do Ano.{250} Simon Wiesenthal

foi assediado em particular para reconsiderar o prêmio. Ele recusou. Pediram privadamente a Elie Wiesel para interceder junto ao governo de Israel, um dos principais fornecedores de armas aos açougueiros guatemaltecos. Ele também recusou. O governo Carter invocava a memória do Holocausto, enquanto procurava um porto para o *"boat people"* vietnamita rugindo do regime comunista. O governo Clinton esqueceu O Holocausto, enquanto forçava a volta do "*boat people"* haitiano, escapando dos esquadrões da morte apoiados pelos EUA.{251}

A memória do Holocausto assomou em demasia quando a OTAN, dirigida pelos americanos, começou o bombardeio da Sérvia na primavera de 1999. Como vimos, Daniel Goldhagen comparou os crimes sérvios contra Kosovo com a Solução Final e, a pedido do presidente Clinton, Elie Wiesel visitou os campos de refugiados kosovares na Macedônia e na Albânia. Já antes, porém, que Wiesel fosse derramar lágrimas pelos kosovares, o regime indonésio, apoiado pelos EUA, repetiu o que deixou de fora no final da década de 1970, ao cometer novos massacres no Timor Leste. O Holocausto desapareceu da memória, no entanto, quando o governo Clinton condescendeu com a sangria. "A Indonésia e o Timor Leste", explicou um diplomata ocidental, "não importam."{252}

Novick assinala a passiva cumplicidade dos EUA em catástrofes humanas diferentes sob outros aspectos, embora comparáveis em escala ao extermínio nazista. Ao lembrar, por exemplo, o milhão de crianças mortas na Solução Final, ele observa que os presidentes americanos fazem muito pouco além de lamentar tantas vezes, pelo mundo afora, que numerosas crianças "morrem de subnutrição e doenças preveníveis" todos os anos.{253}

Pode-se também considerar um caso pertinente de *ativa* cumplicidade americana. Depois que a coalizão chefiada pelos Estados Unidos devastou o Iraque em 1991 para punir "Saddam-Hitler", os EUA e a Grã-Bretanha forçaram sanções criminosas da ONU contra aquele infeliz país numa tentativa de depô-lo. Tal como no holocausto nazista, também morreram um milhão de crianças.{254} Questionada em rede nacional sobre a terrível taxa de mortos no Iraque, a secretária de Estado Madeleine Albright respondeu que "o preço valeu a pena".

"O grande exagero do Holocausto", argumenta Novick, "limita seriamente sua capacidade de nos dar lições aplicáveis ao nosso cotidiano mundial." Como "marca de opressão e atrocidade", ele tende a "banalizar crimes de menor magnitude".{255} Todavia o holocausto nazista também pode nos tornar sensíveis a essas injustiças. Visto através das lentes de Auschwitz, o que antes era tomado como certo — por exemplo, o fanatismo — não o é

mais.{256} Na verdade, foi o holocausto nazista que desacreditou o racismo científico tão difundido como um aspecto da vida intelectual americana antes da Segunda Guerra Mundial.{257}

Para os que assumiram um compromisso com o aperfeiçoamento da humanidade, uma bandeira do mal não impede, antes convida a comparações. A escravidão ocupou aproximadamente o mesmo lugar na moral universal do final do século XIX que o holocausto nazista ocupa hoje. Por conseqüência, foi invocada com freqüência para elucidar males não completamente avaliados. John Stuart Mill comparou a condição das mulheres na família, a mais reverenciada instituição vitoriana, com a escravidão. Ele ousou afirmar que, em muitos aspectos, era pior.

"Estou longe de alegar que as esposas não são mais bem tratadas que os escravos; mas nenhum escravo *é* escravo na mesma magnitude e num sentido tão amplo da palavra como uma esposa."{258} Só os que costumam ver o mal dentro de uma moral restrita e não de uma ideologia é que rechaçam tais analogias. "Não compare" é o mantra da moral dos chantagistas.{259}

O organizado judaísmo americano explorou o holocausto nazista para desviar as críticas de Israel e suas políticas moralmente indefensáveis. A persistência destas políticas pôs Israel e o judaísmo americano numa posição coincidente: o destino de ambos agora depende de um frágil fio que passa pelas elites governamentais americanas. Se estas elites decidirem que Israel é suscetível e o judaísmo americano descartável, o fio pode ser cortado. Sem dúvida, trata-se de uma especulação — talvez excessivamente alarmista, mas nem tanto.

Predizer a postura das elites judaicas americanas diante dessas eventualidades, no entanto, seria brincadeira de criança. Se Israel entrar em choque com os Estados Unidos, muitos desses líderes que agora escancaram sua defesa de Israel iriam corajosamente divulgar sua desafeição pelo Estado judaico e acusar os judeus americanos de transformarem Israel numa religião. E se os círculos governamentais americanos decidirem fazer os judeus de bode expiatório, não ficaríamos surpresos se os líderes judeus americanos agissem exatamente como seus predecessores durante o holocausto nazista. "Não imaginamos que os alemães fossem impor no elemento judaico", lembrou Yitzhak Zuckerman, um organizador do Levante do Gueto de Varsóvia, "que judeus conduziriam judeus à morte".{260}

Durante uma série de debates públicos na década de 1980, muitos estudiosos famosos, alemães e não-alemães, argumentaram contra a

"normalização" das infâmias do nazismo. O medo era que a normalização induzisse à complacência moral.[{261}] No entanto, por mais que o argumento fosse então válido, ele não mais carrega uma condenação. As assustadoras dimensões da Solução Final de Hitler são agora bem conhecidas. Mas a história "normal" da humanidade não continua repleta de horripilantes capítulos de desumanidade? Um crime não precisa ser aberrante para justificar o espanto. O desafio hoje *é* restaurar o holocausto nazista como um tema racional de investigação. Só então poderemos aprender com ele. A anormalidade do holocausto nazista surge não do acontecimento em si, mas da exploração industrial nascida em torno dele. A indústria do Holocausto sempre foi desprovida de virtudes. Resta dizer isso abertamente. Já é tempo de encerrar suas atividades. O gesto mais nobre para com os que morreram é preservar sua memória, aprender com seu sofrimento e deixar, finalmente, que descansem em paz.

[1] Michael Berenbaum, *After Tragedy and Triumph* (Cambridge: 1990), 45.

[2] Neste texto, *holocausto nazista* significa o fato histórico real, O *Holocausto,* sua representação ideológica.

[3] Sobre a vergonhosa relação de apologéticas em benefício de Israel, ver Norman G. Finkelstein e Ruth Bettina Birn, em *A Nation on Trial: The Goldhagen Thesis and Historical Truth* (Nova York: 1998). Sua relação em outras publicações não *é* menor. Em um novo livro de memórias, *And the Sea Is Never Full* (Nova York: 1999). Wiesel nos dá esta inacreditável explicação sobre seu silêncio a respeito do sofrimento palestino: "A despeito da pressão considerável, eu me recusei a uma posição pública em relação ao conflito árabe-israelense" (125). Em sua última pesquisa detalhada da literatura sobre o Holocausto, o crítico literário Irving Howe desfez a vasta obra de Wiesel em um único parágrafo com um fingido elogio: "O primeiro livro de Elie Wiesel, *Night,* [foi] escrito com simplicidade e sem indulgência retórica." "Nada mais valeu a pena ler depois de *Night",* concordou o crítico literário Alfred Kazin. "Elie agora e" só ator Ele se definiu a mim como 'um conferencista angustiado'." (Irving Howe, " Writing and the Holocaust", em *New Republic* [27 de outubro de 1986]; Alfred Kazin, *A Lifetime Burning in Every Moment* (Nova York: 1996], 179)

[4] NovaYork: 1999. Norman Finkelstein, "*Uses of the Holocaust", em London Review of Books* (6 de janeiro de 2000).

[5] Novick, *The Holocaust,* 3-6.

[6] Raul Hilberg, *The Destruction of the European Jews (Nova York:* 1961), Viktor Frankl, *Man's Search for Meaning (Nova York:* 1959), Ella Lingens-Reiner*, Prisoners of Fear* (Londres: 1948)

[7] Gore Vidal "*The Empire Lovers Strike Back"*, em *Nation* (22 de março de 1986).

[8] Rochelle G. Saidel, *Never Too Late to Remember* (Nova York: 1996), 32.

[9] Hannah Arendt, *Eichmann in Jerusalem: A Report on the Banality of Evil,* edição revisada e ampliada (Nova York: 1965), 282. A situação não era muito diferente na Alemanha. Por exemplo, a biografia de Hitler, feita por Joachim Fest, publicada na Alemanha em 1973 e merecidamente elogiada, dedica apenas quatro das 750 páginas ao extermínio dos judeus e um mero parágrafo a Auschwitz e outros campos da morte (Joachim C. Fest, *Hitler* [Chicago: 1975]. 679-82).

[10] Raul Hilberg, *The Politics of Memory* (Chicago: 1996), *66,* 105-37. Como conhecimento, a qualidade de alguns filmes sobre o holocausto nazista foi muito mais impressionante. Stanley *Kramer, curiosamente, em Julgamento em Nuremberg {1961},* faz uma referência explicita à decisão do juiz da Suprema Corte Oliver Wendell Holmes, em 1927, sancionando a esterilização dos "mentalmente incapazes", como precursora dos programas nazistas de eugenia; os elogios de Winston Churchill a Hitler em 1938; as armas vendidas a Hitler pelos gananciosos industriais americanos; e a oportunista absolvição pós-guerra de industriais alemães pelo tribunal militar americano.

[11] Nathan Glazer, *American Judaism* (Chicago: 1957), 114. Stephen J. Whitfield, "The Holocaust and the American Jewish Intelectual", em *Judaism* (outono de 1979).

[12] Para um comentário sensível sobre esses dois tipos contrastantes de sobreviventes, ver Primo Levi, *The Reawakening,* com um novo acréscimo (Nova York: 1986), 207.

[13] Neste texto, as palavras *elites judaicas* designam os indivíduos que se destacam na organização e

vida cultural das comunidades judaicas proeminentes.

{14} Shlomo Shafir, *Ambiguous Relations: The American Jewish Community and Germany Since 1945* (Detroit: 1999), 88, 98, 100-1, 111, 113, 114, 177, 192, 215, 231, 251.

{15} Ibid., 98, 106, 123-37, 205, 215-16, 249. Robert Warshaw, "The 'Idealism' of Julius and Ethel Rosenberg", em *Commentary* (novembro de 1953). Seria mera coincidência que, ao mesmo tempo, as principais organizações judaicas tenham crucificado Hannah Arendt por denunciar a colaboração das crescentes elites judaicas durante a era nazista? Ao rememorar o pérfido papel da força policial do Conselho Judaico, Yitzhak Zuckerman, um líder do Levante do Gueto de Varsóvia, observou: "Não havia um único policial 'decente porque homens decentes arrancavam o uniforme e se tornavam apenas judeus" *(A Surplus of Memory* [Oxford; 1993], 244).

{16} Novick, *The Holocaust,* 98-100. Além da Guerra Fria, outros fatores tiveram um papel auxiliar no menosprezo do holocausto nazista pela colônia judaica americana — por exemplo, o medo do anti-semitismo, e o otimismo pelo caráter assimilador da América na década de 1950. Novick explora estas questões nos capítulos 4-7 de *The Holocaust.*

{17} O único que, aparentemente, nega esta conexão *é* Elie Wiesel, que reivindica ter sido o primeiro a falar sobre a emergência do Holocausto na vida americana (Saidel, *Never Too Late,* 33-4).

{18} Menahem Kaufman, *An Ambiguous Partnership* (Jerusalém: 1991), 216, 276-7.

{19} Arthur Hertzberg, *Jewish Polemics* (Nova York: 1992), 33; apesar da apologética confusa, cf. Isaac Alteras, "Eisenhower, American Jewry, and Israel", em *American Jewish Archives* (novembro de 1985), e Michael Reiner, "The Reaction of US Jewish Organizations to the Sinai Campaign and Its Aftermath", em *Forum* {Inverno de 1980-1).

{20} Nathan Glazer, *American Judaism* (Chicago: 1957). 114. Glazer continua: "Israel quase nada representou para o judaísmo americano. (...) [A] idéia de que Israel (...) pudesse afetar seriamente o judaísmo na América (...) é reconhecida como ilusória" (115).

{21} Shafir, *Ambiguous Relations,* 222.

{22} Ver, por exemplo, Alexander Bloom, *Prodigal Sons* (Nova York: 1986).

{23} Lucy Dawidowicz e Milton Himmelfarb (orgs.), *Conferente on Jewish identity Here and Now* (American Jewish Committee: 1967).

{24} Arendt, após emigrar da Alemanha em 1933, tornou-se ativista do movimento francês sionista; durante a Segunda Guerra Mundial, ela escreveu exaustivamente sobre o sionismo a propósito da fundação de Israel. Chomsky, filho de um notório hebreu americano, foi criado em lar sionista e, logo depois da independência de Israel, passou uma temporada em um *kibutz.* As campanhas públicas que vilipendiaram Arendt, no início dos anos 60, e Chomsky, na década de 1970, foram encabeçadas pela ADL. (Elisabeth Young-Bruchl, *Hannah Arendt* [New Haven: 1982], 105-8, 138-9, 143-4, 182-4, 223-33, 348; Robert F. Barsky, *Noam Chomsky* [Cambridge: 1997], 9-93; David Barsamian (org.), *Chronicles of Dissent* [Monroe, ME: 1992], 38).

{25} Para uma confirmação inicial de meus argumentos, ver Hannah Arendt, "Zionism

Reconsidered" (1994), em *The Jew as Pariah.* de Ron Feldman (Nova York: 1978), 159.

{26} *Making It* (Nova York: 1967), 336.

{27} *Breaking Ranks* (Nova York: 1979), 335.

{28} Robert I. Friedman, "The Anti-Defamarion League Is Spying on You", em *Village Voice* (11 de maio de 1993). Abdeen Jabara, "The Anti-Defamarion League: Civil Rights and Wrongs", em *CovertAction* (Verão de 1993). Man Isaacs, "Spy vs Spite", no *SF Weekly* (fevereiro de 2000, 2-8).

{29} Elie Wiesel, *Against Silence,* selecionado e editado por Irving Abrahamson (Nova York; 184), v. i, 283.

{30} Novick, *The Holocaust,* 147. Lucy S, Dawidowicz, *The Jewish Presence* (Nova York: 1977).

{31} "Eruption in the Middle East", em *Dissent* (Inverno de 1957).

{32} "Israel: Thinking the Unthinkable", na revista *New York* (24 de dezembro de 1973).

{33} Norman G. Finkelstein, *Image and Reality of Israel-Palestine Conflict (Nova York:* 1995), 5-6.

{34} Noam Chomsky, *The Fateful Triangle* (Boston: 1983), 4.

{35} A carreira de Elie Wiesel disparou após ter feito a ligação entre O Holocausto e a guerra de junho. Embora já tivesse publicado suas memórias de Auschwitz, Wiesel só obteve reconhecimento público após escrever dois volumes celebrando a vitória de Israel (Wiesel, *And the Sea,* 16).

{36} Kaufman, *Ambiguous Partnership,* 287, 306-7- Steven L. Spiegel, *The Other Arab-Israeli Conflict* (Chicago: 1985). 17,32.

{37} Benny Morris, *1948 and After* (Oxford: 1990), 14-15. Uri Bialer. *Between East and West* (Cambridge: 1990). 180-1.

{38} Novick. *The Holocaust,* 148.

{39} Ver, por exemplo, Amnon Kapeliouk: *La fin des mythes* (Paris: 1975).

{40} Novick, *The Holocaust,* 152.

{41} *Commentary,* "Letter from Israel" (fevereiro de 1957). Durante a crise de Suez, *Commentary* não cansou de prevenir que a "real sobrevivência" de Israel estava em risco.

{42} Abba Eban, *Personal Witness* (Nova York: 1992), 272.

{43} Peter Grose, *Israel in the Mind of America* (Nova York: 1983), 304.

{44} A.F.K. Organski, *The $36 Billion Bargain* (Nova York: 1990). 163. 48.

{45} Finkelstein, *Image and Reality,* cap, *6.*

{46} Novick, *The Holocaust,* 149-50. Novick cita aqui o conhecido acadêmico judeu Jacob Neusner.

{47} Ibid., 153, 155.

{48} Ibid, 69-77.

{49} Tom Segev, *The Seventh Millien* (Nova York: 1993), parte VI.

{50} A preocupação com os sobreviventes do holocausto nazista foi igualmente constrangedora: antes de junho de 1967, foi silenciada; depois de junho de 1967, foi santificada.

{51} *Response* (dezembro de 1998). Notórios negociadores do Holocausto e aliados de Israel como Abraham Foxman, diretor nacional da ADL. o ex-presidente do AJC Morris Abram e o secretário da Conference of Presidents of Major American Jewish Organization, Kenneth Bialkin para não mencionar Henry Kissinger, todos se levantaram em defesa de Reagan durante a visita de Bitburg.

enquanto na mesma semana o AJC recebia como hóspede de honra para seu encontro anual o fiel ministro do Exterior do chanceler Helmur Kohl da Alemanha Ocidental, Dentro deste espírito, Michael Berenbaum, do Museu Memorial do Holocausto de Washington, referiu-se mais tarde à viagem e à declaração de Reagan em Bitburg como “o ingênuo sentimento de otimismo americano”. (Shafir, *Ambiguous Relations,* 302-4; Berenbaum, *After Tragedy,* 14.)

{52} Seymour Martin Lipset e Earl Raab, *Jews and the New American Scene* (Cambrigde; 1995), 159.

{53} Novick. *The Holocaust,* 166.

{54} Lipset and Raab, *Jews,* 26-27.

{55} Charles Silberman, *A Certain People* (Nova York: 1985), 78, 80, 81.

{56} Novick, *The Holocaust,* 170-2.

{57} Arnold Forster e Benjamin R. Epstein, *The New Anti-Semitism* (Nova York: 1974), 107.

{58} Jean-Paul Sartre, *AntiSemite and Jew* (Nova York: 1974), 107.

{59} Saidel, *Never Too Late,* 222. Seth Mnookin, “Will NYPD Look to Los Angeles For Latest ‘Sensitivity’ Training?”, cm *Forward* (7 de janeiro de 2000). O artigo diz que a ADL e o Simon Wiesenthal Center brigam por isenções em programas que ensinam “tolerância”.

{60} Noam Chomsky, *Pirata and Emperors* (Nova York: 1986), 29-30 (Rubinstein).

{61} Para uma consulta sobre estes dados, ver Murray Friedman, “Are American Jews Moving to the Right?” em *Commentary* (abril de 2000). Na disputa pela prefeitura de Nova York, em 1997, entre Ruth Messinger, uma ativista democrata, contra Rudolph Giuliani, um republicano fanático, por exemplo, 75 por cento dos votos judaicos foram para Giuliani. Significativamente, pata votar em Giuliani, os judeus tiveram que abrir mão de sua tradição assim como de sua linhagem étnica (Messinger *é* judia).

{62} A mudança também se deveu em parte à substituição da liderança judaica cosmopolita da Europa Central pelos judeus arrivistas e chauvinistas originários do Leste Europeu, como o prefeito da cidade de Nova York, Edward Koch, e o diretor-executivo do *New York Times,* A.M. Rosenthal, A este respeito, deve-se notar que os historiadores judeus dissidentes do dogmatismo do Holocausto vieram todos da Europa Central — por exemplo, Hannah Arendt, Henry Friedlander, Raul Hilberg e Arno Mayer.

{63} Atos que visam a aumentar as oportunidades de emprego e educação das minorias e das mulheres. *(N. da T.)*

{64} Ver Jack Salzman e Cornel West (orgs.), *Struggles in the Promised Land* (Nova York: 1997), caps. 6, 8, 9, 14, 15. (Kaufman na 111; Greenberg na 166.) Contudo, uma minoria expressiva de judeus discordou desta inclinação para a direita.

{65} Nathan Perlmutter e Ruth Ann Perlmutter, *The Real Anti-Semitism in America* (Nova York: 1982).

{66} Novick. *The Holocaust,* 173 (Podhoretz).

{67} Boas Evron, “Holocaust: The Uses of Disaster”, em *Radical America* (julho-agosto *de* 1983), 15.

{68} Para uma distinção entre literatura do Holocausto e ensino do holocausto nazista, ver Finkelstein e Birn, *Nation,* parte um, seção 3.

{69} Jacob Neusner (org.*),Judaism in Cold War America,* 1945-1990, viii: *In the Aftermath of the Holocaust* (Nova York: 1993), viii.

{70} David Stannard, “Uniqueness as Dental”, em Alan Rosenbaum (org.), *Is the Holocaust Unique?* (Boulder: 1996), 193.

{71} Jean-Michel Chaumont, *La concurrence des victimes* (Paris: 1997), 148-9. A dissecação de Chaumont no debate sobre a “singularidade do Holocausto” é um *tour de force.* E sua tese central não colou, pelo menos na cena americana. Segundo Chaumont, o fenômeno do Holocausto teve origem na busca tardia peio reconhecimento do padecer no passado por parte dos sobreviventes judeus. Mas os sobreviventes mal figuram na agitação inicial para colocar O Holocausto no centro do palco.

{72} Steven T. Katz, *The Holocaust in Historial Context* (Oxford: 1994), 28, 58, 60.

{73} Chaumont, *La concurrence,* 137.

{74} Novick, *The Holocaust,* 200-1, 211-12. Wiesel, *Against Silence, v.* i. 158, 211, 239, v. ii, 62, 81, 111, 278, 293, 347, 371, v. iii, 153, 243. Elie Wiesel, *All Rivers Run to the Sea* (Nova York: 1995), 89. As informações sobre o cachê das conferências de Wiesel foram dadas por Ruth Wheat do Bnai Brith Lecture Bureau. “Palavras”, segundo Wiesel, “são uma espécie de abordagem horizontal, enquanto o silêncio oferece uma abordagem vertical. Você mergulha nele.” Será que Wiesel cai de pára-quedas em suas conferências?

{75} *Wiesel, Against Silence,* v. iii, 146.

{76} Wiesel, *And the Sea,* 95. Compare estes novos itens:

Ken Livingstone, um ex-membro do Partido Trabalhista, que concorre à prefeitura de Londres como candidato independente, irritou os judeus na Grã-Bretanha ao dizer que o capitalismo global fez tantas vítimas quanto a Segunda Guerra Mundial. “A cada ano, o sistema financeiro internacional mata mais gente do que a Segunda Guerra, mas Hitler pelo menos era louco, você sabia?” (...) “É um insulto a todos os assassinados e perseguidos por Adolph Hitler”, disse John Butterfill, um membro conservador do Parlamento. Mr. Butterfill também disse que a acusação de Mr. Livingstone ao sistema financeiro global tinha claras nuances anti-semitas. (“Livingstone Words Anger Jews”, *International Herald Tribune,* 13 de abril de 2000.)

O presidente cubano Fidel Castro (...) acusou o sistema capitalista de causar regularmente mortes na mesma escala da Segunda Guerra Mundial ao ignorar as necessidades dos pobres. “As imagens que vemos de mães e crianças em todas as regiões da África sob o castigo da seca e outras catástrofes nos lembra os campos de concentração da Alemanha nazista.” Ao se referir aos

julgamentos dos crimes de guerra após a Segunda Guerra, o líder cubano disse: “Está faltando um Nuremberg para julgar a ordem econômica que nos foi imposta, na qual a cada três anos morrem mais homens, mulheres e crianças de fome e doenças que podem ser prevenidas do que os que morreram na Segunda Guerra Mundial”. (...) Na cidade de Nova York, Abraham Foxman, diretor nacional da Anti-Defamation League, disse (...) “A pobreza é grave, é penosa e pode ser mortal, mas não é o Holocausto nem os campos de concentração”. (John Rice, “Castro Viciously Attacks Capitalism”, Associated Press, 13 de abril de 2000.)

{77} Wiesel, *Against Silence,* iii, 156, 160, 163, 177.

{78} Chaumont, *La concurrenc,* 156. Chaumont também assinala que a reivindicação do incompreensível mal do Holocausto não é compatível com a conseqüente exigência de que seus criminosos eram perfeitamente normais.

{79} Katz, *The Holocaust,* 19, 22. “A reivindicação de que a afirmação de singularidade do Holocausto *não é* uma forma hostil de comparação produz mal-entendidos sistemáticos”, observa Novick. “Alguém duvida (...) que a pretensão de singularidade *não* passa de uma pretensão à primazia?” (a ênfase é do original). Lamentavelmente, o próprio Novick tolera essas comparações. Pois sustenta que, embora moralmente dúbia no contexto americano, *“é* verdade a repetida afirmação de que, seja o que for que os Estados Unidos tenham feito a negros, índios, vietnamitas ou outros seres empalidece quando comparado ao Holocausto” *(The Holocaust,* 197, 15).

{80} Jacob Neusner, “A ‘Holocaust’ Primer”, 178. Edward Alexander, “Stealing the Holocaust”, 15-16, em Neusner, *Aftermath.*

{81} Peter Baldwin, *Reworking the Past* (Boston: 1990), 21.

{82} Nathan Glazer, *American Judaism,* segunda edição (Chicago: 1972), 171.

{83} Seymour M. Hersh, *The Samson Option* (Nova York: 1991), 22. Avner Cohen, *Israel and the Bomb* (Nova York: 1998), 10, 122, 342.

{84} Ismar Schorsch, “The Holocaust and Jewish Survival”, em *Midstream* (janeiro de 1981), 39. Chaumont demonstra convincentemente que a pretensão pela qualidade única do Holocausto teve origem, e só é coerente neste contexto, no dogma religioso dos judeus de povo eleito. *La concurrence,* 102-7, 121.

{85} Wiesel, *Against Silence. v.* i, 153. Wiesel, *And the Sea,* 133.

{86} Novick. *The Holocaust,* 59, 158-9.

{87} Wiesel, And the Sea, 68.

{88} Daniel Jonah Goldhagen, *Hitler’s Willing Executioners* (Nova York: 1996). Para uma crítica, ver Finkelstein e Birn, *Nation.*

{89} Hannah Arendt, *The Origins of Totalitarianism* (Nova York: 1951), 7.

{90} Cynthia Ozick, “All the World Wants the Jews Dead”, em *Esquire* (novembro de 1974).

{91} Boas Evron, *Jewish State or Israeli Nation* (Bloomington: 1995), 226-7.

{92} Goldhagen, *Hitler's Willing Executioners,* 34-5, 39, 42. Wiesel, *And the Sea,* 48.

{93} John Murray Cuddihy, "The Elephant and the Angels: The Incivil Irritatingness of Jewish Theodicy", em Robert N. Bellah e Frederick E. Grenspahn (orgs.), *Uncivil Religion* (Nova York: 1987), 24. Em acréscimo a este artigo, ver seu "The Holocaust: The Latent Issue in the Uniqueness Debate", em P. E Gallagher, *Christian, Jews, and Other Worlds* (Highland Lakes, NJ: 1987).

{94} Schorsch, *The Holocaust,* 39. A concepção de que os judeus constituem uma minoria "dotada" também é, do meu ponto de vista, "uma versão secular detestável da escolha".

{95} Embora uma exposição completa desse tópico esteja fora do objetivo deste ensaio, vamos ater-nos à primeira proposição. A guerra de Hitler contra os judeus, ainda que irracional (e esta conclusão *é* certamente complexa), por certo não constitui uma ocorrência histórica sem similar. Lembremos, por exemplo, a tese central de Joseph Schumpeter em seu tratado sobre o imperialismo que "inclinações não-racionais e irracionais, puramente instintivas para a guerra e a conquista desempenham um amplo papel na história da humanidade (...) numerosas guerras — talvez a maioria delas — têm sido travadas sem (...) razões que as justifiquem". Joseph Schumpeter, "The Sociology of Imperialism", em Paul Sweezy (org.), *Imperialism and Social Classes* [Nova York: 19511,83).

{96} Sem se referir à rede do Holocausto, o recente estudo de Albert S. Lindemann sobre o anti-semitismo começa com a premissa de que "qualquer que seja o poder do mito, nem toda hostilidade aos judeus, individual ou coletiva, se baseia em suas visões fantásticas ou quiméricas, ou em projeções sem relação com qualquer realidade palpável. Como seres humanos, os judeus são tão capazes quanto quaisquer outros grupos de provocar hostilidade no cotidiano do mundo leigo" *(Esau's Tears* [Cambridge: 1997], xviii.).

{97} *Against Silence,* v. I, 155, 384.

{98} Chaumont assinala que este dogma do Holocausto efetivamente torna outros crimes mais aceitáveis. A insistência na inocência radical dos judeus — isto é, a ausência de qualquer motivo racional para a perseguição os abandona para serem mortos — "pressupõe um status 'normal' para perseguições e assassinatos em outras circunstâncias, criando de fato uma divisão entre crimes incondicionalmente intoleráveis e crimes com os quais se precisa — e por conseqüência se pode — conviver". (*La concurrence,* 176.)

{99} Perlmutters, *Anti-Semitism,* 36, 40.

{100} Novick, *The Holocaust,* 351nl9.

{101} Nova York: 1965. Eu me baseei nas fontes de James Park Sloan, *Jerzy Kosinski* (Nova York: 1996).

{102} Elie Wiesel, "Everybody's Victim", no *New York Times Book Review* (31 de outubro de 1965). Wiesel, *All Riven,* 335. A citação de Ozick é de Sloan, 304-5. A admiração de Wiesel por Kosinski não surpreende. Kosinski queria analisar a "nova linguagem", Wiesel "forjar uma nova linguagem" do Holocausto. Para Kosinski, "o que existe é tanto um comentário sobre os episódios quanto algo comentado pelos episódios. Para Wiesel, "o espaço entre quaisquer duas palavras é mais amplo que a distância entre o céu e a terra". Há um provérbio polonês para uma tal profundidade: "Do vazio para o

vácuo". Ambos também se valem abundantemente de citações de Albert Camus, sinal indicativo de charlatanismo. Ao lembrar que Camus lhe disse uma vez: "Eu invejo você por Auschwitz", Wiesel continua: "Camus não podia se perdoar por não ter conhecido aquele acontecimento majestoso, aquele mistério dos mistérios (Wisel, All Rivers, 321; Wiesel, *Against Silence,* v. ii, 133).

{103} Geoffrey Stokes e Eliot Fremont-Smith, "Jerzy Kosinski's Tainted Words", no *Village Voice* (22 de junho de 1982). John Corry, "A Case History: 17 Years of Ideological Attack on a Cultural Target", no *New York Times* (7 de novembro de 1982). A seu favor, Kosinski passou por uma espécie de conversão em seus derradeiros anos de vida. Nos poucos anos entre sua desmoralização e seu suicídio, Kosinski deplorou a exclusão de vítimas não-judaicas pela indústria do Holocausto. "Muitos judeus norte-americanos tendem a vê-lo como um Shoah, um desastre exclusivamente judaico... Mas pelo menos metade dos românicos do mundo (injustamente chamados de ciganos), uns 2,5 milhões de poloneses católicos, milhões de cidadãos soviéticos e várias nacionalidades foram também vítimas deste genocídio..." Ele também pagou tributo à "bravura dos poloneses" que o "acolheram durante o Holocausto", apesar de sua "aparência" semita, como chamada por ele. (Jerzy Kosinski, *Passing By* [Nova York: 1992], 165-6, 178-9.) Questionado numa conferência sobre o que os poloneses fizeram para salvar judeus, Kosinski devolveu com rispidez: "O que os judeus fazem para salvar os poloneses?"

{104} Nova York: 1996. Como fonte para a farsa de Wilkomirski, ver principalmente Elena Lappin, "The Man With Two Heads", em *Granta, n°* 66, e Philip Gourevitch, "Stealing the Holocaust", no *New Yorker* (14 de junho de 1999).

{105} Uma outra importante influência "literária" sobre Wilkomirski é Weisel. Compare estas passagens:

Wilkomirski: "Eu vi seus olhos bem abertos, e de repente eu soube: aqueles olhos sabiam tudo, eles viram algo em mim, eles sabiam infinitamente mais do qualquer outra pessoa neste país. Eu conheci olhos como aqueles, eu os vi milhares de vezes, no campo e depois. Eram os olhos de Mila. Nós, crianças, costumávamos nos contar coisas com aqueles olhos. Ela também sabia; ela olhou direto através dos meus olhos dentro do meu coração."

Wiesel: "Os olhos — eu preciso lhes contar sobre seus olhos. Preciso começar com isso, porque seus olhos precedem tudo o mais, e tudo está dentro deles. O resto pode esperar. Isto só confirma o que vocês já sabem. Mas seus olhos — a chama daqueles olhos com uma espécie de verdade irredutível, que queima e não é consumida. Condenado ao silêncio diante deles, você só pode abaixar a cabeça e aceitar o julgamento. Seu único desejo agora é ver o mundo como eles. Um homem maduro, um homem com sabedoria e experiência, fica subitamente impotente e terrivelmente empobrecido. Aqueles olhos lembram você de sua infância, sua orfandade, faz você perder toda fé no poder da linguagem. Aqueles olhos negam o valor das palavras; eles dispensam necessidade do discurso". (*The Jews of Silence* [Nova York: 1966], 3.)

Wiesel se entusiasma em outra página e meia com "os olhos". Sua habilidosa literatura briga com sua mestria da dialética. Em um lugar, Wiesel confessa: "Eu acredito na culpa coletiva, ao contrário de muitos liberais." Em outro lugar: "Eu enfatizo que não acredito na culpa coletiva" (Wiesel, *Against Silence,* v. ii, 134; Wiesel, *And the Sea,* 152, 235).

{106} Bernd Naumann, *Auschwitz* (Nova York: 1996), 91. Ver Finkelstein e Birn, *Nation,* 67-68, para uma extensa documentação.

{107} Lappin, 49. Hilberg sempre fez as perguntas certas. Donde seu status de pária na comunidade do Holocausto; ver Hilberg, *The Politics of Memory, passim.*

{108} "Publisher Drops Holocaust Book", no *New York Times* (3 de novembro de 1999).

{109} Jurisconsulto muçulmano. (*N. da. T.)*

{110} Novick, *The Holocaust,* 158. Segev, *Seventh Million,* 425. Wiesel, *And the Sea,* 198.

{111} Bernard Lewis, *Semites and Anti-Semites* (Nova York: 1986), cap. 6; Bernard Lewis, *The Middle East (Nova York:* 1995), 348-50. Berembaum. *After Tragedy,* 84.

{112} *New York Times,* 27 de março, 2 de abril, 3 de abril de 1996. *Time,* 23 de dezembro de 1996.

{113} Yehuda Bauer, "Reflections Concerning Holocaust History", em Louis Greenspan e Graeme Nicholson (orgs.), *Fackenheim* (Toronto: 1993), 164, 169. Yehuda Bauer, "On Perpetrators of the Holocaust and the Public Discourse", no *Jewish Quarterly Review,* n° 87 (1997), 348-50. Norman G. Finkelstein e Yehuda Bauer, "Goldhagen's *Hitler's Willing Executioners:* An Exchange *of Views",Jewish Quarterly Review,* n. 1 e 2 (1998), 126.

{114} Para maiores informações e parágrafos seguintes, ver Charles Glass "Hitler's (un)willing executioners", em *New Statesman* (23 de janeiro de 1998), Laura Shapiro, "A Battle Over the Holocaust", *em Newsweek* (23 de março de 1998) e Tibor Krausz, "The Goldhagen Wars", no *Jerusalem Report* (3 de agosto de 1998). Para estes e outros itens relativos, acessar *www.NormanFinkelstein.com* (com um *link* para o *web site* de Goldhagen).

{115} Daniel Jonah Goldhagen, "Daniel Jonah Goldhagen Comments on Birn", em *German Politics and Society* (verão de 1998), 88,91n2. Daniel Jonah Goldhagen,"The New Discourse of Avoidance", n° 25 *(www.Goldhagen.com/nda2html)*

{116} Hoffman foi supervisor de Goldhagen na tese que se transformou em *Hitler's Willing Executioners.* E, quebrando um sagrado protocolo acadêmico, ele não só escreveu uma entusiasmada resenha sobre o livro de Goldhagen para o *Foreign Affairs,* como denunciou *A Nation on Trial* como "chocante" numa segunda resenha para o mesmo jornal. *(Foreign Affairs,* maio/ junho de 1996 e julho/agosto de 1998.) Maier incluiu uma longa intervenção no *web site* H-German *(www2.h-net.msu.edu).* Por último, os únicos "aspectos dos desdobramentos desta situação" que Maier achou "realmente detestáveis e repreensíveis" foram as críticas a Goldhagen. Assim, emprestou "apoio a um subseqüente veredicto de maldade" no processo de Goldhagen contra Birn e deplorou minha argumentação como "uma especulação fantasiosa e inflamada" (23 de novembro de 1997).

{117} Nova York: 1994. Lipstadt ocupa a cadeira do Holocausto na Universidade de Emory e foi recentemente indicada para o Conselho Memorial do Holocausto dos Estados Unidos.

{118} Ao empregar uma dupla negativa, o questionário do AJC praticamente induziu a uma confusão: “Parece possível ou parece impossível a você que o extermínio dos judeus pelos nazistas nunca aconteceu?” Vinte e dois por cento das pessoas responderam “Parece possível.” Em pesquisas posteriores que refizeram a pergunta com honestidade, a negação do Holocausto chegou a zero. Uma recente pesquisa do AJC em 11 países descobriu que, apesar dos extremistas de direita terem difundido o contrário, “poucas pessoas negaram o Holocausto”. (Jennifer Golub e Renae Cohen, *What Do Americans Know About the Holocaust?* [American Jewish Committee: 1993]; “Holocaust Deniers Unconvincing — Surveys”, no *Jerusalem Post* [4 de fevereiro de 2000]. E nos testemunhos do Congresso a respeito do “anti-semitismo na Europa”, Oavid Harris do AJC destacou a negação do Holocausto na direita européia sem mencionar uma única vez as próprias descobertas do AJC de que esta negação não encontrou ressonância entre o público em geral. (Audiências diante do Comitê de Relações Exteriores, Senado das Nações Unidas, 5 de abril de 2000.)

{119} Ver “France Fines Historian Over Armenian Denial”, no *Boston Globe* (22 de junho de 1995), e “Bernard Lewis and the Armenians”, no *Counterpunch* (16-31 de dezembro de 1997).

{120} Israel Charny, “The Conference Crisis. The Turks, Armenians and the Jews”, em *The Book of the International Conference on the Holocaust and Genocide. Book One: The Conference Program and Crisis* (Tel Aviv: 1982). Israel Amrani, “A Litle Help for Friends”, no *Haaretz* (20 de abril de 1990) (Bauer). No bizarro relato de Wiesel, ele recusou a cadeira de conferencista “para não ofender nossos hóspedes armênios”. Presumivelmente, ele também tentou abortar a conferência e instou outros a não comparecerem por cortesia aos armênios (Wiesel, *And the Sea,* 92).

{121} Edward T. Linenthal, *Preserving Memory* (Nova York: 1995), 228ss., 263, 312-13.

{122} Lipstadt, *Denying,* 6, 12, 22, 89-90.

{123} Wiesel, *All Rivers,* 333, 336.

{124} Lipstadt, *Denying,* capítulo 11.

{125} ”A New Serbia”, *New Republic* (17 de maio de 1999).

{126} Ver, por exemplo, Meron Benvenisti, “Seeking Tragedy”, no *Haaretz* (16 de abril de 1999), Zeev Chafets, “What Undergraduate Clinton Has Forgotten”, *Jerusalem Report (10* de maio de 1999), e Gideon Levi, “Kosovo: It is Here”, *Haaretz* (4 de abril de 1999). (Benvenisti se limita a comparar a ação dos sérvios com a dos israelenses após maio de 1948).

{127} Arno Mayer, *Why Did the Heavens Not Darken? (Nova* York: 1998). Christopher Hitchens, “Hitler’s Ghost”, em *Vanity Fair* (junho de 1996) (Hilberg). Para uma opinião equilibrada sobre Irving, ver Gordon Craig, “The Devil in the Details”, no *New York Review of Books* (19 de setembro de 1996). Apesar de desmistificar as considerações sobre o holocausto nazista como “obtusas e facilmente desacreditadas”, Craig comenta: “Ele sabe mais sobre o nacional-socialismo do que muitos acadêmicos profissionais em seu campo, e os estudiosos dos anos 1933-1945 devem mais do que desejam admitir à sua energia como pesquisador e à extensão e vigor de suas publicações (...) Seu livro *Hitler’s War* (...) permanece o melhor estudo que temos do lado alemão na Segunda Guerra

Mundial e, como tal, indispensável para muitos estudiosos deste conflito (...) Pessoas como David Irving, então, têm um papel importante no trabalho histórico, e não podemos desprezar seus pontos de vista."

{128} Sobre as tentativas de impedir, entre 1984 e 1994, a construção de um museu nacional afro-americano no Washington Mall, ver Fath Davis Ruffins, "Culture Wars Won and Lost, Part II: The National African-American Museum Project", no *Radical History Review* (inverno de 1998). A iniciativa do Congresso foi finalmente vetada pelo senador Jesse Helms, da Carolina do Norte. O orçamento anual do museu do Holocausto de Washington *é* de 50 milhões de dólares, dos quais 30 milhões são subsidiados pela federação.

{129} Para fontes, ver Linenthal, *Preserving Memory,* Saidel, *Never Too Late,* especialmente caps. 7, 15, e Tim Cole, *Selling the Holocaust* (Nova York: 1999), cap. 6.

{130} Michael Berembaum, *The World Must Know* (Nova York: 1993), 2, 214. Omer Bartov, *Murder In Our Midst* (Oxford: 1996), 180.

{131} Para detalhes, ver Kati Marton, *A Death in Jerusalem* (Nova York: 1994), cap. 9. Em suas memórias, Wiesel lembra "o passado de 'terrorista' legendário" do assassino propriamente dito de Bernadotte, Yehoshua Cohen. Note as aspas em terrorista (Wiesel, *And the Sea,* 58). O Museu do Holocausto da cidade de Nova York, embora não menos mergulhado na política (tanto o prefeito Ed Koch quanto o governador Mario Cuomo cortejaram o dinheiro e os votos dos judeus), também foi desde o início um brinquedo dos empresários e financistas judeus locais. Em um dado momento, os empresários quiseram tirar a palavra "Holocausto" do nome do museu por temerem uma desvalorização das luxuosas propriedades do complexo adjacente. Surgiram piadas de que o complexo devia ser chamado de "Torres de Treblinka" e as ruas ao redor de "Avenida Auschwitz" e "Bulevar Birkenau". O museu solicitou fundos a J. Peter Grace, apesar das revelações de sua sociedade com um criminoso de guerra nazista condenado, e foi organizada uma noite de gala no The Hot Rod — "A Comissão do Memorial do Holocausto de Nova York convida você para uma noite de Rock and Roll" (Saidel, *Never Too Late,* 8, 121, 132, 145, 158, 161, 191, 240).

{132} "Novick põe em dúvida a controvérsia dos "6 milhões" versus "11 milhões". Os 5 milhões de mortos que figuram para os civis não-judeus aparentemente surgiram com o famoso "caçador de nazistas" Simon Wiesenthal. Notando não haver "sentido histórico", Novick escreve: "Cinco milhões é um número muito baixo (para todos os civis não-judeus mortos pelo Terceiro Reich) ou muito alto (para os grupos não-judeus marcados para morrer da mesma forma que os judeus)." Ele se apressa em acrescentar, contudo, que "o que vale, claro, não são esses números, mas o que queremos dizer, ao que estamos nos referindo, quando falamos do 'Holocausto'". Estranhamente, depois de fazer esta advertência, Novick apóia a homenagem apenas aos judeus porque a cifra de 6 milhões "descreve algo específico e determinado", enquanto a cifra de 11 milhões "é um exagero inaceitável" (Novick, *The Holocaust,* 214-26).

{133} *Wiesel, Against Silence,* v. III; 162, 166.

{134} Para os deficientes como primeiras vítimas do genocídio nazista, ver principalmente Henry Friedlander, *The Origins of Nazi Genocide* (Chapei Hill: 1995). Segundo Leon Wieseltier, os não-judeus que desapareceram em Auschwitz "morreram uma morte inventada para os judeus (...) vítimas da solução' designada para outros" (Leon Wieseltier, "At Auschwitz Decency Dies Again", no *New York Times* [3 de

setembro de 1989]). E, como mostram numerosos estudos acadêmicos, foi uma morte inventada para os alemães deficientes físicos e mentais que depois foi infligida aos judeus; como acréscimo ao estudo de Friedlander, ver, por exemplo, Michael Burleigh, *Death and Detiverance* (Cambridge: 1994).

{135} Ver Guenter Lewy, *The Nazi Persecution of the Gypsies* (Oxford: 2000), 221-2, para várias estimativas de ciganos mortos.

{136} Friedlander, *Origins:* "Junto com os judeus, os nazistas mataram os ciganos europeus. Definido como um grupo racial 'de pele escura', homens, mulheres e crianças ciganas não puderam escapar a seu destino como vítimas do genocídio nazista. (...) O regime nazista matou sistematicamente apenas três grupos de seres humanos: os deficientes, os judeus e os ciganos" (xii-xiii). (Além de ser um historiador de primeiro escalão, Friedlander também é um ex-prisioneiro de campo de concentração.) Raul Hilberg, *The Destruction of the European Jews* (Nova York: 1985) (em três volumes), v. III, 999-1000. Com sua usual veracidade, Wiesel mostrou desapontamento em suas memórias pelo fato de o conselho do Memorial do Holocausto, presidido por ele, não incluir um representante cigano — como se ele fosse destituído de poderes para nomear um (Wiesel, *And the Sea).*

{137} Linenthal, *Preserving Memory,* 241-6, 315.

{138} Apesar da "particular tendência judaica" (Saidel) do Museu do Holocausto da cidade de Nova York ter sido amplamente anunciada — as vítimas não-judaicas do nazismo desde o inicio foram informadas de que ele era "só para judeus" —, Yehuda Bauer fez um violento protesto sobre os limites da comissão, alegando que o Holocausto englobou mais do que as perdas unicamente judaicas. "A menos que isso mude imediata e radicalmente", Bauer ameaçou numa carta enviada aos membros da comissão, "eu usarei todas as oportunidades que tiver para (...) atacar esta ultrajante decisão junto a todas as plataformas públicas ao meu alcance". (Saidel, *Never Too Late,* 125-6, 129, 212, 221, 224-5).

{139} Para fontes, ver Finkelstein, *Image and Reality,* cap. 2.

{140} "ZOA Criticizes Holocaust Museum's Hiring of Professor Who Compared Israel to Nazis", em *Israel Wire* (5 de junho de 1998). Neal M. Sher, "Sweep the Holocaust Museum Clean", na *Jewish World Review* (22 de junho de 1998). "Scoundrel Time", no *PS— The Intelligent Guide to Jewish Affair* (21 de agosto de 1998). Daniel Kurtman, "Holocaust Museum Taps One of Its Own Top Spot", na *Jewish Telegraphic Agency* (5 de março de 1999). Ira Stoll, "Holocaust Museum Acknowledges a Mistake", em *Forward* (13 de agosto de 1999).

{141} Noam Chomsky, *World Orders Old and New* (Nova York: 1996), 293-4 (Shavit).

{142} Henry Friedlander, "Darkness and Dawn in 1945: The Nazis, the allies, and the Survivors", em *US Holocaust Memorial Museum, 1945 — the Year of Liberation* (Washington: 1995), 11-35.

{143} Ver, por exemplo, Segev, *Seventh Million,* 248.

{144} Lappin, *Man With Two Heads,* 48. D.D. Guttenplan. "The Holocaust on Trial" *no Atlantic Monthly* (fevereiro de 2000), 62 (mas conferir o texto acima, no qual lipstadt iguala pôr em dúvida o testemunho de

um sobrevivente e negar o Holocausto).

{145} *Wiesell, All Rivers,* 121-30, 139, 163-4, 201-2, 336. *Jewish Week,* 17 de setembro de 1999. *New York Times,* 5 de março de 1997.

{146} Leonard Dinnerstein, *América and the Survivors of the Holocaust* (Nova York: 1982), 24.

{147} Daniel Ganzfried, "Binjamin Wilkomirski und die verwandelte Polin", no *Weltwoche* (4 de novembro de 1999).

{148} Marilyn B. Young, *The Vietnam Wars* (Nova York: 1991), 301-2. "Cohen: US Not Sorry for Vietnam War", *na Associated Press* (11 de março de 2000).

{149} Para consultas, ver sobretudo Nana Sagi, *German Reparations* (Nova York: 1986), e Ronald W. Zweig, *German Reparations and the Jewish World* (Boulder: 1987). Ambos os volumes são relatórios oficiais comissionados pela Claims Conference.

{150} Em resposta a uma pergunta feita recentemente pelo parlamentar alemão Martin Hohmann (CDU), o governo alemão fez saber (embora numa linguagem extremamente complexa) que apenas cerca de 15 por cento do dinheiro entregue à Claims Conference beneficiaram realmente vítimas judaicas da perseguição nazista (nota pessoal, 23 de fevereiro de 2000).

{151} Em sua história oficial, Ronald Zweig reconheceu explicitamente que a Claims Conference violou os termos do acordo: "O afluxo dos fundos da Conference permitiu ao continuar programas na Europa que de outra forma não teriam sido concluídos, e empreender programas que nem teriam sido considerados por falta de fundos. Mas a mudança mais significativa no orçamento do JDC, resultante do pagamento de reparações, foi o envio de dinheiro para os países muçulmanos, onde as atividades da Joint Distribution Committee aumentaram numa média de 68 por cento, durante os três primeiros anos de parcelamentos da Conference. Apesar das restrições formais sobre o uso dos fundos de reparação no acordo com a Alemanha, o dinheiro foi usado onde as necessidades eram maiores. Moses Leavitt [com cargo oficial na Conference] observou: 'Nosso orçamento foi baseado nas necessidades prioritárias dentro e fora de Israel, incluindo os países muçulmanos. (...) Não consideramos o fundo da Conference como um todo, mas apenas como parte de um fundo geral colocado à nossa disposição para buscar a área de necessidades judaicas pelas quais éramos responsáveis, a área de maior prioridade'" *(German Reparations,* 74).

{152} Ver, por exemplo, Lorraine Adams, "The Reckoning", no *Washington Post Magazine* (20 de abril de 1997), Netty C. Gross, "The Old Boys Club", e "After Years of Stonewalling, the Claim Conference Changes Policy", no *Jerusalem Report* (15 de maio de 1997, 16 de agosto de 1997), Rebecca Spence, "Holocaust Insurance Team Racking Up Millions in Expenses as Suvivors Wait", em *Forward* (30 de julho de 1999), e Verena Dobnik, "Oscar Hammerstein's Cousin Sues German Bank Over Holocaust Asseis", no *AP Online* (20 de novembro de 1998) (Hertzberg).

{153} Greg B. Smith, "Federal Judge OKs Holocaust Accord", no *Daily News* (7 de janeiro de 2000). Janny Scott, "Jews Tell of Holocaust Deposits", no *New York Times* (17 de outubro de 1996). Saul Kagan leu um resumo destes pagamentos na Claims Conference. A versão final incorpora todas as suas correções efetivas.

{154} Elli Wohlgelernter, “Lawyers and the Holocaust”, no *Jerusalem Post* (6 de julho de 1999).

{155} Para maiores informações, ver Tom Bower, *Nazi Gold* (Nova York: 1999), Itamar Levin, *The Last Deposit* (Westport, Conn.: 1999), Gregg J. Rickman, *Swiss Banks and Jewish Souls* (New Brunswick, NJ: 1999), Isabel Vincent, *Hitler’s Silent Partners* (Nova York: 1997), Jean Ziegler, *The Swiss, the Gold and the Dead* (Nova York: 1997). Embora com pronunciada conotação anti-Suíça, estes livros contêm muitas informações úteis.

{156} Levin, *Last Deposit,* caps. 6-7. Para a reportagem equivocada (embora não mencionada, sua autoria *é* de Levin), ver Hans J. Halbheer, “To Our American Friends”, nos *American Swiss Foundation Occasional Papers.*

{157} Treze agências de seis bancos suíços operavam nos Estados Unidos. Os bancos suíços emprestaram a negócios americanos 38 bilhões de dólares em 1994, e administraram centenas de bilhões de dólares de investimentos em ações americanas e bancos americanos para seus clientes.

{158} Em 1992, o WJC criou uma nova instituição, a World Jewish Restitution Organization (WJRO) (Organização Judaica Mundial de Restituição), que exigiu uma jurisdição legal sobre os bens dos sobreviventes do Holocausto, vivos ou mortos. Encabeçada por Bronfman, a WJRO *é* formalmente uma cobertura das organizações judaicas moldada na Claims Conference.

{159} Audiências diante do Comitê Bancário, Moradias e Assuntos Urbanos do Senado dos Estados Unidos, 23 de abril de 1996. A defesa de Bronfman dos “interesses judaicos” é altamente seletiva. Ele *é o* maior sócio nos negócios da mídia de direita alemã do escandinavo Leo Kirch, que ficou notório nos últimos anos por demitir o editor de um jornal alemão que apoiava a decisão da Corte Suprema de impedir cruzes cristãs nas escolas públicas *(www.Seagram.com/company-info/history/main.html,* Oliver Gehrs, “Einfluss aus der Dose”, em *Tagesspiegel* [12 de setembro de 1995]).

{160} Rickman, *Swiss Banks,* 50-51, Bower, *Nazi Gold,* 299-300. Corte canguru é uma corte marcada pela desonestidade ou incompetência que viola os procedimentos legais estabelecidos. *(N. da T.)*

{161} Bower, *Nazi Gold,* 295 ("porta-voz"), 306-7; Alan Morris Schom, "The Unwanted Guests, Swiss Forced Labor Camps, 1940-1944", um relatório preparado para o Centro Simon Wiesenthal, janeiro de 1998 (Schom garante que eram "na realidade campos de trabalho escravo"). Levin, *Last Deposit,* 158, 188. Para uma consulta sensata sobre os campos de refugiados suíços, ver Ken Newman (org.), *Swiss Wartime Work Camps: A Collection of Eyewitness Testimonies, 1940-1945* (Zurich: 1999), e International Commission of Experts, Switzerland — Second World War, *Switzerland and Refugees in the Nazi Era* (Bern: 1999), cap. 4.4.4. Saidel, *Never Too Late,* 222-3 ("Dachau", "sensacionalistic"). Yossi Klein Halevi, "Who Owns the Memory?" no *Jerusalem Report* (25 de fevereiro de 1993). Wiesenthal arrendou seu nome para o Centro por 90.000 dólares anuais.

{162} Bower, *Nazi Cold,* xi, xv, 8, 9, 42, 44, 56, 84, 100, 150, 219, 304. Rickman, *Swiss Banks,* 219.

{163} Thomas Sacton, "A Painful History", em *Time,* 24 de fevereiro de 1997. Audiências diante do Comité de

Serviços Bancários e Financeiros, Câmara dos Deputados, 25 de junho de 1997. Bower, *Nazi Gold,* 301-2. Rickman, *Swiss Banks,* 48. Levin também silenciou sobre Salmanovitz ser judeu (cf. 5, 129, 135).

{164} Levin, *Last Deposit,* 60. Audiências diante do Comitê de Serviços Bancários e Financeiros, Câmara dos Deputados, 11 de dezembro de 1996 (citação do testemunho de Wiesel no Comitê Bancário do Senado, em 16 de outubro de 1996). Raul Hilberg, *The Destruction of the European Jews* (Nova York: 1961), cap. 5.

{165} Audiências diante do Comité Bancário, Moradias e Negócios Urbanos, Senado dos Estados Unidos, 6 de maio de 1997.

{166} Audiências diante do Comité de Serviços Bancários e Financeiros, Câmara dos Deputados, 11 de dezembro de 1996. Smith queixou-se à imprensa de que os documentos que ele havia desenterrado e revelado há muito tempo estavam sendo anunciados por D'Amato como novas descobertas. Numa defesa bizarra, Rickman, que mobilizou um grande contingente de pesquisadores do Museu Americano do Holocausto para as audiências do Congresso, replicou: "Embora tendo conhecimento do livro de Smith, optei por não o ler para não ser acusado de estar usando 'seus' documentos" (113). Vincent, *Silent Partners,* 240.

{167} Bawer, *Nazi Gold,* 301. Audiências diante do Comité de Serviços Bancários e Financeiros, Câmara dos Deputados, 25 de junho de 1997.

{168} Rickman, *Swiss Banks,* 77. Para uma visão definitiva sobre este tópico, ver Peter Hug e Marc Perrenoud, *Assets in Switzerland of Victims of Nazism and the Compensation Agreements with East Bloc Countries* (Bern: 1997). Sobre as discussões anteriores nos Estados Unidos, ver Seymour J. Rubin e Abba P. Schwartz, "Refugees and Reparations", em *Law and Contemporary Problems* (Duke University School of Law 1951), 283.

{169} Levin, *Last Deposit,* 93, 186. Audiências diante do Comitê de Serviços Bancários e Financeiros, Câmara dos Deputados, 11 de dezembro de 1996. Rickman, *Swiss Banks,* 218. Bower, *Nazi Gold,* 318, 323. Uma semana depois de estabelecido o fundo especial, o presidente da Suíça, "horrorizado com a constante hostilidade na América" (Bower), anunciou a criação de uma Fundação de Solidariedade de 5 bilhões "para reduzir a pobreza, o desespero e a violência" global. A aprovação da fundação, no entanto, exigia um referendo nacional, e logo surgiu uma oposição interna. Seu destino permanece incerto.

{170} A ação coletiva de classe *é* um tipo de ação judicial inexistente na jurisdição brasileira. *[N. da T.]*

{171} Bower, *Nazi Gold,* 315. Vincent, *Silent Partners,* 211. Rickman, *Swiss Banks,* 184 (Volcker).

{172} Levin, *Last Deposit,* 187-8, 125.

{173} Levin, *Last Deposit,* 218. Rickman, *Swiss Banks,* 214, 223, 221. "Rickman, *Swiss Banks,* 231.

{174} Ibid, Rickman intitulou adequadamente este capítulo de "Boycotts and Diktats" (Boicotes e Decretos).

{175} Para o texto completo de "Class Action Settlement Agreement", ver Independent Committee of Eminent Persons, *Report on Dormant Accounts of Victims of Nazi Persecution in Swiss Banks* (Berna: 1999), Apêndice O. Em acréscimo aos 200 milhões de dólares do Fundo Especial e 1,25 bilhão de dólares do acordo de ações de classe, a indústria do Holocausto obteve indiretamente outros 70 milhões de dólares dos Estados Unidos e seus aliados durante uma conferência em Londres sobre o ouro suíço, em 1997.

{176} Sobre a política dos EUA em relação aos refugiados judeus naqueles anos, ver David S. *Wyman, Paper Walls* (Nova York: 1985), e *The Abandonment of the Jews* (Nova York: 1984). Sobre a política suíça, ver Independem Commission of Experts, Swirzerland — Second World War, *Switzerland and Refugees in the Nazi Era* (Berna: 1999). Uma mistura similar de fatores — depressão econômica, xenofobia, anti-semitismo, e, mais tarde, segurança — pesou na restrição das quotas de entrada americana e suíça. Lembrando a "hipocrisia dos discursos de outras nações, especialmente dos Estados Unidos, que estavam completamente desinteressados em liberalizar suas leis de imigração", a Comissão Independente, apesar de criticar duramente a Suíça, diz que sua política para os refugiados era "a mesma da maioria dos governos de outros países" (42, 263). Não encontrei qualquer menção a isso na grande cobertura da mídia americana sobre estas descobertas críticas da comissão.

{177} Audiências diante do Comitê de Assuntos Urbanos, Moradias e Bancários, Senado dos Estados Unidos, 15 de maio de 1997 (Eizenstat e D'Amato). Audiências diante do Comitê de Assuntos Urbanos, Moradias c Bancários, Senado dos Estados Unidos, 23 de abril de 1996 (Bronfman, citação de Clinton c da carta dos líderes do Congresso). Audiências diante do Comitê de Serviços Bancários c Financeiros, Câmara dos Deputados, 11 de dezembro de 1996 (Leach). Audiências diante do Comité de Serviços Bancários e Financeiros, Câmara dos Deputados, 25 de junho de 1997 (Leach). Rickman, *Swiss Banks,* 204 (Albright).

{178} A única nota discordante durante as múltiplas audiências do Congresso sobre a compensação pelo Holocausto foi ouvida pela congressista Maxine Waters da Califórnia. Ao mesmo tempo que deu um apoio de "1.000 por cento para que se fizesse justiça a todas as vítimas do Holocausto", Waters também questionou "como adotar este plano e usá-lo para negociar o trabalho escravo de meus ancestrais aqui nos Estados Unidos. É muito estranho sentar aqui (...) sem me perguntar o que eu podia estar fazendo (...) pelo reconhecimento do trabalho escravo nos Estados Unidos. (...) As reparações para a comunidade afro-americana têm sido basicamente condenadas como uma idéia radical, e muitos daqueles (...) que tentaram arduamente trazer este tema ao Congresso foram literalmente ridicularizados". Ela propôs especificamente que as agências do governo direcionadas para obter compensações pelo Holocausto fossem também direcionadas para a compensação pelo "trabalho escravo doméstico". "A gentil senhora levanta um assunto extraordinariamente profundo", replicou James Leach, do Comité Bancário da Câmara, "e a presidência vai levá-lo em consideração. (...} A dimensão do tema que a senhora levanta tanto na área da história americana quanto na dos direitos humanos *é* profunda." O tema ficará indubitavelmente depositado nas profundezas da sagrada memória do comitê. (Audiências diante do Comité de Serviços Bancário) e Financeiros, Câmara dos Deputados, 9 de fevereiro de 2000.) Randall Robinson, que no momento lidera uma campanha para compensar os afro-americanos pela escravidão, justapôs o "silêncio" do

governo dos EUA sobre este roubo "ao trabalho do subsecretário de Estado Stuart Eizenstat, para obrigar 16 companhias alemãs a compensar judeus usados como trabalhadores escravos durante a era nazista". (Randall Robinson, "Compensate the Forgotten Victims of Americas Slavery Holocaust", no *Los Angeles Times* [11 de fevereiro de 2000]; cf. Randall Robinson, *The Debt* [Nova York: 2000], 245).

{179} Philip Lentz, "Reparation Woes", em *Crain's* (15-21 de novembro de 1999). Michael Shapiro, "Lawyers in Swiss Bank Settlement Submit Bill, Outraging Jewish Groups", na *Jewish Telegraphic Agency* (23 de novembro de 1999). Rebecca Spence, "Hearings on Legal Fees in Swiss Bank Case", em *Forward (26* de novembro de 1999). James Bone, "Holocaust Survivors Protest Over Legal Fee", no *Times* (Londres) (1 de dezembro de 1999). Devlin Barrei, "Holocaust Asseis", no *New York Post* (2 de dezembro de 1999). Stewart Ain, "Religious Strife Erupts In Swiss Money Fight", *ao Jewish Week* (14 de janeiro de 2000). Adam Dickter, "Discord in the Court", *no Jewish Week* (21 de janeiro de 2000). Swiss Fund for Needy Victims of the Holocaut/Shoa, "Overview on Finances, Payments and Pending Applications" (30 de novembro de 1999). Os sobreviventes do Holocausto em Israel nunca receberam nada do dinheiro do Fundo Especial destinado a eles; ver Yair Sheleg, "Surviving Israeli Bureaucracy", no *Haaretz* (6 de fevereiro de 2000).

{180} Burt Neuborne, "Totaling the Sum of Swiss Guilt" no *Neto York Times* (24 de junho de 1998). Audiências diante do Comité de Serviços Bancários e Financeiros, Câmara dos Deputados, 11 de dezembro de 1996. "Holocaust-Konferenz in Stockholm", no *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (26 de janeiro de 2000) (Bronfman).

{181} Independent Commission of Experts, Switzerland — Second World War, *Switzerland and Gold Transactions in the Second World War, ínterim Report* (Berna: 1998).

{182} Audiências diante do Comitê de Serviços Bancários e Financeiros, Câmara dos Deputados, 11 de dezembro de 1996. Considerado uma testemunha especializada, o historiador da Carolina do Norte, Gerhard L. Weinberg depôs, com fingida santidade, que a "posição do governo suíço na época da guerra e nos anos imediatos sempre foi a de que o saque é legal", e que "a prioridade número um" dos bancos suíços era "fazer tanto dinheiro quanto possível (...) e fazer isso sem levar em consideração legalidade, moralidade, decência ou qualquer outra coisa" (Audiências diante do Comitê de Serviços Bancários e Financeiros, Câmara dos Deputados, 25 de junho de 1997).

{183} Raymond W. Baker, "The Biggest Loophole in the Free-Market System", no *Washington Quarterly* (outono de 1999). Embora não sancionado pelas leis americanas, muito dos 500 bilhões-1 trilhão de dólares "lavados" anualmente pelo comércio da droga também estão "depositados a salvo em bancos americanos" (ibid.).

{184} Ziegler, *The Swiss,* xii; cf, 19*,* 265.

{185} Banco Central alemão da era nazista. *(N. da T.)*

{186} *Switzertand and Gold Transactions in the Second World War, TV,* 48.

{187} Indepentent Committee of Eminent Persons, *Report on Dormant Accounts of Victims of Nazi*

Persecution in Swiss Banks (Berna: 1999). (Daqui por diante, apenas *Report,* em inglês, ou Relatório.)

{188} O "custo estrangeiro" da auditoria foi de 200 milhões de dólares. *{Relatório,* p. 4, parágrafo 17) O custo para os bancos suíços foi de outros 300 milhões de dólares. (Swiss Federal Banking *Commission, press relesse,* 6 de dezembro de 1999.)

{189} *Report,* Anexo 5, p. 81, parágrafo 1 (cf. Parte I, pp. 13-15, parágrafos 41-9).

{190} *Report.* Parte I, p. 6, parágrafo 22 ("qualquer prova"); Parte I, p. 6, parágrafo 23 (percentagem c leis suíças); Anexo 4, p. 58, parágrafo 5 ("verdadeiramente extraordinário") e Anexo 5. p. 81, parágrafo 3 ("verdadeiramente notável") (cf. Parte I, p. 15, parágrafo 47, Parte I, p. 17, parágrafo 58, Anexo 7, p. 107, parágrafos 3, 9).

{191} "The Deceptions of Swiss Banks", no *New York Times* (7 de dezembro de 1999).

{192} *Report,* Anexo 5, p. 81, parágrafo 2. *Report,* Anexo 5. pp. 87-88, parágrafo 27: "Há uma variedade de explicações para a substancial subavaliação nas pesquisas iniciais, mas algumas das principais causas podem ser atribuídas ao uso pelos bancos suíços da definição rescrita de contas 'inativas[1]; sua exclusão de certos tipos de contas de suas pesquisas ou buscas inadequadas; sua ineficácia para investigar contas abaixo de determinados saldos mínimos; ou sua falha em considerar proprietários de contas como vítimas da violência ou perseguição nazista a menos que parentes tenham feito tais reclamações ao banco."

{193} *Report,* p. 10, parágrafo 30 ("provável ou possivelmente"); p. 20, parágrafos 73-5 (probabilidade suficiente para 25.000 contas). *Report,* Anexo 4, pp. 65-7, parágrafos 20-6, e p. 72, parágrafos 40-3 (valores correntes). De acordo com a recomendação do *Relatório,* a Comissão do Banco Central Suíço concordou em março de 2000 em publicar os nomes das 25.000 contas ("Swiss Federal Banking Commission Follows Volcker Recommendatins", *press release,* 30 de março de 2000).

{194} Audiências diante do Comitê de Serviços Bancários e Financeiros, Câmara dos Deputados, 9 de fevereiro de 2000 (citação do testemunho preparado por Volcker). Comparar com a apresentação da advertência feita pela Comissão do Banco Central Suíço de que "todas as indicações sobre possíveis valores correntes de contas identificadas estão essencialmente baseadas em pressupostos e projeções", e que "apenas no caso de cerca de 1.200 contas (...) foram encontradas provas verdadeiras (sic), apoiadas em fontes bancárias contemporâneas, de que os proprietários das contas foram realmente vítimas do Holocausto". *[Press release,* 6 de dezembro de 1999.)

{195} *Report*, p. 2, parágrafo 8 (cf. p. 23, parágrafo 92). *Report,* Apêndice S, p. A-134, para uma análise mais precisa, cf. pp. A-135ss.

{196} Reversão de bens ao Estado por feita de herdeiros. *(N. da* T.)

{197} Audiências diante do Comité de Serviços Bancários e Financeiros, Câmara dos Deputados, 25 de junho de 1997 (citação do testemunho de Rubin). (Para maiores informações, ver Seymour J.

Rubin e Abba P. Schwartz, "Refugees and Reparations", em *Law and Contemporary Problems* [Duke University School of Law: 1951], 286-9).

{198} Audiências diante do Comitê de Serviços Bancários e Financeiros, Câmara dos Deputados, 25 de junho de 1997.

{199} A população da Suíça era de 4 milhões no "Período Relevante", de 1933-45, comparada com a população dos EUA em mais de 130 milhões. Cada conta bancária suíça aberta, fechada ou inativa durante aqueles anos sofreu auditoria do comitê Volcker.

{200} Levin, *Last Deposit,* 23. Bower. *Nazi Gold,* 256. Bower considera esta exigência suíça "uma retórica irrespondível". Irrespondível sem duvida, mas por que retórica?

{201} Rickman, *Swiss Banks,* 194-5.

{202} Bower, *Nazi Gold,* 350-1. Altiva Eldar, "UK: Israel Didn't Hand Over Compensation to Survivors", no *Haurem* (21 de fevereiro de 2000). Judy Dempsey, "Jews Find It Hard to Reclaim Wartime Property In Israel", no *Financial Times* (1° de abril de 2000). Jack Katzenell, "Israel Has WWII Asseis", na *Associated Press* (13 de abril de 2000). Joel Greenberg, "Hunt for Holocaust Victims' Property Turns in New Direction: Toward Israel", no *New York Times* (15 de abril de 2000). Altiva Eldar, "People and Politics", no *Haaretz* (27 de abril de 2000).

{203} Para informações sobre a Comissão, ver *www.pcha.gov* (a citação de Bronfman é de um *press relesse* da Comissão de 21 de novembro de 1999).

{204} Audiências diante do Comitê de Serviços Bancários e Financeiros, Câmara dos Deputados, 9 de fevereiro de 2000.

{205} Levin, *Last Deposit,* 223, 204. "Swiss Defensive About WWII Role", na *Associated Press,* (15 de março de 2000). *Time.* 24 de fevereiro de 1997) (Bronfman).

{206} Levin, *Last Deposit,* 224.

{207} Audiências diante do comitê de Serviços Bancários e Financeiros, Câmara dos Deputados, 14 de setembro de 1999.

{208} Uma força de avanço esmagadora capaz de destruir tudo em seu caminho. Palavra de origem hindu, significando o (dolo de Krishna levado anualmente em procissão num grande carro, sob cujas rodas os fanáticos se lançavam. (*N. da T.)*

{209} Yair Sheleg, "Not Even Minimum Wage", no Haaretz (6 de outubro de 1999). William Drozdiak, "Germans Up Offer to Nazi's Slave Laborers", no *Washington Post* (18 de novembro de 1999). Burt Herman, "Nazi Labor Talks End Without Pact", em *Forward* (20 de novembro de 1999). "Bayer's Biggest Headache", no *New York Times* (5 de outubro de 1999). Jan Cienski, "Wartime Slave-Labour Survivors' Ads Hit Back", no *National Post* (7 de outubro de 1999). Edmund L. Andrews, "Germans To Set Up $5.1 Billion Fund For Nazis' Slaves", no *New York Times* (15 de dezembro de 1999). Edmund L. Andrews, "Germany Accepts $5.1 billion Accord to End Claims of Nazi Slave Workers", no *New York Times* (18 de dezembro de 1999). Allan Hall, "Slave Labour List Names 255 German Companies", no *The Times* (Londres) (9 de dezembro de 1999). Audiências diante do comitê de

Serviços Bancários e Financeiros, Câmara dos Deputados, 9 de fevereiro de 2000 (citação tirada do testemunho de Eizenstat).

{210} Sagi, *German Reparations,* 161. Provavelmente um quarto dos trabalhadores escravos judeus recebeu essa pensão, meu falecido pai (um interno de Auschwitz) entre eles. Na verdade, os números da Claims Conference, nas atuais negociações para trabalhadores escravos judeus ainda vivos, foram baseados naqueles que já recebiam pensões e compensações da Alemanha! (Parlamento Alemão, 92ª seção, 15 de março de 2000).

{211} Zweig, *German Reparations and the Jewish World,* 98; cf. 25.

{212} Conselhos formados por judeus selecionados ou eleitos para executar as ordens nazistas nas comunidades judaicas da Europa ocupada.

{213} Conferência sobre Compensações Materiais Judaicas Contra a Alemanha, "Position Paper — Slave Labor, Proposed Remembrance and Responsibility Fund" (15 de junho de 1999). Netty C. Gross, "$5.1-Billion Slave Labor Deal Could Yield Little Cash For Jewish Claimants", *no Jerusalem Post* (31 de janeiro de 2000), Zvi Lavi, "Kleiner (Herut): Germany Claims Conference Has Become Judenrat, Carrying on Nazi Ways", no *Glotes (24* de fevereiro de 2000). Yair Sheleg, "MK Kleiner: The Claims Conference Does Not Transfer Indemnifications to Shoah Survivors", no *Haaretz* (24 de fevereiro de 2000).

{214} Audiências diante do comitê de Serviços Bancários e Financeiros, Câmara dos Deputados, 9 de fevereiro de 2000. Yar Sheleg, "Staking a Claim to Jewish Claims", no *Haaretz* (31 de março de 2000).

{215} Henry Friedlander, "Darkness and Dawn in 1945: The Nazis, the Allies, and the Survivors", era *US Holocaust Memorial Museum, 1945 — The Year of Liberation* (Washington: 1995), 11-35. Dinnerstein, *America and the Survivors of the Holocaust,* 28. O historiador israelense Shlomo Shafir conta que "a estimativa de sobreviventes judeus no fim da guerra na Europa varia de 50.000 a 70.000° *(Ambiguous Relations,* 384). O total de Friedlander para os trabalhadores escravos, judeus e não-judeus, *é* padrão; ver Benjamin Ferencz, *Leu Than Slaves* (Cambridge: 1979) — "aproximadamente meio milhão de pessoas foram encontradas mais ou menos vivas nos campos libertados pelos exércitos aliados" (xvii; cf. 240n5).

{216} Stuart Eizenstat, subsecretário de Estado para Serviços de Economia, Comércio e Agricultura, emissário-chefe dos EUA nas Negociações sobre Trabalho Escravo na Alemanha, Informação do Departamento de Estado, 12 de maio de 1999.

{217} Ver "anotações" de Eizenstat sobre o Encontro Anual da Conferência de Compensações Materiais Judaicas contra a Alemanha e a Áustria (Nova York; 14 de julho de 1999).

{218} Toby Axelrod, "$5.2 Billion Slave-Labor Deal Only the Start", no *Jewish Bulletin* (12 de dezembro de 1999; citação da *Jewish Telegraphic Agency).*

{219} Hilberg, *The Destruction* (1985), v.iii, apêndice B.

{220} Numa entrevista ao *Die Berliner Zeitung,* eu levantei dúvidas sobre o número 135.000 da Claims

Conference, citando Friedlander. A Claims Conference declarou em sua réplica que o número de 135.000 foi "baseado nas melhores c mais confiantes fontes e, portanto, está correio". Nenhuma das fontes alegadas, no entanto, foi identificada. ("Die Ausbeutung jüdischen Leidens", *Berliner Zeitung,* 1° de fevereiro de 2000.) Respondendo às minhas criticas numa entrevista ao *Der Tagesspiegel,* a Claims Conference manteve que uns 700.000 judeus trabalhadores escravos sobreviveram à guerra, 350.000-400.000 no território do Reich e 300.000 cm campos de concentração de outros lugares. Pressionada a citar fontes de estudiosos, a Conferência recusou-se, indignada. Basta dizer que estes números não se assemelham a qualquer estudo conhecido sobre o assunto (Eva Schweitzer, "Entschaedigung für Zwangsarbeiter", *Tagesspiegel,* 6 de março de 2000).

{221} "Nunca antes na história", observou Hilberg, "pessoas foram mortas em bases de linha de montagem" (*Destruction,* v. iii, 863). O tratamento clássico deste tema é *Modernity and the Holocaust,* de Zygmunt Bauman.

{222} Guttenpian, "Holocaust on Trial". (Hilberg) Conference on Jewish Material Claims Against Germany, "Position Paper — Slave Labor", 15 de junho de 1999.

{223} "We Condemn Syria's Denial of the Holocaust", no *New York Times* (9 de fevereiro de 2000). Para documentar o "aumento do anti-semitismo" na Europa, David Harris do AJC mostrou a grande proporção na pesquisa dos que apoiaram a afirmação de que "judeus estão explorando a memória do extermínio nazista dos judeus para tirar proveito". Ele se referiu ainda "ao tratamento extremamente negativo dado por alguns jornais alemães à Claims Conference Judaicas (...) durante as recentes negociações sobre a compensação pelo trabalho escravo e forçado. Muitas matérias descreviam a própria Claims Conference e a maioria dos advogados judeus como gananciosos e interesseiros, resultando numa discussão bizarra nos principais jornais sobre se havia tantos sobreviventes judeus como os citados pela Claims Conference". (Audiências diante do Comitê de Relações Internacionais, Senado dos Estados Unidos, 5 de abril de 2000.) Na verdade, achei que seria quase impossível levantar esta questão na Alemanha. Apesar do tabu ter sido finalmente quebrado pelo diário liberal alemão *Die Berliner Zeitung,* a coragem demonstrada por seu editor, Martin Sueskind, e pelo correspondente americano, Stefan Elfenbein, só encontrou um tímido eco na mídia alemã, devido em grande parte às ameaças jurídicas e chantagens morais da Claims Conference, assim como à relutância geral alemã cm criticar abertamente os judeus.

{224} Audiências diante do Comitê de Serviços Bancários c Financeiros, Câmara de Deputados, 11 de dezembro de 1996. J.D. Bindenagel, *Proceedings, Washington Conference on Holocaust-Era Asseis: 30 November-3 December 1998* (US Government Printing Office: Washington, DC), 687, 700-1, 706.

{225} Audiências diante do Comitê de Relações Internacionais, Câmara dos Deputados, 6 de agosto de 1998. *Bindenagel, Washington Conference on Holocaust-Era Assets*, 433. Joan Gralia, "Poland Tries to Get Holocaust Lawsuit Dismissed", na *Reuters* (23 de dezembro de 1999). Eric J. Greenberg, "Polish Restitution Plan Slammed", *no Jewish Week* (14 de janeiro de 2000). "Poland

Limits WWII Compensation Plan", no *Newsday* (6 de janeiro de 2000).

{226} *Theo Garb et al. v. Republic of Poland* (United States District Court, Eastern District of New York, June 13, 1999). (A ação judicial de classe foi feita por Edward E. Klein e Mel Urbach, este um veterano dos acordos suíço e alemão. Uma emenda, submetida em 2 de março de 2000, foi reunida à queixa judicial por outros tantos advogados, embora omitindo algumas das acusações mais pitorescas contra os governos poloneses do pós-guerra.) "Dear Leads NYC Council in Call to Polish Government to Make Restitution to Victims of Holocaust Era Property Seizure", no *News From Council Member Noach Dear* (29 de novembro de 1999). (A citação *é* da resolução atual, n° 1072, adotada em 23 de novembro de 1999.) "[Anthony D.] Weiner Urges Polish Government to Repatriate Holocaust Claims", US House of Representatives *(prest release,* 14 de outubro de 1999). (As citações textuais são do *press release* e da carta, datados de 13 de outubro de 1999.)

{227} Audiências diante do Comitê de Assuntos Bancários, Moradia e Urbano, Senado do» Estados Unidos, 23 de abril de 1996.

{228} Audiências diante do Comitê de Relações Internacionais, Câmara de Deputados, 6 de agosto de 1998.

{229} Audiências diante do Comitê de Relações Internacionais, Câmara de Deputados, 6 de agosto de 1998. Isabel Vincent, "Who Will Reap the Nazi-Era Reparations?", *National Post* (20 de fevereiro de 1999).

{230} Audiências diante do Comitê de Relações Internacionais, Câmara de Deputados, 6 de agosto de 1998. Atualmente vice-presidente honorário do AJC, Eizenstat foi o primeiro presidente do Institute on American Jewish-Israeli Relations (Instituto de Relações Judaicas America-no-Israelenses do AJC).

{231} Audiências diante do Comitê de Relações Internacionais, Câmara de Deputados, 6 de agosto de 1998. Marilyn Henry, "Whose Claim Is It Anyway?" *ao Jerusalem Post* (4 de julho de 1997). Bindenagel, *Washington Conference on Holocaust-Era Assets,* 705. Editorial, "Jewish Property Belongs to Jews", no *Haaretz* (26 de outubro de 1999).

{232} Sergio Karas, "Unsettled Accounts", no *Globe and Mail* (1° de setembro de 1998). Stuart Eizenstat, "Remarks", Conference on Jewish Material Claims Against Germany and Áustria Annual Meeting (Nova York; 14 de julho de 1999). Tom Sawicki, "6.000 Witnesses", no *Jerusalem Report* (5 de maio de 1994).

{233} Bindenagel, *Washington Conference on Holocaust-Era Assets,* 146. Michael Arnold, "Israeli Teens Frolic With Strippers After Auschwitz Visit", no *Forward* (26 de novembro de 1999). A congressista Carolyn Maloney, de Manhattan, informou com orgulho ao Comitê Bancário da Câmara sobre uma conta que ela abriu, a Ação de Educação do Holocausto, que "será abastecida com subvenções do Departamento de Educação para as organizações do Holocausto treinarem professores e providenciarem literatura para escolas e comunidades que reforcem a educação do Holocausto".

{234} Zweig, *German Reparations and the Jewish World,* 118. Goldmann foi fundador do WJC e o

primeiro presidente da Claims Conference.

{235} Marilyn Henry, "Internacional Holocaust Education Conference Begins", no *Jerusalem Post* (26 de janeiro de 2000). Marilyn Henry, "PM: We Have No Moral Obligations to Refugees", no *Jerusalem Post* (27 de janeiro de 2000). Marilyn Henry, "Holocaust 'Must Be Seared in Collective Memory'", *ao Jerusalem Post* (30 de janeiro de 2000).

{236} Claims Conference, *Guide to Compensation and Restitution for Holocaust Survivors* (Nova York: s/d.). Vincent, *Hitler's Silent Partners,* 302. ("expropriação"); cf. 308-9. Ralf Eibl, "Die Jewish Claims Conference ringt um ihren Leumund. Nachkommen jüdischer Sklaven (...).", no *Die Welt* (8 de março de 2000) (processos). O *web site* H-Holocaust *(www2.h-nes.msu.edu),* por exemplo, barrou textos críticos enviados apesar das provas totalmente documentadas (correspondência pessoa] com o membro do grupo Richard S. Levy, 19-21 de novembro de 1999).

{237} Ilan Pape, *The Making of the Arab-Israeli Conflict. 1947-51* (Londres: 1992), 268.

{238} Clinton Bailey, "Holocaust Funds to Palestinians May Meet Some Cost of Compensation", no *International Herald Tribune;* republicado *ao Jordan Times* (20 de junho de 1999).

{239} Elli Wohlgelernter, "WJC: Áustria Holding $10b. In Holocaust Victims' Assets", no *Jerusalem Post* (14 de março de 2000). Em seu testemunho subseqüente ao Congresso, Singer destacou a suspeita contra a Áustria, mas — como era de se esperar — manteve um discreto silêncio sobre as acusações contra os EUA. (Audiências diante do Comitê de Relações Exteriores, Senado dos Estados Unidos, 6 de abril de 2000.)

{240} Adam Hochschild, *King Leopold's Ghost* (Boston: 1998), *O fantasma do rei Leopoldo* (Brasil: 1999).

{241} Wiesel, *Against Silence,* v. iii, 190; cf. v. i, 186, v. ii, 82, v. iii, 242, e Wiesel, *And the Sea,* 18.

{242} Novick, *The Holocaust,* 230-1.

{243} *New York Times* (25 de maio de 1999)

{244} Novick, *The Holocaust,* 15.

{245} *Lebensraum:* território que se acredita ser necessário para a existência nacional ou auto-suficiência econômica. *(N. da T.*).

{246} John Toland*, Adolf Hitler* (Nova York: 1976), 702. Joachim Fest, *Hitler* (Nova York: 1975), 214, 650. Ver também Finkelstein, *Image and Reality,* cap. 4.

{247} Ver, por exemplo, Stefan Kühl, *The Nazi Connection* (Oxford: 1994).

{248} Ver, por exemplo, Leon F. Litwack, *Trouble in Mind* (Nova York: 1998), caps. 5-6. A louvada tradição ocidental também está profundamente implicada com o nazismo. Para justificar o extermínio dos incapacitados — precursor da Solução Final —, os médicos nazistas aplicaram o conceito "vida indigna da vida" *(lebensunwertes Leben).* Em *Górgias,* Platão escreveu: "Não acho que a vida valha a pena se o corpo de uma pessoa está em um estado terrível." Em *A república,* Platão sancionou o assassinato de crianças defeituosas. A oposição de Hitler em *Mein Kampf* ao controle da natalidade, por

se apropriar da seleção natural, foi pressagiado por Rousseau em seu *Discurso sobre as origens da desigualdade.* Logo depois da Segunda Guerra Mundial, Hannah Arendt refletiu que "o curso subterrâneo da história ocidental finalmente veio i tona e usurpou a dignidade de nossa tradição" *{Origins of Totalitarianism,* ix).

{249} Ver, por exemplo, Edward Herman e Noam Chomsky, *The Political Economy of Human Rights,* v. i: *The Washington Connection and Third World Fascism* (Boston; 1979), 129-204.

{250} *Response* (março de 1983 e janeiro de 1986).

{251} Noam Chomsky, *Turning the Tule* (Boston: 1985), 36 (Wiesel citado de uma entrevista na imprensa hebraica). Berembaum, *World Must Know,3.*

{252} *Financial Times* (8 de setembro de 1999).

{253} Novick, *The Holocaust,* 225.

{254} Ver, por exemplo, Geoff Simons, *The Scourging of Iraq (Nova York:* 1998).

{255} Novick, *The Holocaust,* 244, 14.

{256} Sobre este ponto, ver especialmente Chaumont, *La concurrence,* 316-18.

{257} Ver, por exemplo, Carl N. Degler, *In Search of Human Nature* (Oxford: 1991), 202ss.

{258} John Stuart Mill, *On the Subjection of Women* (Cambridge: 1991). 148.

{259} Mas é repugnante comparar o holocausto nazista, como propõe Michael Berenbaum, apenas para "demonstrar o direito à singularidade" *(After Tragedy,* 29).

{260} Zuckerman, *A Surplus of Memory,* 210.

{261} Eu me refiro aqui canto ao *Historikerstreit* (debate de historiadores) quanto à correspondência a ser publicada entre Saul Friedländer e Martin Broszar. Em ambos os exemplos, o debate girou cm grande escala em torno da natureza absoluta contra a relativa dos crimes nazistas; por exemplo, a validade de comparações com o Gulag. Ver Peter Baldwin (org.)> *Reworking the Post* (org.), Richard J. Evans (org.)- *In Hitler's Shadow* (Nova York: 1989), James Knowkon e Truett Cates, *Forever in the Shadow of Hitler!* (Atlantic Híghlands, NJ: 1993) e Aharon Weiss (org.), Yad Vashem Studies XIX (Jerusalém: 1988).